

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM
DOUTORADO EM ENFERMAGEM
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: FILOSOFIA, SAÚDE E SOCIEDADE**

JOEL ROLIM MANCIA

**REVISTA BRASILEIRA DE ENFERMAGEM E SEU PAPEL NA
CONSOLIDAÇÃO PROFISSIONAL**

**FLORIANÓPOLIS
2007**

JOEL ROLIM MANCIA

**REVISTA BRASILEIRA DE ENFERMAGEM E SEU PAPEL NA
CONSOLIDAÇÃO PROFISSIONAL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito para a obtenção do Título de Doutor em Enfermagem - Área de Concentração: Filosofia, Saúde e Sociedade.

Linha de Pesquisa: História em Enfermagem e Saúde

Orientadora: Dra. Maria Itayra Coelho de Souza Padilha

Co-orientadora: Dra. Flávia Regina Souza Ramos

**FLORIANÓPOLIS
2007**

FICHA CATALOGRÁFICA – CEPEn (Brasília-DF)

Mancia, Joel Rolim.

Revista brasileira de Enfermagem e seu papel na consolidação profissional / Joel Rolim Mancia. – Florianópolis : [s.n.], 2007.

178 p. : il. ; 30 cm

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Saúde, 2007.

**Orientador: Maria Itayra Coelho de Souza Padilha;
Co-orientador: Flávia Regina Souza Ramos.**

1. Enfermagem. 2. Publicações Periódicas. 3. Comunicação e Divulgação Científica. 4. História da Enfermagem. I. Título.

JOEL ROLIM MANCIA

**REVISTA BRASILEIRA DE ENFERMAGEM E SEU PAPEL NA
CONSOLIDAÇÃO PROFISSIONAL**

Esta TESE foi submetida ao processo de avaliação pela Banca Examinadora para obtenção do Título de:

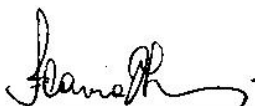
DOUTOR EM ENFERMAGEM

e aprovada em 29 de agosto de 2007, atendendo às normas da legislação vigente da Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-graduação em Enfermagem, Área de Concentração: **Filosofia, Saúde e Sociedade.**

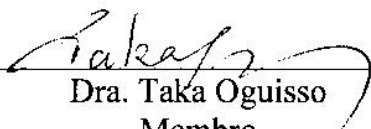


Dra. Marta Lenise do Prado
Coordenadora do Programa

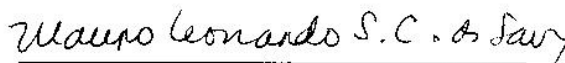
Banca Examinadora:



Dra. Flávia Regina Souza Ramos
- Presidente -



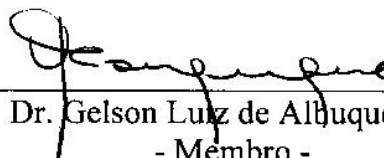
Dra. Taka Oguisso
- Membro -



Dr. Mauro Leonardo S. C. dos Santos
- Membro -



Dra. Rosemary Silva da Silveira
- Membro -



Dr. Gelson Luiz de Albuquerque
- Membro -

Dra. Maria Henriqueta L. Kruse
- Suplente -

Dra. Jussara Gue Martini
- Suplente -

Para Maria Sônia que me deu a vida, e pelo exemplo.

Ao Paulo, irmão amado que sempre está presente.

Ao Pablo, que me oportuniza reconhecer ser um deles ao lidar com os diferentes.

MANCIA, Joel Rolim. **Revista Brasileira de Enfermagem e seu papel na consolidação profissional**. 178f. Tese (Doutorado em Enfermagem) Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

RESUMO

Trata-se de um estudo histórico que teve como objetivo historicizar a emergência da Revista Brasileira de Enfermagem como órgão de direcionamento e consolidação profissional da enfermagem, desde o seu início até a década de setenta do século vinte. A Tese argumentada ao longo do estudo é de que a REBEn vem representando nacionalmente um marco para a compreensão da enfermagem enquanto profissão, uma vez que ela tem papel importante na trajetória histórica da enfermagem e se mostra locus privilegiado de enunciação do discurso e direção ideológica produzidos pela ABEn. A investigação se pautou no referencial teórico e metodológico da nova história, especialmente, memória e história oral. O discurso foi construído a partir de diferentes fontes documentais, incluindo livros, artigos e editoriais da própria revista, livros atas e relatórios da Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn) e do acervo Fontes da História da Enfermagem pertencente ao Centro de Estudos e Pesquisas em Enfermagem, especialmente das transcrições de entrevistas com enfermeiras ex-dirigentes da entidade. A revisão da literatura foi organizada a partir de alguns marcos da ABEn, selecionados por sua contribuição na construção de uma identidade para a enfermeira diplomada e por terem na REBEn um notável veículo de expressão. Estes marcos foram a Semana Brasileira de Enfermagem, as Estratégias Políticas para Educação em Enfermagem, o Centro de Estudo e Pesquisa em Enfermagem e o Congresso Brasileiro de Enfermagem. A análise se configurou em torno da REBEn como veículo de direcionamento e consolidação profissional da Enfermagem brasileira, articulada em duas categorias principais, geradas pela apreensão de particularidades próprias a dois momentos históricos: - o nascimento da REBEn e os primeiros anos de luta (1932-1954); - a REBEn em novo cenário e em novos projetos para a enfermagem (1955-1980). Esta análise considerou que as mensagens veiculadas pela revista e oriundas da ABEn não estavam descoladas do cenário ou das idéias que caracterizavam os atores da Enfermagem da época. Mostravam os modos de ser dessa enfermagem, além de orientarem a condução da mesma em todos os espaços sociais, profissionais e políticos. Oportunizavam, assim, condições e possibilidades a determinados modos de ser e fazer profissional, no mesmo movimento em que asseguravam a direção ideológica produzida pelas dirigentes da ABEn. Os editoriais, ao tratarem de temas em evidência no contexto sócio-político, de forma clara ou velada, manifestavam as estratégias da entidade, seus sucessos e percalços no papel de domínio e enunciação de um discurso sobre a enfermagem, seus compromissos, práticas e a produção do conhecimento neste campo. A REBEn constituiu-se assim no instrumento político, que as diretorias da ABEn deram vida, fizeram funcionar, enquanto instituição, para estabelecer a interlocução com seus sócios e, entre a categoria de enfermagem.

Palavras-chave: Enfermagem. Publicações Periódicas. Comunicação e Divulgação Científica. História da Enfermagem. Revista Brasileira de Enfermagem. Anais de Enfermagem.

MANCIA, Joel Rolim. **Brazilian Nursing Journal (Revista Brasileira de Enfermagem) and its role in professional consolidation.** 178 p. PhD Dissertation in Nursing. Nursing Graduate Program, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

ABSTRACT

This is a historical study whose objective was to historize the emergence of the Brazilian Nursing Journal (Revista Brasileira de Enfermagem - REBEn) as guiding organ and source of professional consolidation in nursing, since its inception until the 1970s. This Dissertation argues throughout the study that the REBEn has nationally represented a mark for the comprehension of nursing as a profession, given that it has the important role within the historical trajectory of nursing and has shown itself to be the privileged speaker in articulating the discourse and ideological direction produced by the ABEn. This investigation was based upon the theoretical and methodological reference of new history, especially memory and oral history. The discourse was constructed upon different documentary sources, including books, articles, editorials from the journal itself, acts, and reports from the Brazilian Nursing Association (*Associação Brasileira de Enfermagem - ABEn*) and from the "Fontes da História da Enfermagem" archives, belonging to the Center for Nursing Studies and Research, especially transcriptions of interviews with nurses who were ex-directors of the entity. The literature review was organized upon some marks from the ABEn, selected for their contributions in the construction of an identity for the graduated nurse and for having in the REBEn a notable vehicle for expression. These marks were the Brazilian Nursing Week, the Political Strategies for Nursing Education, the Center for Nursing Studies and Research, and the Brazilian Nursing Conference. The analysis carried out was configured around the REBEn as a guiding organ and source of professional consolidation of Brazilian Nursing, articulated in two principle categories, generated through the apprehension of its own particularities in two historical moments: the birth of the REBEn and the first years of struggle (1932-1954); the REBEn in a new scenario and in new projects for nursing (1955-1980). This analysis considered that the messages associated with the journal and deriving from the ABEn were not unconnected from the scenario or the ideas that characterize the actors in Nursing at those times. They show the manners of being of such a nursing, beyond orienting the conduction of the same in all social, professional, and political environments. Thus, they took the opportunity of the conditions and possibilities of determined modes of professionally being and acting, in the same movement in which they held to the ideological direction produced by the ABEn. The editorials, upon dealing clearly or guardedly with themes in socio-political evidence, manifested the identity strategies, its successes and profits in the role of domination and enunciation of a discourse in nursing, its commitments, practices, and production of knowledge in this field. The REBEn constituted itself as such in the political instrument, in order to establish the interlocution with its subscribers and members, under the category of nursing.

Keywords: Nursing. Periodical Publications. Scientific Communication and Exposition. History of Nursing. Brazilian Nursing Journal (Revista Brasileira de Enfermagem). Annals of Nursing.

MANCIA, Joel Rolim. **La Revista Brasileña de Enfermería y su papel en la consolidación profesional.** 178 páginas. Tesis (Doctorado en Enfermería), Programa de Postgrado en Enfermería, Universidad Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

RESUMÉN

El presente estudio es una investigación de carácter histórico, cuyo objetivo fue el de historiar el surgimiento de la Revista Brasileña de Enfermería (REBEn), desde su inicio hasta la década de setenta del siglo XX, como siendo un medio de orientación y consolidación profesional de la enfermería. La Tesis argumentada a lo largo de este estudio es la de que la REBEn se ha constituido nacionalmente en un marco de referencia para la comprensión de la enfermería como profesión, ya que la revista ha desempeñado un importante papel en la trayectoria histórica de la enfermería, mostrándose como un *locus* privilegiado de enunciación del discurso y de dirección ideológica producidas por la Asociación Brasileña de Enfermería (ABEn). La investigación se orientó en el referencial teórico y metodológico de la nueva historia, especialmente, alrededor de los conceptos de memoria e historia oral. El discurso fue elaborado a partir de diferentes fuentes documentales, incluyendo libros, artículos y editoriales de la propia revista, además de libros de actas e informes de la ABEn y del acervo Fuentes de la Historia de la Enfermería, pertenecientes al Centro de Estudios e Investigaciones en Enfermería, especialmente, los referentes a las transcripciones de entrevistas con enfermeras ex dirigentes de la entidad. La revisión de la literatura se organizó a partir de algunos importantes momentos de la ABEn, los cuales fueron seleccionados de acuerdo a su contribución en la construcción de una identidad de la enfermería profesional, además de encontrar en la REBEn un destacado vehículo de expresión. Esos momentos fueron: la Semana Brasileña de Enfermería, las Estrategias Políticas para Educación en Enfermería, el centro de Estudio e Investigación en Enfermería, y, el Congreso Brasileño de Enfermería. El análisis realizado se centró alrededor de la REBEn como siendo un vehículo para la dirección y consolidación profesional de la Enfermería Brasileña, organizando el estudio a partir de dos categorías principales, generadas por la aprehensión de particularidades propias a dos momentos históricos, a saber: - el nacimiento de la REBEn y los primeros años de lucha (1932-1954); - la REBEn en un nuevo escenario y con nuevos proyectos para la enfermería (1955-1980). En ese análisis se consideró que los mensajes divulgados por la revista y provenientes de la ABEn, no estaban fuera del contexto o de las ideas que caracterizaban a los actores de la Enfermería en la época. Muestran sí, los modos de ser de esa enfermería, además de orientar la conducción de la misma en todos los espacios sociales, profesionales y políticos. Propiciando de esa forma, las condiciones y posibilidades a determinados modos de ser y del quehacer profesional, al mismo tiempo que consolidaban la dirección ideológica producida por las dirigentes de la ABEn. Los editoriales, al tratar de forma clara o encubierta, sobre temas en destaque en el contexto sociopolítico, manifiestan las estrategias de la entidad, sus sucesos y dificultades en el papel de dominio y enunciación de un discurso sobre la enfermería, así como sus compromisos, prácticas y la producción del conocimiento en este campo. La REBEn se constituyó así en el instrumento político al que las dirigentes de la ABEn dieron vida, hicieron funcionar como

institución para establecer el diálogo con sus socios y entre la propia categoría de la enfermería.

Palabras Clave: Enfermería. Publicaciones Periódicas. Comunicación y Divulgación Científica. Historia de la Enfermería. Revista Brasileña de Enfermería. Anales de Enfermería.

LISTA DE SIGLAS

ABED - Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas
AGIA - Associação do Governo Interno das Alunas
ANED - Associação Nacional de Enfermeiras Diplomadas
ANEDB - Associação Nacional de Enfermeiras Diplomadas Brasileiras
ABEn - Associação Brasileira de Enfermagem
AND - Assembléia Nacional de Delgados
BVS - Biblioteca Virtual em Saúde
BDENF - Banco de Dados em Enfermagem
CAPES - Coordenação de Pessoal de Nível Superior
CBEn - Congresso Brasileiro de Enfermagem
CEDOC - Centro de Documentação
CEENf - Comissão de Especialistas em Ensino de Enfermagem
CFE - Conselho Federal de Educação
CEMEERP - Centro de Memória da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto
CEPEn - Centro de Estudos e Pesquisas em Enfermagem
CHCEIA - Centro Histórico-cultural da Enfermagem Ibero-Americana
CICIAMS - Comitê Internacional de Enfermeiros e Assistentes Médicos Sociais
CIE - Conselho Internacional de Enfermeiras
CINAHL - Cumulative Index Nursing Allied Health Literature
CIPE - Classificação Internacional da Prática de Enfermagem
CIPESC - Classificação Internacional da Prática de Enfermagem em Saúde Coletiva
COFEN - Conselho Federal de Enfermagem
CONABEn - Conselho Nacional da ABEn
COREN - Conselho Regional de Enfermagem
CNE - Congresso Nacional de Enfermagem
CNE - Conselho Nacional de Educação
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico
CNS - Conselho Nacional de Saúde
CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação
DAU - Departamento de Assuntos Universitários

EEAN - Escola de Enfermagem Anna Nery
EEUSP - Escola de Enfermagem da USP
EMF - Edith de Magalhães Fraenkel
ENEPEEn - Encontro Nacional de Editores de Periódicos de Enfermagem
FENTAS - Federação Nacional de Trabalhadores na Área da Saúde
FNEPAS - Fórum Nacional de Educação das Profissões na área de Saúde
FR - Fundação Rockefeller
FSESP - Fundação Serviço Especial de Saúde Pública
IAIA - Instituto de Assuntos Inter-Americanos
ICN - Conselho Internacional de Enfermeiras (International Council of Nurses)
INI - International Nursing Index
ISSN - International Standart Serial Number
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LILACS - Literatura Latino- Americana em Ciências da Saúde
LNR - Laís Netto dos Reys
LRNEB - Levantamento de Recursos e Necessidades em Enfermagem no Brasil
MEC - Ministério da Educação e Cultura
MP - Movimento Participação
MS - Ministério da Saúde
NUPHEBRAS - Núcleo de Pesquisa da História da Enfermagem Brasileira
OPS - Organização Pan-Americana de Saúde
PAN - Padrão Anna Nery
PIASS - Plano de Interiorização das Ações de Saúde e Saneamento
REBEn - Revista Brasileira de Enfermagem
REME - Revista Mineira de Enfermagem
RENE - Rede de Enfermagem do Nordeste
RHL - Rachel Haddock Lobo
SBEn - Semana Brasileira de Enfermagem
SENADEn - Seminário Nacional de Diretrizes para a Educação em Enfermagem
SENFE - Seminário Nacional sobre Formação do Enfermeiro
SENPE - Seminário Nacional de Pesquisa em Enfermagem
SESU - Secretaria de Ensino Superior
SOBECC - Sociedade Brasileira de Enfermagem em Centro Cirúrgico

SOBEP - Sociedade Brasileira de Enfermeiros Pediátricos
SIAHE - Simpósio Ibero-Americano de História da Enfermagem
UEM - Universidade Estadual de Maringá
UERJ - Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFBA - Universidade Federal da Bahia
UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais
UFPR - Universidade Federal do Paraná
UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Cultura
UNIRIO - Universidade do Rio de Janeiro
USP - Universidade de São Paulo
ZCV - Zaíra Cintra Vidal

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Local de editoração, editor chefe, gestão, da Revista Brasileira de Enfermagem de 1932 a 2004, 2007.....	25
Quadro 2 - Local, data e temas do ENEPEEn, 2007.....	29
Quadro 3 - Escolas de enfermagem no Brasil, de 1923 a 2006, 2007. Construído a partir de Teixeira et al. (2006)	44
Quadro 4 - Seminário Nacional de Diretrizes para Educação em Enfermagem no Brasil, local, data, tema, 2007.....	47
Quadro 5 - Congressos Brasileiros de Enfermagem no período de 1947 a 2006	57
Quadro 6 - Total de inscritos no CBEEn, estudantes e enfermeiras, 2007	61
Quadro 7 - Nomes dos prêmios atuais e tipos de trabalhos, 2007	62
Quadro 8 - Relativo aos periódicos por Nome, ISSN, ano de criação, local, bases indexadoras, instituição, 2007.....	65

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Capa do primeiro Annaes de Enfermagem	86
Figura 2 - Capa do volume XV, n. 21, out./dez, 1946c.....	94
Figura 3 - Capa da Revista, em sua segunda versão, a partir do vol. VII n. 3, de 1954	106
Figura 4 - Capa da revista em 1955 desenhada pelo famoso artista plástico Santa Rosa	109

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS.....	09
LISTA DE QUADROS	12
LISTA DE FIGURAS	13
CAPÍTULO 1	15
1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO.....	15
1.1 No cotidiano de uma entidade	15
1.2 A REBEn como objeto de estudo	20
1.3 A Tese e objetivo da pesquisa	30
CAPÍTULO 2	34
2 REVISÃO DA LITERATURA	34
2.1 O contexto de nascimento da Associação Brasileira de Enfermagem.....	34
2.2 Marcos estratégicos para a constituição da categoria profissional.....	40
2.2.1 Semana Brasileira de Enfermagem	40
2.2.2 Estratégias políticas para a educação em Enfermagem.....	43
2.2.3 Centro de estudos e pesquisas em Enfermagem	48
2.2.4 Congresso Brasileiro de Enfermagem - CBEEn.....	54
2.3 O nascimento de outras revistas.....	63
CAPÍTULO 3	67
3 REFERENCIAL TEÓRICO E METODOLÓGICO	67
3.1 Nova História	67
3.2 Memória e História Oral	71
3.3 Aspectos Operacionais do estudo	76
3.3.1 Fontes e Coleta de Dados.....	77
3.3.2 Organização e análise de dados.....	81
CAPÍTULO 4	83
4 A REBEn COMO VEÍCULO DE DIRECIONAMENTO E CONSOLIDAÇÃO PROFISSIONAL DA ENFERMAGEM BRASILEIRA	83
4.1. O nascimento da REBEn e os primeiros anos de luta (1932 - 1954): o surgimento como Annaes de Enfermagem	83
4.2 A REBEn em novo cenário e novos projetos para a enfermagem (1955- 1980).....	109
CONSIDERAÇÕES FINAIS	149
REFERÊNCIAS.....	154
APÊNDICES.....	168

CAPÍTULO 1

1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO

1.1 No cotidiano de uma entidade

Minha paixão pelo tema ABEn e seus desdobramentos se dá de forma gradativa, ou seja, se constrói à medida que me aproximo da entidade nos anos 80, a qual inicialmente parecia distante e inacessível. O pouco que se me apresentava desta era algo muito difícil de compreender de imediato. Porém, entendi que era necessário conhecer melhor aquela realidade para poder fazer parte dela e, também, entendê-la na sua plenitude. Passei então a me envolver de forma mais ativa e participativa no cotidiano da Associação, o que trouxe como resultado estar numa realidade bem mais ampla daquela conhecida e também mais próxima de mim como sujeito comum, como profissional de saúde político e engajado na enfermagem. A concepção de que a ABEn era uma Organização de elite da enfermagem, elite esta entendida como um grupo mais intelectualizado e detentor de um saber mais nobre, raro, de difícil acesso, era um consenso (MANCIA,2002a). Esta idéia pode ser visualizada no trecho da entrevista com uma dirigente nacional.

[...] a Clarice¹ foi eleita a “ Enfermeira do Ano²”. A presidente da ABEn a Dona Amália, lembro assim da Dona Amália³ e da Anayde⁴, aquelas pessoas, assim impolutas, que tu olhavas para elas e, eram um quadro, de tudo muito certo, tudo muito no lugar. Eu ficava assim, olhando e vendo que tinha uma diferença da gente, até das minhas ex-professoras e tal. A Dona Amália, aquela coisa, parecia muito longe da gente. Eu acho que tinha muita discussão nesse Congresso, sobre a fundação da ABEn, não estou bem certa disso. A construção da

¹ Clarice de Della Torre Ferrarini. Presidente da ABEn de 1962 a 1964.

² Prêmio oferecido pelos laboratórios Johnson do Brasil, iniciou em 1968 e perdurou até 1973. O regimento descartava da competição as enfermeiras que fossem presidente ou vice da diretoria da ABEn (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, livro de atas n.6, p1). As seguintes enfermeiras receberam o prêmio: Waleska Paixão (1968); Clarice Della Torre Ferrarini (1969); Maria Rosa de Souza Pinheiro (1970); Josefina Mello (1971); Irmã Maria Tereza Notarnicola (1972) e Haydée Guanais Dourado (1973).

³ Amália Correa de Carvalho. Presidente da ABEn de 1968 a 1972, aluna da primeira turma da Escola de Enfermagem da USP (1946).

⁴ Anayde Correa de Carvalho. Participou de várias diretorias da ABEn. Autora da obra “Associação Brasileira de Enfermagem- 1926-1976- Documentário, editado no ano do cinquentenário da ABEn. Livro que resgata a história da entidade. Aluna da 4ª turma da Escola de Enfermagem da USP (1949).

sede da ABEn, que eu não sei que de época é a sede da ABEn, tinha a campanha do tijolo. A doação de jóias, não me lembro bem se foi nesse Congresso, mas disso eu me lembro. (DOC/ENTREVISTA).

Desta forma, a aproximação gradativa me permitiu estar ao lado deste saber e conhecer o discurso da entidade, e, mais ainda, me autorizando a enunciar um discurso, o daqueles que acreditam na Associação. E isto vai se concretizando por meio de atividades como a participação em Assembléias Nacionais de Delegados - AND, nos Congressos Brasileiros de Enfermagem⁵ - CBEn, dentre outras.

Participar do CBEn foi a oportunidade que tive de me aproximar das lideranças da enfermagem e, ao mesmo tempo, relacionar o que sabia sobre a organização e o que agora se apresentava enquanto entidade profissional. Ainda sem um olhar mais qualificado para ver a entidade, como um todo, já compreendia e podia constatar concretamente, pela dimensão quantitativa e qualitativa do evento, o quanto a ABEn representava para as enfermeiras⁶ e para a profissão. Isto se materializava nos vários fóruns de discussão que acontecem durante os Congressos, como reuniões temáticas, nos encontros de escolas, reuniões de enfermeiros especialistas e, principalmente, nas plenárias da AND.

Em 1975, durante a “Semana Brasileira de Enfermagem”, resolvemos realizar uma jornada de Enfermagem em um hospital do antigo INPS, com a participação de uma figura ilustre da Enfermagem e da ABEn - Central, Enfermeira Isaura Lopes de Godoy⁷. Dois anos depois, trouxemos a enfermeira Judith Feitosa⁸. E, finalmente, em 1978, conseguimos, pela primeira vez, fora de um congresso nacional, trazer a presidente da ABEn-Central para proferir palestra em nosso Estado. Foi uma honra para nós poder contar com a presença da professora

⁵ 43º CBEn, realizado em Curitiba de 11 a 16 de outubro de 1991, (1800 participantes), nas dependências da Universidade Federal do Paraná, com o tema “Assistência de Enfermagem. Publicado os anais do evento em 1999; congresso em que se articulavam os candidatos para as eleições gerais que ocorreriam no ano seguinte (1992, ano em que foi eleita presidente da ABEn, Maria Auxiliadora Córdova Cristófar, vencendo a chapa liderada por Lore Cecília Marx, enfermeira de São Paulo presidente da seção na gestão 1989-1992). Importante salientar que foi o último processo eleitoral da entidade em que duas chapas disputaram o poder. Neste Congresso houve pouca participação dos laboratórios de Produtos e Materiais Hospitalares, algo que vinha ocorrendo desde 1987. Parecia uma reação à nova estratégia de gestão da ABEn, conforme Rossi (2001).

⁶ Neste estudo utilizarei somente a expressão enfermeira para designar tanto o feminino como masculino.

⁷ Isaura Lopes de Godoy, primeira vice-presidente da ABEn de 1976 a 1980.

⁸ Judith Feitosa de Carvalho coordenadora da Comissão Permanente de Serviço de Enfermagem da ABEn- Central, na gestão 1980-1984, presidida por Circe de Melo Ribeiro. Também 2ª tesoureira do Primeiro Conselho Federal de Enfermagem.

Ieda Barreira e Castro, hoje Ieda de Alencar Barreira⁹, que, além de presidente, era uma das personalidades mais influentes na categoria e que, até hoje, é um ícone da enfermagem brasileira. Em 1979, trouxemos outra personalidade da enfermagem brasileira a Maria Francisca Rangel¹⁰ (DOC/ENTREVISTA).

Também passei a freqüentar a sede da associação buscando mais conhecimento sobre as formas de atuação enquanto sócio. Tornou-se possível, então, ler as atas, manusear documentos do acervo da ABEn e conhecer a coleção de revistas da Revista Brasileira de Enfermagem- REBEn¹¹, facilitando, assim, um contato mais íntimo com o cotidiano da entidade. Isto de certa maneira me estimulou a continuar e até intensificar a minha participação nas atividades por ela promovidas.

A Revista Brasileira de Enfermagem provocou em mim um fascínio imediato. Havia exemplares das várias épocas e que no conjunto formavam uma coleção. Ao perceber que estava incompleta, providenciamos imediatamente as cópias de todos os fascículos, para a Seção-RS da ABEn. A leitura da Revista me remeteu ao âmago da ABEn. Nas páginas da revista, como Kruse (2004), localizo os saberes que devem ser divulgados para as enfermeiras, e, que estão organizados de forma a produzir determinados efeitos (MANCIA,2002a).

Esta aproximação com a ABEn, com seus sócios e dirigentes contribuiu para problematizar, formular questões que me ajudaram na decisão de participar de uma chapa que concorreria às eleições gerais para a ABEn no ano de 1992, ano que fui eleito primeiro tesoureiro da seção. Tal contexto me levou a conhecer a ABEn como organização, saber como funcionava internamente sua máquina administrativa, participar da organização de eventos, contribuir para a vida associativa e, também, interagir com profissionais de todo o Estado do Rio Grande do Sul.

A participação no dia-a-dia da ABEn, ora decidindo sobre a dinâmica da

⁹ Ieda de Alencar Barreira, matogrossense, viveu grande parte de sua vida entre as cidades do Rio de Janeiro e de Niterói. Atuou na Campanha Nacional Contra a Tuberculose com reconhecimento nacional. Inicia carreira docente na EEAN e é presidente da ABEn para a gestão 1976 a 1980. Além disso foi uma das fundadoras do Núcleo de História da Enfermagem Brasileira-NUPHEBRAS do Departamento de Enfermagem Fundamental da Escola Anna Nery.

¹⁰ Maria Francisca Rangel de Jesus, presidente da ABEn-DF (1972-1976), teve importante papel na regularização do uso da sede da ABEn, em Brasília.

¹¹ Criada em 1932 com o nome de Annaes de Enfermagem, primeiro periódico de Enfermagem do Brasil.

organização, ora representando a entidade em instâncias de deliberação, como Conselho de Saúde, ou participando das programações da própria entidade, permitiu que cada vez mais fosse me impregnando, me apaixonando pela entidade. Com este conhecimento mais concreto da ABEn e já fazendo parte dos grupos que lideravam a Enfermagem naquele Estado, organizamos um grupo para novamente disputar as eleições em 1995.

Na disputa eleitoral em 1995, a nossa chapa foi vencedora e tornei-me presidente da ABEn-RS. Neste cargo, ampliei o conhecimento anterior sobre a dinâmica da organização da entidade e passei a ter uma melhor compreensão de sua dimensão¹² para a profissão no meu estado e no país. Vincular a ABEn enquanto entidade nacional com a seção, se constituiu em uma busca permanente. Nos primeiros encontros em que participei como representante do RS junto à ABEn Nacional, não compreendia que relação efetiva havia entre as duas organizações. No entanto, os membros da diretoria Nacional aparentemente demonstravam muito mais coesão do que aqueles da seção. Como por exemplo: nas reuniões de diretoria são mais freqüentes; a vacância de cargos é baixa. Diferente da seção, que sempre tem cargos vagos e a freqüência nas reuniões é baixa. De modo que este aprendizado para conhecer a ABEn e entendê-la como unitária processou-se de forma árdua, a ferro e a fogo (MANCIA,2002a). Esse mesmo sentimento parece ser compartilhado por uma ex-presidente ao se reportar à relação da ABEn com as seções,

(...) eu fui presidente da ABEn muitos anos depois[...] eu sempre falei

¹² Projetos internacionais como: Liderazgo para el cambio, promovido pelo ICN (International Council of Nurses) e patrocinado pela Fundação Kellogg (FK) com objetivo de fortalecer as lideranças da enfermagem na América Latina. Participavam Brasil, Chile, Argentina, Paraguai, Uruguai e México; Classificação Internacional da Prática de Enfermagem- CIPE foi desenvolvida pelo ICN e no Brasil foi liderado pela ABEn, com o apoio da FK e resultou no projeto de Classificação das Práticas de Enfermagem em Saúde Coletiva- CIPESC. A proposta busca contribuir para a transformação das práticas de enfermagem no Brasil, configura-se como uma estratégia técnica e política da ABEn para o desenvolvimento da Enfermagem brasileira. Para tanto quer: estabelecer mecanismos de cooperação para a classificação da prática de enfermagem em saúde coletiva; visitar as práticas de enfermagem em saúde coletiva no país, contextualizadas no processo de produção em saúde, diante da implantação do Sistema Único de Saúde; e, construir um sistema de informação das práticas de enfermagem em saúde coletiva que permita a sua classificação, troca de experiências e interlocução nos âmbitos nacional e internacional. Feito que redundou numa das maiores pesquisas realizadas pela ABEn, desde sua criação. E tem sido o tema mais freqüentado no Simpósio Nacional de Diagnóstico de Enfermagem, evento bienal promovido pela Associação para estudos e divulgação de classificações, taxonomias e linguagens para a Enfermagem. A partir de 2006 este evento tem estimulado a entidade para conformar uma linguagem brasileira, na qual deverá prevalecer os resultados do CIPESC. Embora tenhamos, ainda, pouca publicação sobre a incorporação dos resultados na prática de enfermagem (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, 2007).

para a minha diretoria que a ABEn era um cabeção com um corpinho. Acredito que ainda hoje haja esta desproporção [...] (DOC/ENTREVISTA).

A participação nas diretorias de duas gestões da ABEn-RS de 1992 a 1998, possibilitou ampliar minha atuação para além do Estado do RS, me articulando e integrando na política da ABEn em nível nacional. Como consequência exerci por duas gestões (1996-2001; 2001-2004) o cargo de Diretor de Publicações e Comunicação Social da entidade. Esta posição me colocou como editor do periódico científico - a REBEn- da Associação e também como coordenador do Boletim Informativo, jornal de distribuição nacional, principal noticioso da ABEn. Ainda nesta diretoria coordenei a Comissão de Publicações da ABEn, cujo Conselho Editorial aprovava todas as publicações da Associação (RELATÓRIO,2005).

Mancia e Padilha (2001) afirmam

[...] qualquer discussão sobre socialização do conhecimento em enfermagem passa necessariamente pela ABEn, que ao longo dos seus 75 anos de fundação, se configura como o órgão articulador e responsável pela maior parte da produção e divulgação do conhecimento da enfermagem brasileira (p.21).

Os autores apresentam também, o crescimento em número de inscritos nos eventos da ABEn, bem como a quantidade de trabalhos apresentados. Assim, desvelando a participação de enfermeiras não pertencentes à academia, inferindo uma maior aproximação da ABEn com os profissionais de enfermagem que atuam nos serviços.

A ABEn, nos 80 anos de existência, desenhou os caminhos da Enfermagem brasileira nos aspectos políticos, de formação, técnico-científico e cultural, visto que em seus quadros todos os segmentos e/ou tendências, dentro da profissão se fazem presentes (FONSECA et al. 2000; CARVALHO,1976), congregando a maior parte da massa crítica da enfermagem.

Oliveira (1990) em sua análise da trajetória da entidade, apresenta dois espaços bem definidos: o que antecede e o que consolida o Movimento Participação

(MP)¹³. Este Movimento representou “um projeto de reforma para a enfermagem brasileira e para sua prática nos serviços de saúde, nas escolas e entidades da categoria, que busca o desenvolvimento técnico e político da profissão, enquanto trabalho e como um serviço” (GERMANO, 1997, p. 45).

Em pesquisa realizada por Rodrigues e Secaf (1998) sobre a análise dos 50 anos de história da Entidade e da participação de religiosas nas diretorias, as autoras inferem como importante na conformação da profissão, inclusive indicando a continuidade nos estudos sobre este grupo profissional, que imprimiu suas marcas na construção da identidade profissional da enfermeira. Para Carvalho (1974) a ABEn sempre esteve atenta aos problemas ligados à formação do pessoal de enfermagem e vem desempenhando o seu papel de entidade científico-cultural. Para Vale (2001) presidente da entidade no ano em que foram celebrados os 75 anos, a “ABEn, por sua história de organização e representatividade na área, tem estado à frente em todos os importantes fatos e lutas que marcaram a enfermagem brasileira”(p.154).

Oliveira, Barreto e Lima (1997), em retrospectiva histórica, constataam que desde a criação a organização da entidade passou por várias mudanças, adaptando-se às exigências impostas pelas conjunturas. Podemos lembrar a constante falta de sócios, assunto sempre presente nas reuniões. As várias questões em torno da Revista, ora parte da Associação, ora como órgão independente. Os marcos culturais: REBEn, Seminário Nacional de Pesquisa em Enfermagem - SENPE, CBEn, Encontros Estaduais de Enfermagem (ENFs) são demonstrações da força política desta entidade que sobrevive das lutas, conquistas e realizações da categoria.

1. 2 A REBEn como objeto de estudo

A partir da consideração de que a REBEn constitui-se como um instrumento político das diretorias da ABEn para estabelecer a interlocução com seus associados, apresento um recorte histórico delimitado desde o período de sua

¹³ Movimento que surgiu na década de 70 consolidando-se com esta denominação e diretrizes na década de 80.

criação, no ano de 1932, até a década de setenta, do século XX.

A Entidade tinha, já em 1932, um projeto mais ou menos delineado para a criação da revista, o qual vinha do nascedouro da Enfermagem moderna no Brasil e estava nas premissas das enfermeiras americanas da Missão Técnica de Cooperação para o Desenvolvimento da Enfermagem ou Missão Parsons¹⁴, qual seja: para uma profissão se consolidar precisa de uma Associação e de uma revista. O primeiro passo já havia sido dado, quando da fundação da Associação Nacional de Enfermeiras Diplomadas, no ano de 1926. Em 1932 chegara o momento de concluir a segunda etapa, ou seja, criar a revista, o que conformava o modelo de Enfermagem preconizado pelas enfermeiras americanas (PAIVA et al., 1999).

O fato de ter trabalhado diretamente com a REBEn por seis anos, possibilitou o meu envolvimento com sua trajetória, sua história e seus desmembramentos ao longo do tempo. Digo isso, porque hoje ela compete com outros periódicos¹⁵ importantes, que ampliaram-se numérica e qualitativamente ao longo dos últimos vinte anos. Porém a REBEn¹⁶ mantém o diferencial referenciado pela sua historicidade e sua vinculação à ABEn. Mesmo que se assemelhe a outros em termos de normalização, periodicidade e tipo de artigos publicados mantém esta característica marcante de representatividade.

A REBEn também tem sido um espaço para a divulgação de temas polêmicos, relativos à vida da entidade e, até mesmo da profissão que não tem visibilidade em outras revistas. Essa política vem de longa data e serve para dar impacto em questões que a entidade quer tornar visíveis, quer que sejam discutidas, como se percebe na produção de determinados atores, que freqüentam com relativa facilidade as páginas da revista. Isto também é constatado por trabalhos que

¹⁴ Grupo de enfermeiras americanas que trabalharam no Serviço de Enfermeiras do D.N.S.P., de 2/9/1921 a 3/9/1931 sob a chefia de Mrs. Ethel Parsons, Superintendente Geral na Divisão de Saúde Pública. O grupo era constituído de americanas (24), inglesas (2), canadense (1), belga (1), norueguesa (1). A Missão Americana ou Missão Parsons introduziu o ensino de enfermagem moderna, no Brasil, nos moldes Anglo-americanos (FRAENKEL, 1932).

¹⁵ Foram criadas: 1967 a Revista de Enfermagem da Escola de Enfermagem da USP; 1972 a revista Enfoque; 1975 Enfermagem em Novas Dimensões; 1976 revista Gaúcha de Enfermagem; 1978 revista Enfermagem Atual; 1981 Revista Paulista de Enfermagem, Revista Bahiana de Enfermagem; 1983 Enfermagem Moderna; 1988 Acta Paulista de Enfermagem; 1993 Revista Latino-Americana de Enfermagem; 1992 Texto e Contexto Enfermagem; 1998 RENE, Nursing- brasileira. Algumas dessas publicações foram de curta duração, com até três anos. A maioria delas era publicada com atraso, ora por carência de recursos financeiros, ora por escassez de trabalhos. No atual cenário compete um terceiro fator, a Classificação de Periódicos da CAPES.

¹⁶ Para a ABEn a revista tem por finalidade divulgar a produção científica das diferentes áreas do saber que seja de interesse da Enfermagem, incluindo a que expresse o projeto político da Associação (MANCIA; PADILHA, 2003).

utilizaram a revista como corpus de análise para determinados temas, como Mai (2004) que estudou a eugenia e suas diferentes manifestações no discurso da saúde ao longo da existência do periódico.

No entanto, a REBEn foi, desde o seu surgimento na década de trinta, até o final dos anos oitenta, além de um periódico informativo do conhecimento de enfermagem, também um espaço privilegiado para a ABEn expressar sua ideologia aos leitores e membros daquela organização. Esta ideologia se expressava principalmente, no conteúdo de seus editoriais, normalmente elaborados pela Presidente da Entidade ou pela Editora da Revista, personagem autorizada a enunciar um discurso em nome da entidade, sendo que na maioria aqueles são assinados, como comprovamos em pesquisa realizada nos 316 editoriais já publicados, dos quais apenas 86 não tem autoria (Apêndice A).

Isto pode ser evidenciado claramente no número inaugural de Annaes de Enfermagem, como foi chamada inicialmente, a Revista. O editorial denominado “Era Nova” (LOBO,1932), comenta o surgimento do periódico, declarando que este seria o “arauto” da Enfermagem; pensamento que vai se constituindo ao longo da existência da REBEn. Este editorial foi escrito por Rachel Haddock Lobo¹⁷. Muito embora, a revista não traga sempre em seus editoriais essa mensagem, sua orientação está distribuída de um determinado modo que possibilita a emergência de determinados temas, ou a ênfase a certos enunciados. Enunciados capazes de ativar visibilidades, “de modo a mostrar certas realidades e, ao mesmo tempo, ocultar outras” (VEIGA-NETO,2003, p.129), tendo isso certos efeitos ideológicos.

As mensagens veiculadas pela revista e oriundas da ABEn não estavam

¹⁷ Rachel Haddock Lobo, nasceu no dia 18 de junho de 1891, filha de ilustre família portuguesa que se estabelecera no Rio de Janeiro. Em 1918 participou como voluntária da Cruz Vermelha na França, onde recebeu a Comenda “Legião de Honra” do governo francês. No Ano de 1922 estabeleceu-se na França para cursar Enfermagem na École des Infermières de L’Assistance Publique, se forma em 1924, ano em que retorna ao Brasil. De imediato, quando aqui chega trabalha na Fundação Graffé Guinle, por pouco tempo. Logo é convidada para fazer parte do grupo de professoras da Escola Anna Nery-EEAN. Em 1927 parte para os Estados Unidos, financiada pela Fundação Rockfeller, com o objetivo de realizar aperfeiçoamento em Administração. Conhecimento que lhe daria condições estratégicas para assumir o cargo de Diretora da EEAN, o qual exerceu de 1931 a 1933. Rachel nesse período freqüentou o Teachers College Columbia University, na cidade de New York. Durante a Revolução Constitucionalista de 1932 organizou O Serviço de Enfermeiras em Buri (SANTOS; OLIVEIRA, 2002). Ainda teve expressiva participação em inúmeras associações tais como: International Council of Nurses Board of Education, Associação Nacional de Enfermeiras Diplomadas Brasileiras, Cruz Vermelha, Federação para o Progresso Feminino, Associação Cristã Feminina, entre outras. O lançamento do primeiro número da Revista Annaes de Enfermagem ocorreu em 20 de maio de 1932, no Pavilhão de Aulas da Escola Anna Nery, durante sua gestão como diretora da Escola. Também foi a primeira editora deste periódico. Faleceu em 1933 (SANTOS; OLIVEIRA, 2003).

descoladas do cenário e nem das idéias que caracterizavam os atores da Enfermagem da época (MANCIA,2002a). Mostravam os modos de ser dessa enfermagem, além de orientarem a condução da mesma em todos os espaços sociais, profissionais e políticos. Oportunizavam assim condições de possibilidades a certos modos de ser e fazer. Por esse viés, pode-se compreender como se fosse uma arqueologia dos procedimentos de controle, de seleção, de organização e de redistribuição dos discursos, bem como uma arqueologia dos procedimentos que instituem e significam o sujeito que fala (FOUCAULT,1997).

Os editoriais, ao tratarem de temas em evidência do contexto sócio-político, trazem, às vezes de forma velada, a orientação ideológica dos dirigentes da ABEn, a cada época. A análise de seu conjunto permite traçar um itinerário que orienta o olhar sobre a própria profissão. Isto nos permite afirmar que os editoriais da REBEn são o veículo de divulgação da ideologia dominante na entidade, porque estes embora personalizados reproduzem o discurso da ABEn, como demonstram Dias et al.(1998) em análise de quase duas décadas dos editoriais de Haydee Guanais Dourado¹⁸.

As pesquisadoras citadas isentam a autora dos editoriais, no caso uma das dirigentes da ABEn que ocupou vários cargos por muitos anos, atribuindo às idéias divulgadas ao caráter de um produto do seu tempo, como algo inexorável, inferindo neutralidade, isentando a editorialista como defensora daquele pensamento, como

¹⁸ Haydée Guanais Dourado nasceu na Bahia, em 1915. Formada pela EEAN em 1935. Fez pós-graduação na Escola de Enfermagem da Universidade de Toronto no Canadá(1942).Cursou Ciências Políticas e Sociais na USP (1945) e Jornalismo na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (1953).Ocupou os cargos de coordenadora de Comissão de Legislação, editora e redatora-chefe da REBEn, chegando, inclusive, ao cargo de vice-presidente. Atuou na ABEn de 1944 a 1986. É o nome mais citado no índice onomástico de Carvalho (1976). Um dos nomes que mais contribuíram para a construção da enfermagem brasileira. Segundo uma entrevistada, a presença de Haidée nas AND da ABEn fazia silenciar um público por 40 minutos, o tempo normal de suas intervenções. Tal deferência se devia, principalmente, à sua luta pelo enquadramento das enfermeiras no nível técnico-científico de Serviço Público Federal, que se consolidou em 1960. Haydée era um verdadeiro terror das presidentes da ABEn, sempre estava sugerindo coisas novas, tinha uma cesta de idéias e jogava essas permanentemente; como eram acatadas pelo público, depois deveriam ser implementadas pelas diretorias da ABEn. Assim procedeu em 1971, na AND de Manaus, ao sugerir a criação do Centro de Estudos e Pesquisas em Enfermagem, hoje CEPEn. Neste ano recebeu o título de sócio honorário da ABEn. Em 2007, no 58º CBEn, criou-se um prêmio com seu nome e patrocinado pela seção RJ. Fundou e foi primeira diretora da Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia, em 1947. Entre 1956 e 1958, coordenou o Levantamento de Recursos e Necessidades em Enfermagem no Brasil. Embora não demonstrasse entusiasmo pela vida associativa ela assistiu a poucas reuniões e, apesar da admiração pelo desprendimento de algumas colegas, que gastavam suas horas livres para fazer a Revista, ela achou o âmbito das discussões um pouco estreito” (BARREIRA; BAPTISTA,2002). Diferente do que caracterizaria sua vida a partir dos anos 50 (MANCIA, et al., 2006a).

que ignorando as condições de produção daquele pensamento (ALBUQUERQUE, 2002).

As comemorações ilustram um tipo de relação entre o presente e a história, em que o primeiro configura-se como uma eterna reciclagem de configurações diversas do passado (DOSSE, 2003). Assim, ao organizar/compor números comemorativos para celebrar datas, o Conselho Editorial decidia a que dar visibilidade ou não, na seleção dos artigos que comporiam cada número da revista, considerando que o espaço para drenar a produção submetida à avaliação sempre foi inferior à demanda. Desta forma, a ABEn por meio da revista e de suas normas, dirige a cena e escolhe os atores para contracenar (MANCIA,2002a).

Assim se posiciona a ABEn ao fazer comentários em seu editorial, por ocasião dos atos de celebração dos primeiros 30 anos de existência do periódico.

Estabelece-se para realizar comunicação, para servir de depositária das concepções que vão plasmando, moldando e dando existência à enfermagem nacional. Graças à existência da Revista, muitas idéias são produzidas, reunidas e difundidas (REVISTA BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, 1962d, p.401).

Acredito que o Conselho Editorial buscava estimular a documentação mais particularizada de determinados temas, possibilitando visibilidade a certos conhecimentos, decidindo o que deveria ser objeto de divulgação, conferindo uma certa autoridade a determinados sujeitos de enunciarem um discurso sobre a Enfermagem (MANCIA; PAIM; ZAGO,2005). Os autores que freqüentam as páginas da revista, sempre estão em posições favoráveis ao que pensa a diretoria da ABEn. Ou seja, alguns autores são eleitos como porta-vozes da entidade e têm sua produção divulgada amplamente.

Quadro 1 - Local de editoração, editor chefe, gestão, da Revista Brasileira de Enfermagem de 1932 a 2004, 2007

Sede	Editor chefe	Período
Rio de Janeiro	Rachel Hadock Lobo	1932
Rio de Janeiro	Zaíra Cintral Vidal	1933- 1938
Rio de Janeiro	Alayde de Borges Carneiro	1938-1941
São Paulo	Edith de Magalhães Fraenkel	1946-1950
São Paulo	Glete de Alcântara	1951-1954
Rio de Janeiro	Altair Alves Arduíno	1955-1957
Rio de Janeiro	Marina Andrade Resende	1957-1965
São Paulo	Anayde Correa de Carvalho	1965-1968
São Paulo	Maria Rosa de Souza Pinheiro	1968-1970
Rio de Janeiro	Vilma de Carvalho	1970-1972
São Paulo	Celina de Arruda Camargo	1972-1976
Rio de Janeiro	Lygia Paim	1976-1980
Rio de Janeiro	Maria Wanda R. de Oliveira	1980-1982
Porto Alegre	Sandra Maria de A. Mendes	1982-1984
Salvador	Maria Hélia de Almeida	1984-1986
Porto Alegre	Clélia Soares Burlamaque	1986-1989
Rio de Janeiro	Jane da Fonseca Proença	1989-1992
Salvador	Genny Araújo	1992-1995
Rio de Janeiro	Maria Theresinha N. da Silva	1995-1998
Porto Alegre	Joel Rolim Mancia	1998-2004
São Paulo	Isabel Cristina Kowal Olm Cunha	2004-2007

Ao longo destes 75 anos, a revista teve várias moradas, migrando toda sua estrutura, ora para a Bahia, ora para o Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul. Como apontado por Proença (1992) por ocasião dos 60 anos da REBEn *“historicamente, a nossa Revista sempre se sustentou no desejo dos dirigentes e sócios da ABEn em manter o veículo oficial de divulgação (p. 7)”*. Neste caso, se refere à forma como os problemas crônicos da Revista eram resolvidos.

E era aquela coisa, era Maria Rosa¹⁹, era Maria Ivete²⁰, e aquela

¹⁹ Maria Rosa de Souza Pinheiro nasceu em 1908 na cidade de Araraquara, São Paulo. Bacharel em letras pela USP em 1937. Graduação em Enfermagem em 1943 pela Escola de Enfermagem da Universidade de Toronto, Canadá. Mestre em Enfermagem pelo Teachers' College da Universidade de Columbia, de Nova York, em 1948. Diretora da Divisão de Enfermagem, Serviço Especial de Saúde Pública, no Rio de Janeiro. De 1951 a 1955. Diretora da Escola de Enfermagem da USP de 1955 a 1979. Presidente da ABEn de 1954 a 1958. Presidente do Primeiro COFEN em 1975 (REVISTA BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, 1964)

²⁰ Maria Ivete Ribeiro de Oliveira graduada em Enfermagem e Filosofia e mestre em Ciências Humanas pela Universidade Federal da Bahia. Doutora em Enfermagem pela USP/SP em 1972, com a tese “ O papel do enfermeiro como coordenador da assistência ao paciente, trabalho que se tornou uma referência nos cursos de administração aplicada à enfermagem. Presidente da ABEn de 1984 a 1986., quando presidiu os Congressos de 1985 (Recife) e 1986 (Rio de Janeiro) ano em que se celebrou os 60 anos da ABEn. Coordenou a Comissão de Temas do XVII CBEn de 1964 (Salvador). Coordenadora da Comissão de Educação da ABEn em dois períodos. Também exerceu os cargos de presidente da ABEn-BA de 1958 a 1962; Pró-reitora acadêmica da UFBA; Secretária de Estado do

danação, daquela falta de dinheiro, várias vezes, eu vi, elas fazendo cheque para emprestar à ABEn, para poder honrar os compromissos da ABEn (DOC/ENTREVISTA).

Nos anos 80, a diretoria da ABEn encontra grandes dificuldades no financiamento da revista, pois a impressão do periódico era muito cara e a política da revista era de que os sócios tinham o direito de recebê-la sem custo adicional, conforme determinação do estatuto, desde 1962. Para distribuir a REBEn para todos os sócios, assinantes institucionais, não sócios, permutas, assinaturas internacionais e vendas avulsas eram necessários aproximadamente 15.000 exemplares. As dificuldades encontradas levaram a primeira diretoria do MP, através de decisão de AND de desvincular o recebimento do periódico da anuidade da ABEn (BURLAMAQUE, 1987). Esta atitude foi recebida inicialmente com muitas críticas, no entanto, a partir de 1990 a revista passa a ser distribuída somente pelo sistema de assinaturas. Embora esta decisão contribua para a regularidade da revista, o sistema de assinaturas por si só não é capaz de garantir a sobrevivência do periódico. Tanto que a impressão da revista continuaria dependendo de auxílios de órgãos financiadores de ciência e tecnologia, como CNPq, FINEp, Universidades, Ministério da Saúde, UNESCO e, principalmente, do orçamento da ABEn.

E ai eu também tinha feito articulação com a ABEn [neste tempo já estavas na diretoria da ABEn?] já estava na diretoria da ABEn e consegui fazer bastante ajuda entre MEC e ABEn, na ocasião por causa da revista (DOC/ENTREVISTA).

Assim se expressa uma ex-dirigente quando estimulada a falar sobre sua contribuição para a ABEn durante o período em que fez parte do Ministério da Educação. A diretoria da ABEn sempre esteve atenta para esses lugares que freqüentemente tinham enfermeiras. E estas estavam ligadas à Associação,

Trabalho e Bem Estar Social na Bahia no governo de Roberto Santos, de 1974 a 1979. Presidente do COFEN, 1982-1986. No início da década de 1980 liderou a construção do documento: Enfermagem Brasileira em Defesa dos seus Direitos, utilizado para enfrentar o projeto do deputado Julianelli, (que propunha uma subordinação das ações de saúde ao médico) que mobilizou intensamente a enfermagem e as organizações de Enfermagem no Brasil. Recebeu os títulos de Sócia Honorária da ABEn e de Professor Emérito da UFBA (MANCIA, 2003).

realizando desse modo algumas parcerias, em que se financiavam itens importantes para a sobrevivência da Associação.

Já no relatório da gestão 2001-2004 da ABEn, divulgado em janeiro de 2006, esse informa que a revista já não depende de financiamento externo para a sua impressão. As assinaturas permitem a sobrevivência da revista e, ainda, auxiliam nas despesas da própria ABEn.

“Em dezembro de 2004, havia 800 assinaturas, é um número bastante expressivo se considerarmos que a média de assinaturas das revistas acadêmicas gira em torno de 450 assinaturas [...] uma publicação deveria investir em uma política de editoração voltada, prioritariamente, para a constituição de um público de assinantes leitores”, diferente do que está vinculado atualmente, que adota como regra pagar a assinatura para publicar (MANCIA, 2004, p.525). Não poderia ser de outra forma, pois as assinaturas espontâneas²¹ não sustentam a revista, é necessário o complemento financeiro e esse vem das demais assinaturas²².

Santos et al. (1997, p.177) em estudo de bibliometria de referências conclui que “a REBEn é o periódico de maior impacto e autoridade na comunidade de enfermagem”. Em estudo semelhante Prado e Gelbeck (2001) demonstram que a REBEn é o periódico mais utilizado por docentes de enfermagem. Mancina e Ramos (2001) em levantamento realizado com os periódicos de Enfermagem no Brasil concluíram que a REBEn é a revista com a melhor distribuição entre os periódicos brasileiros, visto que entre seus assinantes existem mais de 100 bibliotecas e seus artigos são indexados desde 1965 na maior base de dados da área da saúde, o MEDLINE/INI.

No atual índice CUIDEN, da Fundación Index de Enfermería de Espanha, base que tem mais de 200 revistas de língua espanhola e portuguesa, a Revista Brasileira de Enfermagem aparece como a mais citada em português (INDEX,2006).

A década de 90 trouxe um avanço significativo para a REBEn. Até então o CBEn garantia textos para compor a revista quando a demanda espontânea era

²¹ A partir de fevereiro de 2007 a revista passa a fazer parte do portal de revistas de enfermagem da BIREME, juntamente com as seguintes revistas: Acta Paulista de Enfermagem; Ciência, Cuidado e Saúde; Cogitare Enfermagem; Escola Anna Nery Revista de Enfermagem; Online Brazilian Journal OF Nursing; REME- Revista Mineira de Enfermagem; Revista Brasileira de Enfermagem; Revista da Escola de Enfermagem da USP; RENE- Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste; Revista Eletrônica de Enfermagem; Revista Enfermagem UERJ; Revista Gaúcha de Enfermagem; Revista Paulista de Enfermagem; Revista Texto & Contexto Enfermagem. A coleção está disponível com texto integral e de livre acesso, fator que influenciará sobre o número de assinaturas em suporte de papel.

²² Na capa 2 do fascículo 1 do volume 60, 2007, traz a informação de 1000 exemplares como tiragem.

insuficiente, de forma que qualquer trabalho apresentado no Congresso estava automaticamente bloqueado para análise e possível publicação. O aumento da produção apresentada no CBEn, chegando a um número superior a 1000 no ano de 1998, aliado ao aumento de textos via demanda espontânea para a REBEn, levou a diretoria, a partir do 51º CBEn (1999), a não mais reservar o direito de publicação dos trabalhos do Congresso para a revista (MANCIA,1998).

Paiva et al. (1999) afirmam, em relação à REBEn, que hoje não temos escassez de autores e trabalhos para publicar mas sim, pouca disseminação desta produção na prática e, também no ensino.

Com a abundante produção da pós-graduação em enfermagem no Brasil, a demanda de trabalhos para análise que chegava à secretaria da revista levou a um acúmulo em proporções que não seria possível publicá-los sem que perdessem a atualidade. Por isso, e com a finalidade de divulgar uma produção mais recente, a REBEn passou a ter periodicidade bimestral a partir de 2002, incluindo números temáticos regulares e anuais, além da publicação de índices anuais e cumulativos, estes a cada cinco anos (MANCIA, 2002b)

Visando contribuir para a melhoria dos periódicos de enfermagem em geral, e especificamente da própria REBEn, é que passou-se a realizar anualmente, a partir de 1998, o Encontro Nacional de Editores de Periódicos de Enfermagem²³ (ENEPEEn) durante o Congresso Brasileiro de Enfermagem, experiência que vem se acumulando e ampliando sua importância. Tal atividade tem propiciado o intercâmbio entre os editores e a pós-graduação, considerando que a maioria das publicações de enfermagem são vinculadas aos Programas de Pós-Graduações *Stricto Sensu* (MANCIA, 2004).

²³ A partir de 2005, 57º CBEn, passa a se chamar de Fórum Nacional de Editores de Revistas de Enfermagem.

Quadro 2 - Local, data e temas do ENEPEn, 2007

1998 1º ENEPEn 50º CBEEn- Salvador	Tema: Resultado da avaliação da ABEC dos periódicos de Enfermagem. Deliberou-se pela realização regular desses encontros.
1999 2º ENEPEn 10º SENPE/Gramado	Tema: Apresentação das bases de <u>dados</u> de enfermagem da UFMG; Formação de rede de revistas. Deliberou-se por levantamento para conhecer os periódicos de enfermagem no Brasil.
2000 3º ENEPEn 52º CBEEn/ Recife	Tema: Apresentação do levantamento: Situação das publicações de Enfermagem no Brasil. CAPES e CNPq. Fortalecer as revistas de Enfermagem.
2001 4º ENEPEn 53º CBEEn/Curitiba	Tema: Apresentou o resultado de três pesquisas que avaliaram a submissão de artigos. Exposição de pôsteres das revistas.
2002 5º ENEPEn 54º CBEEn/Fortaleza	Tema: Resgate dos encontros. Papel da CAPES. Apresentação da Psicologia. Matriz geradora de dados para a CAPES. Formação do Comitê Assessor.
2003 6º ENEPEn e 55º CBEEn /Rio de Janeiro	Tema: Discutido indexação em bases de Enfermagem. Deliberou-se pela formação do Fórum Nacional de Editores de Revistas de Enfermagem.
2004 7º ENEPEn 56º CBEEn/Gramado	Tema: Formação do Fórum Nacional de Editores de Revistas de Enfermagem.
A partir de 2005	Fórum Nacional de Editores de Revistas de Enfermagem
2005 13º SENPE São Luís/MA	Sugerido a formalização do Fórum Nacional de Editores de Revistas Científicas de Enfermagem- Discutido as dificuldades das revistas e a necessidade de união para maior fortalecimento. Sugerido solicitar participação da representação na CAPES e CNPq para auxiliar na melhoria dos periódicos.
2005 57º CBEEn/Goiânia	Proposta de regimento para o Fórum que é aprovada, com ficha de adesão. Apresentação da proposta da Biblioteca Virtual em Saúde e o Sub-projeto de Portal de Revistas de Enfermagem com texto completo on line (Rev.Enf). Solicitou-se que os periódicos confirmem ou não a adesão para participarem.
2006 58º CBEEn/ Salvador	Regimento do Fórum- apresentação final. Informes de melhoria de indexação de algumas revistas. Síntese do projeto da BVS Enfermagem do Portal de Revistas. Calendário de Reuniões para 2007.
2007 14º SENPE Florianópolis/SC	Participação das Representantes da área de Enfermagem na CAPES e CNPq, que falam da importância da melhoria das revistas. É realizada uma dinâmica onde todas as revistas discutem suas potencialidades e fragilidades e fazem encaminhamentos.
2007 59º CBEEn Brasília/DF	Retomada da discussão das fragilidades e propostas de encaminhamentos discutidas no âmbito das mantenedoras das revistas (programado)

Os encontros estão consolidados, pois a cada ano se repetem e têm

temáticas definidas e seus encaminhamentos são incorporados pela agenda da ABEn. A CAPES e CNPq, que no início não prestigiaram o evento, hoje constroem juntos a programação de cada atividade. Inclusive o resultado da pesquisa apresentado no 3º ENEPEEn foi utilizado como subsídio para a avaliação dos periódicos no ano de 2001. A pesquisa foi a primeira a mostrar o cenário das publicações de enfermagem no Brasil. Seu resultado teve um significado simbólico, que permitiu à ABEn definir estratégias de comunicação entre os periódicos de enfermagem (MANCIA; RAMOS, 2001).

A partir de 2005 a agenda do encontro também se junta ao programa da diretoria do CEPEEn. De forma, que ambas as diretorias da ABEn (CEPEEn e Divulgação e Comunicação Social) trabalham para a efetivação do evento.

1.3 A Tese e objetivo da pesquisa

Afirmar o papel da REBEn na consolidação da enfermagem como profissão, implica um entendimento particular sobre o conceito de profissão. As diferentes experiências, as lutas e conquistas, as percepções de enfermeiras ligadas à ABEn me permitiram refletir sobre a seguinte questão de pesquisa: Qual a importância da REBEn como veículo de direcionamento e consolidação da profissão de enfermagem desde o seu período inicial até a década de 70 do século XX?

Assim, busquei subsídios para argumentar a seguinte **Tese**: a REBEn vem representando nacionalmente um marco para a compreensão da enfermagem enquanto profissão uma vez que ela tem papel importante na trajetória histórica da enfermagem e se mostra locus privilegiado de enunciação do discurso e direção ideológica produzidos pela ABEn.

O **Objetivo** do estudo é:

Historicizar a emergência da Revista Brasileira de Enfermagem como órgão de direcionamento e consolidação profissional da enfermagem, desde o seu início até a década de setenta do século vinte.

O recorte temporal selecionado para o estudo se justifica porque neste período inúmeros acontecimentos se fizeram presentes e possibilitaram a

emergência de outras estruturas de poder fora do círculo da ABEn e da Revista Brasileira de Enfermagem. Dentre os acontecimentos mais marcantes para a enfermagem brasileira estão:

- **A implantação da reforma universitária e as novas escolas.** Em novembro de 1968 é promulgada a lei da Reforma Universitária, ou seja, Lei n.5540 de 28/11/68. Ainda, nesse mesmo ano, em dezembro é instituído o Ato Institucional n. 5, que retirava dos brasileiros as garantias individuais bem como concedia plenos poderes ao presidente da República, inclusive de legislar. Tais mudanças influenciaram profundamente a organização e o funcionamento da vida universitária, tendo também, atingido a enfermagem. Desse modo, a Reforma posicionou a carreira de enfermagem diferentemente no âmbito universitário, estimulando a abertura de novos cursos. Entre 1975-1976 foram criados 22 cursos de graduação em enfermagem, como resposta à política do Ministério da Educação de ofertar mais vagas para a formação de enfermeiras no Brasil. Uma vez que essa carreira havia sido a que menor crescimento tivera no período de 1950 a 1970. A realização do vestibular unificado e classificatório destacou-se, também, como uma inovação de impacto nesse momento (PAIM, 2001).

As novas escolas de enfermagem surgidas por incentivo do governo, na década de 70, colocaram na agenda da enfermagem brasileira novos cenários e novos atores, que passam a contribuir com a construção do conhecimento da área. Assim, nesse período, também estimuladas pela política de pós-graduação, por uma reforma universitária sendo implementada, as enfermeiras docentes se apressam em realizar estudos de pós-graduação *stricto sensu*.

- O nascimento da **pós-graduação stricto sensu**, a partir de 1972 com o curso de mestrado em Enfermagem Fundamental implantado pela Escola de Enfermagem Anna Nery da Universidade Federal do Rio de Janeiro. No ano seguinte é implantado na Escola de Enfermagem da USP o mestrado em Fundamentos de Enfermagem (ROCHA; ALMEIDA; WRIGHT,1989). Para Paiva et al. (1999) a conseqüente defesa da primeira dissertação em 1975²⁴ institui oficialmente a transformação do conhecimento dessa profissão. O curso de doutorado em enfermagem é criado em 1981 na Universidade de São Paulo,

²⁴ Lygia Paim é a autora da primeira dissertação defendida em programa de pós graduação em enfermagem no Brasil. O trabalho se intitula: A prescrição de Enfermagem: unidade valorativa do plano de cuidado. Rio de Janeiro, 1975. Escola Anna Nery.

parceria entre as escolas de Ribeirão Preto e da cidade de São Paulo dessa mesma Universidade (BAPTISTA; BARREIRA, 1997)

A aproximação da ABEn com a CAPES se inicia na década de cinquenta. Como podemos verificar nessa comunicação feita pela presidente da ABEn, em reunião de diretoria, sobre a participação em estudo sobre enfermagem:

Dona Maria Rosa comunica que a ABEn fará um estudo sobre Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil, estudo esse financiado pela Fundação Rockefeller como apoio do SESP e da Repartição Sanitária Panamericana; que será organizado um Conselho do qual participarão representantes do M.S., M.EC., CAPES, SESP, Repartição Sanitária Panamericana, Fundação Rockefeller e ABEn; que D. Haydée Dourado foi indicada para auxiliar esse estudo (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, livro de atas n.3, p.2).

A partir de meados dos anos 70 é que a enfermagem atua no CNPq e CAPES, de forma bastante tímida, em nível de consultoria, porém durante a década de 80 se constitui como área de conhecimento nesses órgãos (BRANDÃO, 1999; ROCHA et al., 1989);

- **A criação do sistema COFEN/CORENs**²⁵ (Conselho Federal de Enfermagem e Conselhos Regionais de Enfermagem). Ao longo de sua trajetória a ABEn constitui-se em ponto de referência para a enfermagem brasileira. Através desta entidade partiram em 1945 as reivindicações para a criação do sistema COFEN/CORENs (CARVALHO,1976), com acompanhamento até sua concretização, em 1973, tendo a Associação indicado, inclusive, a sua primeira diretoria²⁶.

²⁵ Designativo para a rede de fiscalização do exercício profissional de enfermagem no Brasil.

²⁶ Maria Elena da Silva Nery (ENTREVISTADA), membro da primeira diretoria do COFEN (primeira secretária) informa que recebeu solicitação do Ministro do Trabalho para indicar 18 nomes para compor a primeira diretoria, fez tal indicação junto com a ABEn. Nas atas de reunião de diretoria em vários encontros o tema foi tratado e remetido às seções, que enviaram sugestões de nomes, foram discutidas inicialmente 54 indicações, até chegar ao consenso de 9 titulares e 9 suplentes. Ao final a lista foi enviada ao Ministério do Trabalho. Dos nomes indicados, um não foi aceito pelo regime militar (Maria Dolores de Lins Andrade, que havia participado de uma conferência feminista). Ao final, fizeram parte do primeiro COFEN: Maria Rosa de Souza Pinheiro, presidente; Amália Correa de Carvalho, vice-presidente; Maria Helena da Silva Nery, primeira secretária; Vani Maria Chika Faraon, segunda secretária; Raimunda Becker, primeira tesoureira; Judith Feitosa de Carvalho, segunda tesoureira; conselheiras: Edna Duarte Bispo, Jandyra Santos Orrico e Terezinha Patrocínio do Valle. Tal diretoria tomou posse e imediatamente se fez a eleição (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, livro de atas n.6).

A partir destas considerações realizadas, das lutas, embates políticos e conquistas da ABEn para a Enfermagem, entendo que seja relevante para a profissão de enfermagem conhecer a trajetória da REBEn porque a revista, em suas páginas acompanha o desenvolvimento da profissão desde seu início, tanto no Brasil, que recém implementava um modelo de ensino, quanto da enfermagem americana, naqueles assuntos que interessavam para consolidar e dar visibilidade à enfermagem brasileira. A revista permeou toda a constituição da enfermagem no Brasil, partindo da primeira escola nos moldes Anglo-americanos, local onde a própria revista foi criada, ou seja, a Escola de Enfermeiras Dona Ana Néri, até a criação das demais escolas, divulgando livros didáticos, que se tornaram ícones da profissão, tendo certamente grande influência sobre a escolha das obras de uso didático, possibilitando o controle daquilo que se deveria ensinar às futuras enfermeiras (KRUSE, 2004). E, além disso, a revista foi a única publicação informativa para as enfermeiras até meados da década de 60, quando houve o surgimento do segundo periódico de enfermagem no país.

No entanto, a nova revista (REEUSP) se diferenciava na sua finalidade, pois foi criada para divulgar a incipiente produção científica da Escola de Enfermagem da USP. Competia com a REBEn na disputa dessa produção, antes reservada para a única revista. Em relação aos demais temas discutidos e apresentados pela REBEn, esta continuava sendo a única que estabelecia uma comunicação efetiva com as enfermeiras, porque veiculava em suas páginas os resultados de todas as discussões ocorridas no âmbito da ABEn, tanto decisões de diretoria, como recomendações de Congressos e relatórios de gestão e de Comissões. Além de divulgar notícias curtas pertinentes ao mundo da enfermagem, e de interesse da entidade e que deveriam ser conhecidas pela comunidade de enfermagem.

CAPÍTULO 2

2 REVISÃO DA LITERATURA

Nesta parte trato do contexto da construção histórica da ABEn. São demonstrados, a partir de uma perspectiva muito particular, os fatos que desde o início da instalação da Entidade demarcaram os seus diversos momentos. Para tanto me assegurei de buscar em estudos de história aqueles acontecimentos que, situados em uma cronologia, pudessem dar uma significação ao todo, ou seja, permitissem visualizar a constituição da ABEn ao longo dos anos.

2.1 O contexto de nascimento da Associação Brasileira de Enfermagem

Desenvolver um relato de natureza histórica acerca da profissão exige explicitar a perspectiva a partir da qual se entende a emergência desta profissão no contexto social. Assim, identifico o nascimento da enfermagem moderna no Brasil com a implantação do modelo Anglo-americano, resultado da conjugação do modelo proposto por Florence Nightingale com o norte-americano, introduzido pelas enfermeiras da Missão Técnica de Cooperação para o Desenvolvimento da Enfermagem (Missão Parsons) e, com ela a Associação Brasileira de Enfermagem (SAUTHIER, 2000).

Concordo com Rizzoto (1999, p. 11) quando afirma que:

parece haver consenso na historiografia, que aponta o ano de 1922 como o marco inicial da Enfermagem Moderna Brasileira; ano em que foi criada a Escola de Enfermeiras do Departamento Nacional de Saúde Pública(DNSP), atualmente, Escola de Enfermagem Anna Nery (EEAN).

A primeira escola de enfermagem moderna no Brasil foi concebida nos moldes da enfermagem anglo-americana e a transposição desse modelo para o

Brasil esteve na dependência de circunstâncias e fatores que caracterizaram o início do século, concretizando-se na reforma sanitária de 1920, de acordo com os interesses de expansão do Estado (SAUTHIER, 2000).

As condições sanitárias do Brasil no início do Século XX eram demasiadamente precárias, o país vivenciava toda a sorte de doenças infecto-contagiosas. A reforma denominada Carlos Chagas, em 1920, culminou com a criação do Departamento Nacional de Saúde Pública- DNSP e com o auxílio da Fundação Rockefeller (FR). O convênio com essa Fundação determinou a vinda para o Brasil de uma Missão Técnica de Cooperação para o Desenvolvimento da Enfermagem. Esta missão era chefiada por Ethel Parsons, responsável pela institucionalização no Brasil do que se denominou a moderna enfermagem profissional e cujo poder perdurou por uma dezena de anos (1921-1931) (CARVALHO; SAUTHIER, 2002). Assim, a Reforma Carlos Chagas na saúde propiciou as condições para a implantação no Brasil da Enfermagem no modelo de Florence Nightingale.

Tal modelo de enfermagem era experimentado nos Estados Unidos desde o século dezenove e, se implantava no Brasil com imenso apoio da área médica. Naquele país se consolidou como uma estratégia capaz de atender as necessidades de saúde da população. Chega aqui com a mesma intenção, ou seja, de fazer funcionar um modelo de enfermagem dita moderna, que contribuía enormemente para melhorar as condições de saúde da população.

No entanto, a transposição desse modelo se dava em condições bem diferentes daquelas de sua origem, visto que as escolas de enfermagem nos Estados Unidos eram criadas anexas a Hospitais privados. No Brasil a primeira Escola a se criar com esse perfil se estabeleceu como organização pública, como extensão do Departamento Nacional de Saúde Pública.

A implantação e permanência do modelo nightingaleano de enfermagem teve apoio financeiro da FR, oferecendo bolsas de estudo para que as recém-formadas se preparassem nos Estados Unidos, com a finalidade de substituir as norte-americanas e garantir a orientação seguida pela Missão Técnica, quando esta se retirasse do país (SAUTHIER, 2000).

A missão nos deixou uma herança muito rica. Além do conhecimento que orientou e garantiu o exercício da profissão, solidificava os ritos de passagem, “onde

os mitos e a mística da enfermagem são, até hoje, fortalecidos” (SAUTHIER, 2000, p. 19). Ainda, de acordo com esta autora era necessário buscar “a figura de uma mulher brasileira” [...] escolheu-se então o nome de Anna Nery como patrona da Escola” esta como heroína de guerra “já tinha tido sua figura mitificada desde o século passado” (SAUTHIER, 2000, p. 19).

Com a regulamentação do exercício da enfermagem em 1931, cria-se o Padrão Anna Nery - PAN, para a equiparação das demais escolas de enfermagem já consolidadas ou a serem criadas. Assim, institucionalizava-se definitivamente a profissão no Brasil. É possível inferir, de acordo com determinado artigo desta lei, que houve participação da Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas (ABED) em sua elaboração, porque para a composição da banca de validação de diplomas emitidos no exterior, era necessário ter indicação da Associação:

Art. 3º- A banca examinadora a que se refere o artigo 1º deverá constar: da Diretoria da Escola de Enfermeiras Ana Nery, de duas enfermeiras diplomadas indicadas pela diretoria da Associação de Enfermeiras Diplomadas Brasileiras, de dois professores da Escola Anna Nery, dos quais um médico e outra enfermeira, ambos indicados pela Superintendência Geral do Serviço de Enfermeiras do Departamento Nacional de Saúde Pública (FRAENKEL, 1932, p.8).

De acordo com Sauthier (2000, p. 21) “a partir de então se oficializa o PAN, o modo de ser enfermeiro, influenciando a configuração do perfil profissional da enfermeira brasileira”. A preocupação com a manutenção e perpetuação do modelo de ensino e profissional formado pela escola padrão faz com que as enfermeiras americanas, orientadas pela tradição das escolas de enfermagem de seu país, criem uma associação de alunas.

O corpo de professoras da EEAN criou em 1923 a Associação do Governo Interno das Alunas (AGIA) na EEAN, que além de ser um instrumento formador de qualidades para o comando e para a liderança, também se constituía numa instituição de controle e de poder (BARREIRA; SAUTHIER; BAPTISTA, 2001). Na AGIA as professoras da escola tinham o controle absoluto da organização, visto que a presidência do Conselho era exercida pelas docentes (ESCOLA ANNA NERY, livro de atas n.23).

Com a diplomação da primeira turma de alunas da EEAN em 1925, criar uma

associação de ex-alunas “era conveniente tanto à escola, que manteria um certo controle sobre o conjunto das enfermeiras por ela diplomadas” (BARREIRA; SAUTHIER; BAPTISTA 2001, p. 158) e, também para as alunas que seriam membros de uma associação ligada à prestigiosa EEAN. A idéia se concretiza com a inclusão, na futura associação de enfermeiras diplomadas, que haviam se formado no exterior, favorecendo, assim, Edith de Magalhães Fraenkel²⁷ e Rachel Haddock Lobo que atuavam na EEAN. A criação da associação de enfermeiras vinha ao encontro do que preconizavam as enfermeiras americanas da Missão Técnica que, segundo Patrícia Donahue citada por Barreira, Sauthier e Baptista (2001, p.158) “tinham incorporado ao seu habitus a prática da livre associação para a consecução de objetivos comuns”. Havia entre elas o entendimento que para uma profissão ser reconhecida necessitava de uma associação e de uma revista.

²⁷Edith de Magalhães Fraenkel nasceu em 1889 no Rio de Janeiro. Neta de Benjamin Constant Botelho de Magalhães e filha de Diplomata permaneceu fora do Brasil de 1892 a 1906(Alemanha, Suécia e Uruguai). Em 1918 recebe o título de sócia remida da Cruz Vermelha Brasileira, por sua atuação na epidemia de Gripe Espanhola. Em 1922 realiza curso superior de enfermagem na Filadélfia (Escola de Enfermagem da Filadélfia), onde teve destaque na atuação como aluna, principalmente pelo domínio do inglês, motivo de elogios pela diretora da Escola. Ali conhece Lilian Clayton, professora de ética que terá profunda influência em sua carreira. Edith, a partir de então, assume a premissa de que uma profissão para se firmar necessitava de uma Associação e de uma Revista . Retorna ao Brasil, em 1925, com o diploma de enfermeira, registrada no departamento de saúde pública dos Estados Unidos, sendo, também, a primeira enfermeira brasileira. Em 1925 torna-se Instrutora da Escola de Enfermeiras Dona Ana Néri (EAN). Em 1926 participa da fundação da Associação Nacional de Enfermeiras Diplomadas, para a qual foi eleita presidente em 1927. Designada, em 1928, como Superintendente do Serviço de Enfermeiras do DNSP. Em 1934 trabalhou intensamente pela campanha do voto feminino junto com a deputada feminista, Bertha Lutz,. No final de 1938 deixa a presidência da ABEn, depois de quase doze anos. Eleita presidente da Associação Nacional de Enfermeiras Diplomadas Brasileiras (ABEDB) em 1941, para cumprir mandato até 1943. Em 1942 foi nomeada pelo Governo de São Paulo diretora da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo e em 31 de outubro de 1943 proferiu a aula inaugural. Nascia, assim, uma das escolas mais importantes na formação do pensamento da Enfermagem brasileira, constituindo-se em um novo centro difusor da profissão no Brasil, que vai exercer profunda influência na organização de novas escolas no país e para a América do Sul. Enquanto presidente da seção São Paulo, no ano de 1947 organiza I Congresso Nacional de Enfermagem, acontecimento que marcou época. Ainda em sua gestão realizou o II Congresso Nacional de Enfermagem no Rio de Janeiro em 1948, quando é eleita para mais um mandato na ABED. Instalou no Brasil o III Congresso Nacional de Enfermagem no Rio de Janeiro e o IV Congresso Nacional de Enfermagem em Salvador-Bahia em dezembro de 1950. Colaborou em 1951 na reorganização da Associação de Enfermagem do Uruguai. De 1938 a 1946 foi membro da Divisão de Educação da ABED. Em 1949 colaborou na reorganização da Escola de Enfermagem da UFBA Salvador-Bahia (CARVALHO, 1980); em 1952 colaborou na criação de Escolas de Auxiliares de Enfermagem; organizou o XI Congresso do CIE em 1953; no ano 1954 instalou o curso de Auxiliares de Enfermagem na Escola de Enfermagem da USP; em 1956 coordenou o Departamento de Ensino da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto até o ano de 1961; em 1965 presidiu a Comissão do Histórico da ABEn, atividade que desenvolveu até 1968, quando entregou à ABEn um documento de 160 páginas datilografadas contando a história da Associação até então. Em 1967 reorganizou e dirigiu o serviço de enfermagem da Casa de Saúde e Maternidade Santa Maria na cidade do Rio de Janeiro, estava então com 78 anos. Em 1957, a ABEn instituiu o prêmio Edith de Magalhães Fraenkel, patrocinado pela Escola de Enfermagem da USP/SP (CARVALHO, 1980; MANCIA; PADILHA,2006). Faleceu em 1968.

Portanto, “a AGIA se constituiu no lócus de gestação da ANED” (BARREIRA; SAUTHIER; BAPTISTA 2001, p. 159). Como pode ser confirmado pela primeira diretoria da ANED, que teve como presidente Rimídia Bandeira de Souza Gayoso, também presidente da AGIA, desta forma dando continuidade entre as duas associações. Embora , nesses primórdios, pouco tenha sido o destaque da jovem presidente, parece que desempenhou um papel secundário, pois após o primeiro ano de existência da nova organização, não mais encontramos seu nome participando de qualquer atividade.

A despeito do desaparecimento da primeira ata (CARVALHO, 1976) consagrou-se como data de criação da Associação Nacional de Enfermeiras Diplomadas (ANED) o dia 12 de agosto de 1926.

Em primeiro de junho de 1929, com o objetivo de ingressar a ANED no International Council of Nurses²⁸ (ICN) foi acrescentado o gentílico “brasileiras” ao nome tornando-se Associação Nacional de Enfermeiras Diplomadas Brasileiras (ANEDB). Denominação que permaneceu até 7 de agosto de 1944, quando ocorre reforma no estatuto da entidade e esta passa a se chamar Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas (ABED).

Em 21 de agosto de 1954 passou a designar-se Associação Brasileira de Enfermagem²⁹ (ABEn), nome que permanece até hoje (GOMES et al., 2005, p.362).

No pós-guerra, a diretoria da ABEn reestrutura a organização da entidade, inclusive criando seções, de maneira a manter a unidade da enfermagem nos estados onde já haviam escolas de enfermagem e o número de enfermeiras estava em franco crescimento(CARVALHO,1976).

A primeira seção a ser criada foi a de São Paulo, imediatamente se cria a seção distrito federal e assim a ABEn foi se expandindo para os demais estados da nação³⁰. Em estados mais desenvolvidos também se criaram regionais, unidades da

²⁸ ICN organização Internacional que admite uma entidade de enfermagem por país. Atualmente congrega representações de 129 países. É uma organização não governamental, econômica e politicamente independente, com sede na Suíça. Foi criado em 1899. Realiza a cada 4 anos um Congresso Internacional, no qual participam em torno de 8.000 enfermeiras (OGUISSO, 2004).

²⁹ Motivo que levou as enfermeiras dirigentes a substituir o nome, se deve ao entendimento que tinham na época, qual seja, de que não era mais necessário dizer enfermeira diplomada porque a sociedade já sabia quem eram as enfermeiras, assim optaram por Associação Brasileira de Enfermagem, que seria mais amplo.

³⁰ Em 1945 foi criada a “Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas de São Paulo” e, em 1946, o núcleo do Distrito Federal, que vieram a constituir as atuais seções de São Paulo e Rio de Janeiro (ARONE et al. 2001).

ABEn, subordinadas às seções, bem como, os núcleos que são unidades da Associação em locais de número menor de enfermeiras. Essa estrutura não dispõe de autonomia financeira, mas tem se mostrado mais ágil do que as regionais. É uma estratégia que passou a ser estimulada pela ABEn³¹. Hoje a ABEn, apesar dos esforços de várias diretorias, não se constituiu nos estados do Acre e de Roraima. E sua organização nos estados do Amapá e Rondônia se encontra muito fragilizada (RELATÓRIO, 2005).

A ABEn é uma organização civil de direito privado sem fins lucrativos, reconhecida de utilidade pública. Congrega sócios efetivos (enfermeiras e enfermeiros), especiais (técnicos(as) e auxiliares de enfermagem) e temporários (estudantes) que a ela se associam livremente. É regida por estatuto e regimentos elaborados e aprovados pelos sócios (ESTATUTO, 2005). Possui uma diretoria nacional e uma diretoria estadual em cada seção, sendo que nas regionais só tem cargos executivos, e nos núcleos coordenador. Seu estatuto existe por tempo indeterminado e modificações no todo ou em partes são introduzidas quando aprovadas por maioria absoluta dos delegados em AND extraordinária com pauta específica.

A ABEn constitui-se em Patrimônio da enfermagem brasileira, haja vista que todas as conquistas da categoria emergiram de movimentos por ela organizados. A Associação possui representação nos estados do país, através das seções. Trabalhando com o Ministério da Saúde, OPS, UNESCO, CNS, FENTAS, MEC, CAPES, CNPq, FINEp, desde sua criação, em atividades de assessoria, parcerias em eventos, publicações e realização de campanhas nacionais de saúde e educação. Na educação tem acompanhado todas as questões referentes ao ensino de enfermagem do nível médio à pós-graduação (VALE, 2001).

A seguir apresento alguns marcos **estratégicos** que, pelo meu olhar, contribuíram para constituir a categoria de enfermagem por meio de sua Associação. São eles: Semana Brasileira de Enfermagem; a Educação em Enfermagem e a ABEn; Centro de Estudos e Pesquisa em Enfermagem - CEPEn e Congresso Brasileiro de Enfermagem - CBen.

³¹ Os núcleos foram implementados na seção Santa Catarina, na gestão de Gelson Luiz de Albuquerque, entre 1998-2001. Teve sua inclusão no estatuto na reforma realizada em 2000, na cidade do Recife, durante o 52 Congresso Brasileiro de Enfermagem, na gestão 1998-2001 da diretoria nacional presidida por Eucléa Gomes Vale.

2.2 Marcos estratégicos para a constituição da categoria profissional

2.2.1 Semana Brasileira de Enfermagem

Laís Neto dos Reys³² (LNR), diretora da EEAN, em 1940, com o apoio da Universidade do Brasil (UFRJ) e do Ministério da Educação e Saúde (MES) celebra a primeira Semana da Enfermeira. A comemoração teve lugar na própria escola e, como recomendado pelo Decreto n.º 2156/38. Inicia sua celebração no dia 12 de maio³³, data do nascimento de Florence Nightingale, prolongando-se até 20 de maio, data do falecimento de Anna Nery³⁴ (CARVALHO, 1976).

LNR em seu discurso de abertura da Semana da Enfermeira apontou como objetivos: homenagear as patronas da Semana; estimular as enfermeiras a se aperfeiçoarem e facilitar o encontro de diretoras de escolas (CARVALHO, 1976).

A Segunda Semana da Enfermeira foi realizada também na EEAN, havendo já nesta ocasião a presença de diretoras de outras escolas, convidadas por LNR. Interessante observar que neste evento os objetivos da Semana foram acolhidos pelas diretoras, as quais passam a organizar a Semana em seus estados (SEMANA DA ENFERMEIRA, 1941).

Com o surgimento das seções da ABED, como a de São Paulo, estas incorporam a Semana da Enfermeira e passam a realizá-la como atividade regular da ABEn a partir de 1946. Durante a Semana da Enfermeira de 1946, realizou-se a 6ª Conferência sobre currículo mínimo, que embora estivesse esvaziada, discutiu assuntos relacionados à seleção e ingresso nas escolas de enfermagem e detalhes da distribuição da carga horária do currículo mínimo. Portanto, as enfermeiras

³² Aluna da primeira turma da Escola Anna Nery. Logo após a graduação foi para Filadélfia (USA) no Hospital Geral dessa cidade para treinar em Serviço de Saúde Pública e de Doenças Contagiosas. Kursou Psicologia e Pedagogia na Sorbone e na Universidade Católica de Paris. Primeira diretora da Escola Carlos Chagas de Belo Horizonte de 1933 a 1938. Assume a Direção EEAN nesse ano e permanece até 1950, ano de sua morte. Idealizadora da Semana da Enfermeira. Vice-presidente da Divisão de Educação da ABEn. Teve grande habilidade política e suas relações com a Igreja e o Estado lhe garantiram prestígio na escola Anna Nery e na sociedade da época (SECAF; COSTA, 2007)

³³ Dia Nacional do Enfermeiro, instituído em 1938, durante o governo de Getúlio Vargas.

³⁴ Em 1958, durante o XI CBEn as seções sugerem a criação, por ato oficial, da Semana de Enfermagem. Nesse evento foi apresentado o relatório parcial do Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil (CARVALHO, 1976). Passa a ser chamada, pela diretoria da ABEn de Semana Brasileira de Enfermagem a partir de 1958. No entanto tal denominação jamais será seguida rigidamente, inclusive nas reuniões de diretoria sempre falam em Semana de Enfermagem, como podemos comprovar nas atas desses encontros. De outro modo fora do círculo da ABEn em todo o país se comemora a Semana de Enfermagem (LAUTERT et al., 2007).

comemoram a data com várias atividades, mas tendo como foco a educação (ALMEIDA FILHO et al., 2005)

Desde 1940, a Semana da Enfermeira se realiza anualmente, sendo que em 2006 celebramos a 67ª Semana. Como claramente expresso por LNR, a Semana incorporou aqueles objetivos e tornou-se tradição desenvolver um tema durante a comemoração, como aconteceu na primeira Semana, em homenagem a Anna Nery (SEMANA DA ENFERMEIRA, 1940).

A oportunidade oferecida pela Semana da Enfermagem é bem aproveitada pelos membros da Associação; artigos em jornais, palestras em reuniões especiais, em escolas, nos centros de saúde ou pelo rádio, cartazes em vitrines, são os meios mais utilizados. Houve seções que lançaram mão de expedientes novos, tais como: reuniões sociais, exibição de filmes sobre enfermagem, visita ao hospital e até uma demonstração de cuidado de enfermagem, irradiada e filmada para a televisão. Várias incluíram, nas comemorações da Semana, a Páscoa das enfermeiras. A Semana da Enfermeira, ideada por Laís Neto dos Reis, teve tanta aceitação em nosso meio, que os sindicatos de “Enfermeiros e Empregados de Hospitais a adotaram e também dela se ocupam como carinho especial. Continuam as seções este trabalho de divulgação necessário, para trazer ao conhecimento público informações sobre a profissão (PINHEIRO, 1955, p.3.).

A atividade da Semana da Enfermeira se amplia e é comemorada em todo o país; abrange os mais diferentes temas e tem como finalidade reunir os profissionais. Ainda mantém um forte caráter religioso, ocorrendo muitas cerimônias sociais durante aquele período. Também servia como uma estratégia para divulgar a profissão e, principalmente na década de 50, de recrutar alunas para os cursos de enfermagem. Époça em que a ABEn reivindica que se oficialize a atividade e esta passe a se denominar Semana da Enfermagem. Em 1960 é reconhecida por lei³⁵ tornando-se atividade oficial (CARVALHO, 1976).

Em reunião de diretoria no ano de 1969 a presidente

comunicou aos presentes a nova feição que estão assumindo as comemorações da Semana de Enfermagem, com a realização de jornada científica e discussão de temas atuais, principalmente no Rio

³⁵ Decreto n. 48.202, de 1960, do presidente Juscelino Kubitschek estabelecendo o período de 12 a 20 de maio, determina que “no transcurso da Semana deverá ser dada ampla divulgação às atividades da enfermagem e posta em relevo a necessidade de conagração da classe em suas diferentes categorias profissionais, bem como estudados os problemas de cuja solução possa resultar melhor prestação de serviço ao público”.

de Janeiro (Guanabara), em São Paulo e Brasília (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, Livro de atas n. 6, p.11).

A partir da década de 70, de acordo com Carvalho (1976) predominam nas realizações as atividades científico-culturais promovidas pela ABEn, de forma que a ABEn considera a Semana de Enfermagem como patrimônio da Entidade e passa a denominá-la Semana Brasileira de Enfermagem – SBEn (MANCIA, 2002a).

Dentre outros temas, servia a SBEn para divulgar documentos como: “Declaração de Princípios e a Política do ICN para ser divulgado na Semana de Enfermagem” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, livro de atas n.7, p.7).

A partir da década de 80 a SBEn passa a desenvolver um único tema e este é reproduzido pelas seções, o que tornou este evento um importante espaço de discussão para as enfermeiras. Durante o período em que esteve filiada³⁶ ao ICN, a ABEn desenvolveu as temáticas da SBEn em articulação com os temas propostos pelo Conselho. A partir de 1997, quando é desligada do ICN, continua com a mesma estratégia de eleger um tema relevante e atual para discutir com a categoria de enfermagem em todo o país (MANCIA; VARGAS; 2005).

A partir de 1995, a ABEn produz uma publicação chamada Caderno de Dicas³⁷, que orienta a organização da SBEn. E, a cada ano um diretor nacional da Associação se responsabiliza pela coordenação do evento. Cartazes e fôlderes são distribuídos em todos os estados da federação para veicular o tema e os locais de discussão. As seções têm o papel de introduzir a temática nas comemorações que ocorrem em cada estado (RELATÓRIO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, 2005).

³⁶ A filiação ocorreu em 1929 na cidade de Montreal, no Canadá, e o término em 1997 na cidade de Vancouver no mesmo país.

³⁷ Manual de como organizar a SBEn nos estados e apresentar relatório nacional. Se constitui de normas, textos críticos relativos ao tema oficial da SBEn. É distribuído durante a reunião do Conselho Nacional da ABEn, no início do ano em Brasília. Foi uma criação de Maria José Moraes Antunes, diretora de assuntos Profissionais da Diretoria Nacional da ABEn em duas gestões, ou seja: 1995-1998 e 1998-2001.

2.2.2 Estratégias políticas para a educação em Enfermagem

De acordo com Germano (1993) a preocupação com a educação está presente na constituição da ABEn desde seu início. Quando do registro do primeiro estatuto, em 1929, está claro esse compromisso ao declarar: “Trabalhar incessantemente pelo progresso da educação e pelo estabelecimento de escolas de enfermagem que tenham os mesmos requisitos da Escola Oficial do Governo Federal” (CARVALHO, 1976, p. 480). Natural que a entidade estivesse preocupada com a escola, pois ali se constituiu a matriz da recém criada organização.

No entanto, a preocupação com os problemas educacionais era “uma constante para as enfermeiras” (CARVALHO, 1986, p. 8), posto que a EEAN é criada antes da ANEB.

O crescimento da legislação de educação e a demanda para o controle da profissão geram na Associação a necessidade de criar as Comissões Permanentes de Legislação e Educação³⁸ no ano de 1939. Conseqüentemente, o grupo que compunha estas comissões trabalhava no sentido de regulamentar o ensino e a prática de enfermagem. A ABEn, por meio de suas comissões permanentes, acompanhou a criação e implantação “de quase todas as escolas de enfermagem dos primeiros tempos” (CARVALHO, 1986, p.9).

Atualmente, a ABEn não tem tido essa participação direta, no entanto, os encontros que a entidade promove têm proporcionado que se faça encaminhamentos no sentido de haver um controle de qualidade para o funcionamento de novos cursos. Ao avaliar o incremento que vem sofrendo o número de cursos de graduação em Enfermagem no Brasil, por meio da Revista Brasileira de Enfermagem, instrumento privilegiado da ABEn para comunicação com a enfermagem, assim se expressa um membro da atual diretoria (2004-2007),

Todo dia assistimos estupefatos a mais uma inauguração de curso, escola ou universidade [...]. A Associação tem direcionado” seus esforços de provocar discussão, proposições e espaços de reflexão na perspectiva de que mudanças ocorram de forma a contemplar, aos

³⁸ “Uma Comissão de Educação foi organizada pela primeira vez por Hilda Anna Krisch (1938-1941) em 1939; seus membros foram Mirabel Ferreira Jorge, Mafalda Leone e Hermínia Nogueira” (CARVALHO, 1976, p.134). “A diretoria da Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas resolveu que fossem criadas a Divisão do Ensino de Enfermagem e a Divisão de Enfermagem de Saúde Pública, sendo eleitas para esses cargos, respectivamente, a Sra Edith Fraenkel e D. Safira Gomes Pereira”. Estabeleceu-se que fariam parte desses órgãos as enfermeiras de escolas, superintendentes de serviços e, na outra as enfermeiras com exercício neste setor (ANAIS DE ENFERMAGEM, 1946a, p.37).

usuários do Sistema de Saúde (CUNHA, 2006, p.475).

Quadro 3 - Escolas de enfermagem no Brasil, de 1923 a 2006,2007. Construído a partir de Teixeira et al. (2006)

Ano	1923	1956	1961	1976	1988	2000	2004	2006
n. escolas	1	19	32	42	103	235	440	600

A ABEn através de seus eventos, entre eles o Congresso Brasileiro de Enfermagem, tem participado de todas as decisões relativas à profissão desde a educação profissional de nível médio até a pós-graduação em enfermagem. Nesse sentido, a partir de 1994, organiza o Seminário Nacional de Diretrizes para a Educação em Enfermagem no Brasil- SENADEn (MANCIA; PADILHA; REIBNITZ, 2003).

Neste fórum foram discutidas as formas de implementação e regulamentação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (BRASIL, 1996) no que tange à área de enfermagem e das questões de formação e do perfil que se deseja dos profissionais de enfermagem, na perspectiva de manter a qualidade da assistência e da formação dos egressos dos cursos de enfermagem (MANCIA; PADILHA; REIBNITZ, 2003).

Os SENADEn's surgiram como forma de discussão para implementação e acompanhamento do currículo mínimo dos cursos de graduação em enfermagem. O currículo que provocou na ABEn a necessidade de ter um seminário regular para discutir educação em enfermagem se originou do Parecer 194/94 do CFE/MEC. Esta prática de orientar a educação em enfermagem no Brasil é desenvolvida pela ABEn por intermédio de sua Diretoria de Educação desde a década de 30. Em meados dos anos 40, inicia-se a discussão com as escolas de enfermagem e com lideranças políticas para modificar leis do exercício profissional. Tais discussões convergiram para a homologação da Lei 775/49, a primeira sobre educação em enfermagem e, também a lei que cria o curso de auxiliar de enfermagem (CARVALHO, 1976).

Lima (1994) afirma que o currículo oriundo desta lei não observava a

realidade do mercado de trabalho que exigia enfermeiros para serem chefes. Garcia et al. (1995) inferem que a partir deste currículo o ensino ficou ainda mais fragmentado. Segundo Carvalho (1986, p.9) “A Associação teve ação preponderante no que concerne ao currículo e à maior parte das disposições contidas nessa lei, tendo acompanhado toda a sua tramitação e apresentado valiosos subsídios”.

Nesta trajetória, a Diretoria de Educação da ABEn participa ativamente dos momentos seguintes da reforma do currículo de enfermagem. Como se pode constatar quando o CFE emite o Parecer 271/62, e ao mesmo tempo em que atende reivindicações da profissão gera descontentamento ao excluir a saúde pública desse currículo. Tal parecer, tão logo é publicado, imediatamente é modificado por exigência da ABEn, que está na condição de representante das educadoras de enfermagem. Considerado por Carvalho (1986) como o momento de ingresso das escolas de enfermagem na universidade.

A questão da escolaridade das alunas de enfermagem, intensamente debatida no âmbito da Associação Brasileira de Enfermagem, durante doze anos, veio a ser resolvida à revelia das lideranças da enfermagem, por força da lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1961 (LDB/61), que determinou a exigência do curso secundário completo para o ingresso em qualquer instituição de ensino superior. Este fato evidenciou que nem todas as escolas poderiam contribuir para firmar a enfermagem como uma carreira universitária, ocorrendo então que muitas delas foram transformadas em escolas de auxiliares de enfermagem (BAPTISTA; BARREIRA, 2006, p.412).

No desenvolvimento da profissão a ABEn acompanhou a educação e, atenta à reforma universitária que se implantava no país, encaminha entre 1968 e 1970 quatro anteprojetos de currículo mínimo para a enfermagem (GARCIA et al., 1995).

Ao final de 1970, a Comissão de Educação da ABEn apresenta novo projeto ao Conselho Federal de Educação- CFE, inclusive incorporando as propostas anteriores. O relator do Parecer 163/72 não atendeu totalmente as solicitações da ABEn e aprovou um currículo para adequar o futuro enfermeiro ao mercado de trabalho, conforme resolução 4/72 de fevereiro de 1972 (GARCIA et al., 1995).

Germano (1997) em estudo sobre a trajetória da educação em enfermagem nos moldes propostos pelo modelo anglo-americano, infere que este novo currículo

privilegiava cada vez mais o ensino de técnica de saúde.

A partir de 1986, em parceria com a Comissão de Especialista em Ensino de Enfermagem (CEEEnf)³⁹ da Secretaria de Ensino Superior (SESu) do Ministério da Educação e Cultura (MEC), a Comissão de Educação da ABEn iniciou as discussões sobre o currículo vigente, e a forma de ampliar o debate. Preocupada com a definição de novas diretrizes educacionais (MANCIA; PADILHA; REIBNITZ, 2003) e considerando que havia uma grande defasagem no atual currículo, criado de acordo com o Parecer 271/72.

Organizou-se um plano de ação, realizando eventos regionais e nacionais, integrando as escolas de enfermagem em nível nacional para o debate com vistas a organizar uma nova proposta de currículo mínimo. O espaço criado para esta discussão foi o Seminário Nacional sobre Currículo Mínimo para a formação do Enfermeiro (SENFEE), realizado entre 1987 e 1989.

Todos os SENFEE foram precedidos por encontros com a mesma finalidade realizados nas regiões do país. Todos os encontros demandaram reuniões menores ou oficinas de trabalho, como a que se realizou na sede da ABEn em Brasília em 1991. Nesta oficina, a ABEn defende a proposta de currículo mínimo que seria encaminhada ao MEC ainda nesse ano (MANCIA; PADILHA; REIBNITZ, 2003).

A partir de 1994, cria-se outra reforma no ensino da Enfermagem brasileira e a ABEn propõe um currículo mínimo voltado para uma análise crítica da saúde, comprometido com a profissão como prática social. Nesse sentido a ABEn tem um caminhar incessante, pois as mudanças do contexto político do país provocam repercussões no ensino como, por exemplo, a edição da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1996 com modificações quanto à formação profissional. Isto demandou à ABEn a realização de SENADEn's emergenciais para responder com agilidade às solicitações da comunidade de enfermagem (MANCIA; PADILHA; REIBNITZ, 2003).

Nesta perspectiva, são realizados SENADEn's nos anos de 1994, 1997, 1998, e de 2000 até 2006 todos em parcerias com as escolas de enfermagem. Em cada encontro são debatidas as questões pontuais que surgem próximas ao evento e que exigem posicionamento imediato. Assim acontece com as questões de: perfil,

³⁹ A primeira Comissão de Especialista do MES se constituiu como Comissão de Peritos do MEC e tinha duração determinada. A partir de 1979 se constituiu em Comissão Permanente e extinta no ano 2000.

competências, carga horária dos cursos, exame nacional de cursos, a avaliação dos cursos, bem como respostas às propostas de realização de cursos sequenciais e mais recentemente a proposta de criação do tecnólogo de enfermagem. As duas últimas propostas, a despeito de muito interesse por parte de organizações privadas, foram rechaçadas, depois de muita discussão liderada pela ABEn. No entanto, a entidade está vigilante, porque essas ameaças permanecem.

A diretoria de Educação da ABEn, por meio da estratégia chamada SENADEn contribuiu para a construção das Diretrizes Curriculares de Enfermagem aprovadas no CNE (2001), após amplamente discutidas nos espaços políticos, acadêmicos e, principalmente, nos encontros associativos da ABEn (TORREZ, 2003).

Quadro 4 - Seminário Nacional de Diretrizes para Educação em Enfermagem no Brasil, local, data, tema, 2007

Seminário-	Local/ano	Tema
1º SENADEn	R. de Janeiro - 1994	Diretrizes para Educação em Enfermagem no Brasil
2º SENADEn	Florianópolis - 1997	Diretrizes para Educação em Enfermagem no Brasil
3º SENADEn	R. de Janeiro - 1998	Diretrizes para a Educação em Enfermagem no Contexto da LDB
4º SENADEn	Fortaleza - 2000	Enfermagem: estratégias e perspectivas político-pedagógicas
5º SENADEn	São Paulo - 2001	Avaliação no Contexto das Diretrizes Curriculares: prioridades, implicações e desafios
6º SENADEn	Terezina - 2002	Educação e Mudanças: discutindo os contextos, textos, lições e propostas
7º SENADEn	Brasília - 2003	Educação em Enfermagem: buscando coerência entre intenções e gestos
8º SENADEn	Vitória - 2004	Educação em Enfermagem: discutindo mudanças, pesquisando o novo e superando os desafios
9º SENADEn	Natal - 2005	A qualidade da Enfermagem: um compromisso social da Enfermagem?
10º SENADEn	Brasília - 2006	ABEn 80 anos: conquistas, avanços, desafios e perspectivas na Educação em Enfermagem

2.2.3 Centro de estudos e pesquisas em Enfermagem⁴⁰

A criação do Centro de Estudos e Pesquisa em Enfermagem - CEPEn da Associação Brasileira de Enfermagem – ABEn tem como marco inicial o ano de 1971 em que Haydée Guanais Dourado (MANCIA et al.,2006a; BARREIRA; BAPTISTA,2002; SILVA,1994), em Assembléia de Delegados da ABEn, na cidade de Manaus, sugeriu sua criação e esta foi aceita pelo plenário. No entanto, a concretização da proposta somente ocorre com a incorporação desta ao novo estatuto da ABEn, implementado a partir de 1976, na gestão de Ieda Barreira e Castro (presidente da ABEn de 1976 a 1980). O ano de 1979 marca um acontecimento importante da história da Enfermagem brasileira, o da realização do I Seminário Nacional de Pesquisa em Enfermagem- SENPE, na cidade de Ribeirão Preto na Escola de Enfermagem da USP.

A Dra Haydée ela sempre antecipa, ela é, sei lá, uma pessoa que fala muito antes o que é que vai vir, o que vai ser feito, a visionária demais. E ela já tinha falado, mas nós levamos a efeito, isso, com muito gosto. E a Ieda ficou procurando, onde era, o critério para criar o centro. Onde é que estava. Você vê como é o critério de justiça, de verdade, onde é que nós temos que ver, onde é o centro das pesquisas, hoje no Brasil, e foi entendido que quem tinha maior volume, maior significado, era Ribeirão Preto (DOC/ENTREVISTA).

A ABEn, entidade detentora de um discurso autorizado da Enfermagem, desde a década de 1950, repousava seu discurso sobre a produção do conhecimento em um Levantamento de Recursos e Necessidades em Enfermagem⁴¹. Esta foi considerada a primeira pesquisa brasileira de nossa profissão que, utilizando-se de uma grande amostragem, conferiu à Associação um reconhecimento internacional (SILVA, 1994, BARREIRA; BAPTISTA, 2000). Desta

⁴⁰ Este texto foi construído no desenvolvimento desta pesquisa e encontra-se publicado, com algumas modificações, sob o título **“A CRIAÇÃO DO CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM ENFERMAGEM DA ABEn**, da autoria de Joel Rolim Mancía; Maria Itayra Coelho de Souza Padilha; Flávia Regina Souza Ramos; Gelson Luiz de Albuquerque. Para sua elaboração utilizou-se um conjunto de documentos: atas de reuniões de diretorias, relatórios de Assembléias de Delegados da ABEn, relatórios, entrevistas do acervo “Fontes da História da Enfermagem” do próprio CEPEn (MANCIA et al., 2006a).

⁴¹ Projeto de pesquisa em nível nacional, financiado pela Fundação Rockfeller, e que se desenvolveu de 1956 a 1958, sob a coordenação geral de Haydée Guanais Dourado. A coleta de dados ocorreu em 1956. O relatório final foi constituído de cinco partes: Enfermeiros em Atividades e Inativos; Enfermagem Hospitalar; Enfermagem em Saúde Pública; Escolas e Cursos de Auxiliar de Enfermagem e Escolas de Enfermagem (DIRETRIZES PARA ENFERMAGEM NO BRASIL, 1980).

forma, gerando a formação de uma Comissão Permanente de Acompanhamento deste projeto, denominada Comissão de Seguimento do Levantamento. Esta, realizou na Bahia, no mês de julho do ano de 1958, o I Seminário Didático Internacional de Levantamentos de Recursos e Necessidades em Enfermagem na América Latina. Porém, este projeto perde força, a partir de 1960, quando cessa o auxílio internacional. Este fato teve pouca repercussão no reconhecimento da ABEn, pois a mesma já havia obtido da comunidade profissional a autorização para enunciar o discurso da Enfermagem. A divulgação dos resultados foi restrita, visto que os mesmos foram apresentados somente naquele Seminário (SILVA, 1994).

O I Seminário Nacional de Pesquisa em Enfermagem, ocorrido em 1979, se constituiu na primeira atividade do CEPEn, e foi planejado para Enfermeiras pesquisadoras, vinculadas aos Programas de Pós-Graduação do país. Os participantes receberam convite pessoal, e congregou representantes de todos os Programas existentes à época (SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM ENFERMAGEM, 1979). Assim se expressa uma das diretoras da ABEn que participou da consecução deste primeiro Seminário:

[...] O primeiro SENPE foi uma ousadia da diretoria da ABEn, que nós pensamos, como diretoria. Nós arranjamos dinheiro do SENPE por aqui, mas arranjamos pelo MEC [...], eu ainda estava no MEC (DOC/ENTREVISTA).

A proximidade com o governo, sempre presente nas relações da entidade, garantia a sustentação da ABEn, por meio de financiamento de projetos. Esta atitude foi criticada pelo MP⁴² que, segundo Albuquerque e Pires (2001) propunha uma nova forma de administrar a ABEn, que esta fosse autônoma e não estivesse atrelada às políticas de Estado.

O MP surgiu com o intuito de criar uma nova visão sobre a profissão de Enfermagem. Uma profissão que se comprometesse com o desenvolvimento de uma prática criativa, com o exercício constante de sua avaliação crítica; que compreendesse a sua prática, como uma prática social que é parte de um contexto

⁴² De acordo com Albuquerque (2001) esse Movimento tem suas origens em Santa Catarina e gradativamente se propagou pelos demais estados da Federação, tendo forte manifestação no ano de 1979 no Congresso Brasileiro de Enfermagem na cidade de Fortaleza. Se concretiza como Diretoria Nacional da ABEn, nas eleições gerais da entidade, no ano de 1986.

histórico-social pelo qual é constituída e, também, constituinte. Uma profissão formada por trabalhadores especializados em um campo do saber técnico-científico, com competência para cuidar de indivíduos e grupos no seu processo de viver. Uma profissão que defendesse um conjunto de valores morais para todos os seres humanos, sem qualquer discriminação, destacando-se o direito à saúde, à liberdade e a uma vida digna (ALBUQUERQUE; PIRES, 2001; OLIVEIRA, 1990).

No bojo destas discussões, o CEPEn se propõe inicialmente a coletar dados de pesquisas, estudá-los e divulgar seus resultados. Ainda tinha como objetivos: catalogar a produção científica da enfermagem, manter e implementar o acervo histórico da ABEn e desenvolver projetos de pesquisas. Publica a partir de 1977 o primeiro livro: “Informações sobre pesquisa e pesquisadores em enfermagem” com resumos da produção da pós-graduação no Brasil. Tão logo foi implantado já começam a aparecer os resultados. Estes foram e são muito positivos para a enfermagem brasileira (MANCIA et al. 2006a,b) . Já no atual regimento, explicita como finalidades: reunir estudos e informações sobre saúde de interesse para a produção científica na área de enfermagem; realizar estudos e pesquisas em enfermagem e áreas correlatas; cooperar com as demais diretorias da ABEn para a realização de pesquisas e atividades científicas; prestar assessoria na realização de pesquisas de enfermagem desenvolvidas por enfermeiros ou outros profissionais; divulgar resultados de pesquisas e atividades científicas em enfermagem (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, REGIMENTO DO CEPEn, 1998).

Na área de pesquisa, a comunidade científica de enfermagem tem participação ativa nos Seminários Nacionais de Pesquisa em Enfermagem – SENPE’s, em que são apresentadas as mais recentes pesquisas da enfermagem brasileira, sendo também um espaço em que são discutidos os caminhos da política de produção científica e tecnológica da enfermagem. Este também tem sido um fórum em que são delineadas as linhas de pesquisa que orientam a pós-graduação de enfermagem e as áreas de enfermagem prioritárias no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq. Como exemplo, citamos o 2º SENPE, realizado em Brasília em 1982, cujo resultado foi a criação das linhas de pesquisa que orientaram a pós-graduação de enfermagem até 2001 (AVALIAÇÃO & PERSPECTIVAS, 1982).

No início, os SENPE’s reuniam um pequeno grupo de profissionais, na sua

maioria vinculados ao ensino e pesquisa e, em especial, aos programas de pós-graduação em enfermagem. O programa do evento apresentava temáticas centrais desmembradas em subtemas e temas livres relacionados aos mais diversos assuntos, possibilitando expor o estado da arte do conhecimento de enfermagem (MANCIA; PADILHA, 2001). Assim, os SENPE's têm possibilitado uma ampla discussão sobre questões como: referenciais teóricos-metodológicos para a fundamentação do processo de pesquisa; reflexões sobre a prática de pesquisa; a busca de financiamento para a produção do conhecimento em enfermagem; a aplicabilidade dos resultados de pesquisas de enfermagem, entre outras. O evento representa uma preocupação da ABEn em oportunizar um espaço específico para o debate da pós-graduação e, ao mesmo tempo, para ampliar os veículos de divulgação do conhecimento. Portanto, o espaço que anteriormente esteve ocupado no CBen para estas discussões agora se concretiza no SENPE.

Como fórum privilegiado de debates para a Pós-Graduação brasileira, este seminário tem sofrido modificações quanto aos objetivos de sua realização. Inicialmente, não mais se admitia que essa discussão ocorresse em outro fórum. Mas, ao longo do tempo e, com a sua realização sendo disseminada nos mais diversos recantos do país, inclusive nos locais onde não havia programas de Pós-Graduação, materializava, então, proposta do MP de democratizar a ABEn (OLIVEIRA; BARRETO; LIMA, 1997), inclusive possibilitando a participação mais ampla de seus associados em eventos como este. O MP entendia que desta forma, também estava contribuindo para a divulgação da produção científica das enfermeiras docentes e pesquisadoras, além de que, poderia fomentar a criação de outros centros de formação de pesquisa e pós-graduação.

Assim, muitos trabalhos, que não são pesquisas, têm sido apresentados em alguns SENPEs, o que tem sido motivo de crítica por parte de alguns intelectuais, os quais acreditam que se deve restringir o evento somente para discussões e apresentações de pesquisas.

Alguns segmentos da Pós-Graduação não prestigiaram os dois primeiros SENPEs realizados na gestão do MP, quais sejam: o 5º SENPE de Belo Horizonte, em 1988; e o 6º SENPE, realizado no Rio de Janeiro, em 1991. Estes eventos tiveram suas temáticas voltadas para a prática das enfermeiras nos serviços. Na avaliação de uma entrevistada, que participou da organização desses seminários,

ela afirma que apesar da ausência de alguns segmentos da Pós-Graduação, estes foram eventos de pleno sucesso. Isto pode ser registrado, com a seguinte afirmação:

Depois eu tive uma outra participação no 5º SENPE em Belo Horizonte. A pós-graduação inicialmente rompeu com o MP, então foi um Seminário de Pesquisa que (...) dizia: “como é que a gente vai fazer esse seminário de pesquisa sem o pessoal da pós-graduação, as doutoras, as acadêmicas”. Eu disse: “vamos fazer um seminário de pesquisa voltado para o serviço”(…). Foi lá em Belo Horizonte, eu acho que é uma coisa que está faltando [resgatar], que já apareceram tantas coisas, tanta manifestação, tanto interesse [sobre isso] e aquele praticamente foi um seminário de pesquisa só de pessoal de serviço. O pessoal docente não foi, principalmente “as cartolas” não foram. Depois disso, eu acho que foi a última tentativa que eu fiz, foi no 6º SENPE aqui do Rio, que eu fui da Comissão de Temas, outra vez (DOC/ENTREVISTA).

O 7º SENPE realizado em 1994, na cidade de Fortaleza, foi o primeiro a acontecer na região nordeste do Brasil. Houve um incremento no número de inscritos, situação que vem se repetindo a cada evento (MANCIA; PADILHA, 2001), exemplo disto é o 14º SENPE, realizado em 2007, na cidade de Florianópolis, com a participação de 100 inscritos que apresentaram 538 temas livres.

Neste sentido, os SENPE's têm sido um fórum importante de discussão da Pós-Graduação no Brasil e a ABEn tem oportunizado este espaço à comunidade de enfermagem. O SENPE publica, em cada encontro, os anais do evento com os textos das temáticas principais e o resumo dos temas livres, bem como, o relatório final.

O CEPEn, além de organizar o SENPE, mantém na sede da ABEn, em Brasília, o maior acervo de teses e dissertações de enfermagem da América Latina. Tal acervo está catalogado na biblioteca do próprio centro, estando disponível para consultas. Também publica anualmente o catálogo Informações sobre Pesquisas e Pesquisadores em Enfermagem⁴³ com o resumo de teses e dissertações defendidas a cada ano nos Programas de Pós-Graduação. Em 2001, o Centro editou um CD-ROM com todos os resumos já publicados, no período compreendido entre 1979 a 2000, totalizando mais de 2000 trabalhos. Até 2004, já foram editados outros cinco

⁴³ Esta publicação foi editada pela primeira vez em 1977. Permanece até 2001 no formato de livro e em suporte de papel. A partir de 2002 até 2005 aparece no formato eletrônico, hospedado na *Home Page* da ABEn.

CD-ROM com 3908 Dissertações e Teses de Enfermagem. Iniciou, em 1988, o projeto de *Fontes da História da Enfermagem*⁴⁴ que nesta primeira fase contou com o registro sonoro e narrações transcritas da história de vida de nove enfermeiras que participaram da organização da ABEn em seus primórdios.

Ao discorrermos sobre a criação do Centro de Estudos e Pesquisas da ABEn, desvelamos uma série de cenários e sujeitos que contribuíram para que este se fortalecesse e fosse a expressão da Pesquisa e Pós-Graduação em Enfermagem no Brasil. As tentativas que se ensaiaram para transformar este órgão num verdadeiro centro de pesquisas e de difusão do conhecimento na área foi, por vezes, interrompido. Sua história, seus objetivos iniciais, não foram dinamizados de forma a ocorrer uma mudança, que fizesse com que este CEPEn, fosse uma verdadeira estrutura capaz de produzir conhecimento e impactasse a prática profissional com os resultados das pesquisas (MANCIA et al., 2006a).

A expectativa que se concebeu no início do funcionamento do CEPEn era de que se estava diante de uma organização que, além de ser a guardiã do patrimônio histórico da ABEn, estaria também se articulando com organismos governamentais, com entidades internacionais, com a finalidade de divulgar e participar da produção do conhecimento, bem como, através da realização de diversos intercâmbios. No entanto, passadas três décadas, o CEPEn tornou-se referência na organização do Seminário Nacional de Pesquisa em Enfermagem-SENPE e na organização dos fóruns que reúnem os coordenadores de Programas de Pós-Graduação e a Representação da área de Enfermagem na CAPES e CNPq em suas discussões.

Por outro lado, a ampliação de suas finalidades de organizar eventos e participar de reuniões com a CAPES, poderia estar contribuindo para que tivéssemos uma organização com efetivo poder de decisão junto à categoria de enfermagem. Poderia ser uma instância que pudesse estabelecer mecanismos políticos para desenvolvimento das pesquisas de enfermagem, constituindo-se ainda, num centro de investigação.

Assim, nestes 35 anos de existência, atuando com um acervo da Pós-Graduação em Enfermagem, ao preservar uma coleção de mais de 4.000 trabalhos,

⁴⁴ De acordo com a curadora desta primeira fase do projeto (Ieda de Alencar Barreira) todas as depoentes participaram dos primeiros 50 anos de vida da ABEn e nasceram na primeira República. Foram as seguintes personagens: Agnes Wadell Chagas, Waleska Paixão, Aurora Afonso Costa, Madre Domineuc, Cecília Maria D. Sanioto di Lascio, Haidée Guanais Dourado, Cacilda Rosa Bertoni, Maria Rosa de Souza Pinheiro e Maria Ivete Ribeiro de Oliveira

o CEPEn é reconhecido internacionalmente. Portanto, mostra seu potencial para expandir-se e dedicar-se a grandes projetos de pesquisa que venham impactar a prática, o ensino e os modos como o conhecimento da enfermagem brasileira vem sendo produzido e consumido.

2. 2.4 Congresso Brasileiro de Enfermagem - CBEEn

A origem do Congresso Brasileiro de Enfermagem (CBEEn) pela tradição se deve a Madre Domineuc⁴⁵, docente da escola de enfermagem do Hospital São Paulo. Ela teria sugerido a criação do evento para reunir as enfermeiras, pois havia no país várias escolas e muitas enfermeiras formadas, e este tipo de atividade era vital para reforçar a unidade da Associação (CARVALHO,1976). De acordo com esta autora as primeiras tentativas para fazer um congresso ocorreram no ano de 1945. No entanto somente em 1946 é que EMF convida Zaíra Cintra Vidal para participar do Congresso que se realizaria em 1947 (BARREIRA; SAUTHIER; BAPTISTA, 2001). Embora a programação científica estivesse sob controle da ABEn por meio das Comissões de Saúde Pública e da Comissão de Educação, LNR se manifesta em defesa da EEAN, visto que esta escola não participou da organização do Congresso, e havia outras escolas trabalhando para o evento.

Esta situação de constrangimento, até de confronto, era resultado da disputa pelo poder das duas mais importantes figuras da enfermagem brasileira no período. Como resposta, as católicas se fizeram representar no evento por outras figuras, que não LNR, católica fervorosa, com tradição na defesa da religião, embora leiga. O que pode ser inferido é que a escola padrão não estava representada no Congresso da ABED e, isso foi explicitado por LNR em reunião de diretoria (BARREIRA; SAUTHIER; BAPTISTA, 2001).

Contar como foi cada Congresso da ABEn é como percorrer uma estrada que lentamente se constrói e vai delineando o contorno e o relevo desta entidade. Assim sendo, o primeiro momento deste relato, serve para inserir o leitor no mundo não tão neutro no qual surgiu a enfermagem brasileira, revestido de subjetividades,

⁴⁵ Madre Marie Domineuc (Jeanne Josephine Roquet) nasceu na França. Graduiu-se pela Escola de Enfermagem de Paris. Veio para o Brasil em 1935. No ano de 1938 organizou o serviço de Enfermagem do Hospital São Paulo e neste foi uma das fundadoras da Escola de Enfermagem. Também foi sua iniciativa a criação da UREB. Junto com outras lideranças participou da reorganização da ABED na década de 40. Em relação ao Congresso estava convencida de que somente “um congresso de âmbito nacional de enfermagem poderia unir as enfermeiras e evitar a separação em grupos que se presenciava”, sugeriu ,então, que se fizesse o primeiro.

construído com muita luta, mas também com certos benefícios do estado (GERMANO, 1993). É certo que as pioneiras da ABEn precisavam consolidar a profissão e, ainda que lutadoras, não puderam fugir do seu papel na sociedade.

Como pode ser lembrado nas palavras de Cristóforo (apud LOPES, 1996, p.35) “o legado histórico das pioneiras da enfermagem no Brasil é a herança que qualquer grupo humano pode almejar de seus antepassados” ao referir-se aos esforços empreendidos para a conformação da identidade da enfermeira no Brasil, pelo grupo das pioneiras. Ou por Mancia (2001) que se refere ao Congresso como “o espaço de expressão da Enfermagem Brasileira”.

O CBEn é o mais competente instrumento criado pela ABEn para passar sua mensagem aos sócios, ainda que não seja o único. Mas neste é possível perceber a presença do pensamento da diretoria que está no comando. Esta delega a organização do CBEn à seção que vai sediá-lo. Essa prática vem desde a ascensão do MP ao comando da ABEn. Anteriormente, a ABEn indicava a Comissão de tema, com pessoas, em geral de São Paulo, Rio de Janeiro ou da Bahia. Parece claro que a seção terá autonomia com relação ao temário, mas na fase de construção as comissões têm de aceitar sugestões da Diretoria nacional, inclusive indicação de palestrantes, sendo que a programação do evento se aprova no Conselho Nacional da ABEn (CONABEn). Hoje, esse encontro se realiza, em geral no final de fevereiro e/ou início de março, e o CBEn acontece já quase no final do ano, entre outubro e novembro. Há assim, um espaço, no qual as seções não estão presentes para discutir e acompanhar a organização do evento, de modo que a programação final passa ao largo de uma participação mais próxima das seções, havendo inclusive algumas surpresas em matéria de nomes, como por exemplo, palestrantes não indicados por sua seção.

O CBEn a partir de 1947⁴⁶ se tornou atividade regular da ABEn, sendo realizado anualmente em uma capital do país. Somente não ocorreu em 1953, quando a ABEn hospedou o X Congresso Quadrienal do ICN em Petrópolis e, em 1961, quando ocorreu no Rio de Janeiro o Congresso do Comitê Internacional Católico de Enfermeiros e Assistentes Médicos Sociais (CICIAMS). De acordo com Carvalho (1976) o IV Congresso Nacional de Enfermagem (CNE) realizado na Bahia,

⁴⁶ O Congresso foi realizado no prédio inacabado da Escola de Enfermagem da USP. A presidente nessa época era Marina Bandeira de Oliveira (abril de 1947 a julho de 1948) (CARVALHO, 1976).

em 1950, foi o primeiro a contar com um regimento e, entre suas participantes, havia muitas estrangeiras, com destaque para as representantes do Conselho Internacional de Enfermeiras. Parece que vieram para discutir a criação da Federação Interamericana de Enfermagem, tema recorrente em encontros Internacionais que reuniam latino-americanas, pois tal organização era de “ grande interesse para que as enfermeiras americanas pudessem ocupar melhores posições no Conselho Internacional de Enfermeiras”, entendiam que seria uma forma de manter um controle sobre as enfermeiras desta região do mundo (BARREIRA; BAPTISTA, 2002).

Do primeiro evento, que tinha como finalidade reunir as enfermeiras e que reservava o turno da manhã para passeios e a tarde para reuniões, até os congressos mais recentes desenvolveu e aprimorou novos valores, trazendo para dentro do evento toda a realidade que se apresentava no dia-a-dia das enfermeiras. Assim sendo, gradativamente o CBEn vai incorporando toda a programação da ABEn, como as reuniões de diretoria, as Assembléias de Delegados, os encontros de seções da ABEn, em paralelo ou concomitante com as atividades do conclave, inclusive por medidas econômicas. Em 1967, após o XIX CBEn, Clarice Ferrarini sugeriu que durante os próximos congressos fossem realizados cursos de atualização pré-congresso, o que foi aprovado a partir de 1968 (CARVALHO, 1976).

Os congressos se constituem em espaços políticos privilegiados, pois reúnem profissionais de todo o país, que participam e discutem o tema do evento, sempre relacionado a algum assunto do contexto em que está inserida a enfermagem. Possibilita um intercâmbio técnico, político e cultural entre profissionais, que dificilmente seria viável em outro cenário. Suas recomendações se concretizaram em inúmeras realizações da enfermagem brasileira. Ora organiza seus temas decompondo um tema geral, ora constrói o tema durante as discussões; em ambas as situações produzem documentos com a finalidade de dar encaminhamento às questões que afetam a profissão e que foram deliberadas em suas plenárias.

A partir da década de 80 desenvolve temas relacionados com a conjuntura, como defendiam os novos dirigentes da ABEn, trazendo para dentro do Congresso o contexto em que estava acontecendo a prática de enfermagem. A entidade procura fazer com que os exercentes de enfermagem participem com outros agentes da sociedade das questões emergentes na área da saúde, bem como se aliar aos

outros movimentos sociais, como parte da sociedade civil (PIRES, 1989).

O CBEEn é o maior evento de enfermagem do Brasil. Tem uma longa vida, está em sua 59ª edição e muito vigoroso. O seu crescimento em número de participantes preocupava a ABEn, portanto, alguns eventos foram se desprendendo do CBEEn e adquirindo vida própria, como por exemplo o SENADEn, que saiu do congresso para se tornar um evento específico, deixando menos pesada a pauta das reuniões de escolas, que acontece anualmente no CBEEn. Os encontros de especialidades, hoje acontecem no CBEEn somente as reuniões de articulação, mas os temas são discutidos em Congressos das próprias sociedades de especialistas. Ainda assim, hoje o CBEEn incorpora cada vez mais atividades da enfermagem e é um fórum que discute toda a vida da enfermagem brasileira, em todos os seus aspectos.

Quadro 5 - Congressos Brasileiros de Enfermagem no período de 1947 a 2006

CBEEn	Data	N. inscritos	Tema Central/oficial
I	S.Paulo/ 1947	211	Enfermagem de saúde pública, preparo de enfermeiras chefes, Enfermagem psiquiátrica
II	Rio de Janeiro/1948	321	Organização sanitária, Enfermagem de saúde pública no Brasil, cursos de pós-graduação
III	Rio de Janeiro/1948	N	Organização material de Enfermagem, Regulamentação da lei 77/49, Enfermagem de saúde pública, currículo para as escolas de Enfermagem
IV	Salvador/1950	295	Enfermagem profissional, especialidades em Enfermagem, o programa do ponto IV,o auxiliar de enfermagem, fiscalização para o reconhecimento de escolas de Enfermagem
V	Rio de Janeiro/1951	504	Problemas relativos às escolas de Enfermagem, problemas relativos à Enfermagem hospitalar, Problemas relativos à Enfermagem de saúde pública
VI	S. Paulo/ 1952	N	Currículo de escola de Enfermagem, obstetrícia, supervisão
VII	São Paulo/1954	577	Recrutamento seleção para cursos de Enfermagem e auxiliar e Enfermagem, Departamento de Enfermagem no hospital moderno
VIII	B. Hor/ 1955	411	O papel da Enfermagem no programa de assistência médico/hospitalar
IX	Porto A./1956	417	Ética, Ensino clínico
X	Niterói/1957	N	A Enfermagem e a assistência à maternidade e à infância
XI	Recife/1958	519	Educação em serviço e temas livres
XII	São Paulo/1959	506	Discussão: como poderão os hospitais e as unidades sanitárias do Brasil dar melhor assistência de Enfermagem ao público, Organização das escolas de Enfermagem e de

			auxiliares de Enfermagem
XIII	B. Hor/ 1960	484	Sindicalismo, temas livres
XIV	Curitiba/1962	489	Enfermagem Hospitalar, Enfermagem de Saúde Pública
XV	Fortaleza/ 963	483	Saúde pública no nordeste, temas livre
XVI	Salvador/1964	613	Enfermagem e pesquisa, assistência de Enfermagem, Enfermagem: profissão liberal, temas livre
XVII	Rio J/1965	1542	Enfermagem na realidade brasileira, temas livres
XVIII	Belém1966	N	Serviço de Enfermagem
XIX	Brasília/1967	N	Tendências na formação da Enfermeira, Enfermagem na evolução hospitalar, Pesquisa e Enfermagem, Enfermagem no processo de desenvolvimento sócio-econômico
XX	Recife/1968	N	A enfermeira em uma sociedade em desenvolvimento
XXI	P. Alegre/ 1969	N	Comunicação: elemento essencial para o desenvolvimento da Enfermagem
XXII	São Paulo/1970	1016	Integração dos recém-graduados à vida profissional, Política da ABEn, Elementos básicos do diagnóstico de enfermagem, Temas livres
XXIII	Manaus/1971	661	Princípio de investigação e processo de observação sistematizada da enfermagem, O papel da enfermeira nos serviços de saúde diante da realidade regional do Brasil, Participação da enfermeira no planejamento de saúde, Recentes estudos e pesquisas nas especialidade de enfermagem, Temas livres.
XXIV	B. Horizonte/1972	1051	Formação dos profissionais de enfermagem dos três níveis, Exercício profissional, O enfermeiro e a comunidade, Recentes pesquisas em enfermagem, Temas livres.
XXV	João Pessoa/1973	969	O currículo mínimo do curso de graduação em Enfermagem; Recentes pesquisas em enfermagem; Problemas relacionados com o ensino e o exercício da enfermagem nas áreas: médico-cirúrgica, materno-infantil, de administração de saúde pública, Humanização da enfermagem
XXVI	Curitiba/1974	1003	Necessidades psico-sociais e psico-espirituais dos pacientes, Liderança; Recentes pesquisas em enfermagem, Aspectos assistenciais da enfermagem, Problemas de infecção hospitalar.
XXVII	Salvador/1975	1779	Integração do ensino de enfermagem, Participação do pessoal de enfermagem nos programas de assistência à saúde nas populações da zona rural, Problemas de assistência de enfermagem em hospitais e clínicas particulares de grandes centros urbanos, Recentes pesquisas em enfermagem, Temas livres.
XXVIII	Rio de Janeiro/1976	2438	Formação filosófica e religiosa de enfermeiras; Sistema de registro de enfermagem; Projeção da ABEn na comunidade brasileira; Pesquisas em enfermagem, Temas livres
XXIX	Camboriu/1977	1639	Situação da saúde no país – implicações para a prática de enfermagem, Relações de enfermagem com as demais carreiras universitárias, Licenciatura em enfermagem, Temas livres

XXX	Belém/1978	1414	A enfermagem e o sistema nacional de saúde, O ensino e a assistência de enfermagem face os programas de extensão de cobertura de saúde, As inovações do ensino superior de enfermagem face à assistência da saúde da população – possibilidades e limitações, As entidades de classe das quais o enfermeiro participa, Temas livres.
XXXI	Fortaleza/1979	2499	A enfermagem e a estrutura social, Reflexões sobre a prática de enfermagem, Preparo e aperfeiçoamento de recursos humanos para a enfermagem, Temas livres
XXXII	Brasília/1980	2167	A Previdência Social, A competência continuada e assistência de enfermagem, Relação de ajuda, Temas livres
XXXIII	Manaus/ 1981	N	“Saúde para todos”, O enfermeiro e a enfermagem, A enfermagem e os serviços básicos de saúde, A enfermagem e a tecnologia apropriada: adequação da prática à realidade brasileira
XXXIV	P.Alegre/ 1982	2288	Saúde e Educação
XXXV	S. Paulo/ 1983	Falta	O que a Enfermagem pode fazer por você e pelo Brasil
XXXVI	B. Horizonte/1984	2700	Trabalho e saúde: desafios para a Enfermagem
XXXVII	Recife/1985	4232	Tendências da prestação de serviços de saúde no país e a prática da Enfermagem
XXXVII I	Rio de Janeiro/1986	N	Os 60 anos da ABEn e a Enfermagem brasileira
XXXIX	Salvador/1987	4000	Trabalho na Enfermagem
XL	Belém/1988	1647	A força do trabalho na Enfermagem
41	Florianópolis/1989	3594	Os desafios da Enfermagem para os anos 90
42	Natal/1990	4000	A construção de uma nova prática
43	Curitiba/1991	2160	Assistência de Enfermagem
44	Brasília/1992	1800	Enfermagem: luta pela vida
45	Recife/1993	2817	A Enfermagem numa perspectiva de saúde com qualidade
46	Porto Alegre/1994	3146	Enfermagem compromisso com a vida
47	Goiânia/1995	2681	O poder (in)visível da Enfermagem
48	S. Paulo/ 1996	3191	Os 70 anos da ABEn e a Enfermagem brasileira
49	B.Horizonte/ 1997	2008	A Enfermagem os caminhos da liberdade
50	Salvador/ 1998	3064	Cuidar – ação terapêutica da Enfermagem
51	Florianópolis/ 1999	4176	Enfermagem no mundo
52	Recife/2000	3802	Enfermagem 2000: crescendo na diversidade
53	Curitiba/2001	5831	A concretude política e social da Enfermagem
54	Fortaleza/2002	5.835	A Enfermagem, a ciência, a arte e a estética
55	Rio 2003	4.168	A vida com justiça social
56	Gramado/2004	4.234	Enfermagem hoje: coragem de experimentar muitos modos de ser
57	Goiânia/ 2005	2863	A Enfermagem na construção de um mundo solidário
58	Salvador 2006	4.829	Cuidado de Enfermagem: autonomia e regulação do trabalho em saúde

Fonte: dados da pesquisa, 2007.

Inicialmente planejado para ser realizado pelo menos a cada dois anos (CARVALHO,1976), continua sendo anual. Seu saldo final representa uma importante receita para a ABEn e seções. No entanto, nem todas as seções realizaram o CBEn; somente 14 estados⁴⁷ já o realizaram, a maioria deles mais de uma vez. Em 2005, ano em que se negociou o CBEn para 2007, não houve estado que se propusesse a sediá-lo quando aconteceu a primeira reunião do Conselho Nacional da ABEn (CONABEn e foi discutida essa pauta (ABEn, 2005).

Alguns temas eram apresentados no CBEn com a finalidade de dar visibilidade a questões da agenda da ABEn, como o tema “ Ética e Ensino Clínico” do IX CBEn, em Porto Alegre em 1956, justamente no período em que a Associação discutia seu código de ética (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, livro de atas n. 3). Ou os temas do XVI CBEn, ocorrido em Salvador em 1964, que em plena ditadura discutiu ” Pesquisa em Enfermagem e Enfermagem: Profissão Liberal”. Neste momento o Ministério do Trabalho havia emitido portaria classificando a profissão de enfermeiro na categoria de profissão liberal, feito que gerou muitas defesas e divulgação na REBEn, considerado um fato de orgulho para a profissão. O conceito corroborou o discurso da ABEn como representante da categoria de enfermagem no Brasil. Além disso, a discussão sobre pesquisa, pela primeira vez aparecia nos CBEn, ao que parece como resultado do Levantamento de Necessidades e Recursos de Enfermagem, como já foi mencionado, projeto de impacto internacional na visibilidade da Associação (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, livro de atas n.4).

Interessante ressaltar o crescimento do número de estudantes que participam do CBEn a partir de 2001, ano em que ultrapassam o número absoluto de enfermeiras inscritas. É um indicativo de que a diretoria da ABEn, mentora do Congresso, deva levar em consideração esse crescimento para a organização dos próximos eventos. Tal incremento tem reflexos importantes no saldo financeiro do CBEn, visto que os estudantes têm inscrições com valores significativamente mais baixos que os profissionais já formados. Além disso, o quadro permanente de sócios da ABEn também sofre forte interferência desse novo perfil do participante dos eventos da entidade. Porque para se inscrever em eventos é necessário ser sócio da

⁴⁷Todos realizados nas capitais dos estados, exceto: Camboriu (SC) em 1977 e Gramado (RS) em 2004.

entidade.

Este novo cenário, onde os estudantes aparecem com a maior representatividade, nas atividades científicas do Congresso não tem sido considerado pela ABEn na concepção do evento, bem como na programação final. Parece-me que até hoje temos organizado um evento com vistas a atender as necessidades dos enfermeiros. Entretanto, a participação dos estudantes no CBEn não tem garantido a vinculação destes como sócios da entidade. É um movimento que não se expressa em outros momentos ou espaços da ABEn.

Abaixo apresentamos um quadro que permite avaliar o crescimento da participação estudantil no Congresso.

Quadro 6 - Total de inscritos no CBEn, estudantes e enfermeiras, 2007

Ano	n. total de inscritos	Enfermeiros	Estudantes
1982	2.288	1.979	283
1984	2.700	2.232	448
1985	4.232	3.368	775
1989	3.594	2.714	484
1998	3.064	1.717	1.099
1999	4.176	2.401	1.617
2000	3.802	1.824	1.497
2001	4.321	2.451	2.499
2002	5.835	3.273	1.626
2003	4.168	1.957	2.136
2004	4.234	1.935	1.980
2005	2863	1276	1.526
2006	4.829	1.882	2.882

Os estudantes passaram a fazer parte do quadro de sócios da ABEn somente a partir de 1986, com a implantação de um novo estatuto aprovado no ano anterior. A inclusão dos estudantes foi uma reivindicação de longa data, inclusive sua discussão suscitava medo nas dirigentes, como podemos constatar no seguinte excerto, do discurso de transmissão de cargo de uma ex- presidente “ Eu faço votos à atual presidente da ABEn [...] de que os estudantes acorram em número cada vez maior à Associação” (DOC/ENTREVISTA), desejo que expressava uma ameaça para a nova presidente. A participação dos estudantes nessa época era algo inconveniente para a entidade.

Durante o Congresso, os trabalhos apresentados podem concorrer a prêmios instituídos a partir da década 50, sendo o primeiro criado em 1957⁴⁸, até um total atual de 15 premiações. Todavia, as premiações foram se adequando ao tempo e aos patrocinadores.

Quadro 7 - Nomes dos prêmios atuais e tipos de trabalhos, 2007

<p>EDITH DE MAGALHÃES FRAENKEL</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Destina-se ao melhor trabalho sobre Pesquisa de Enfermagem. <p>ZAIRA CINTRA VIDAL</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Destina-se ao melhor trabalho sobre invenções, descobertas ou adaptações significativas para a prática de enfermagem. <p>GLETE DE ALCÂNTARA</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Destina-se ao melhor trabalho CBEEn sobre o Tema Central da Semana Brasileira de Enfermagem <p>IZAURA BARBOSA LIMA</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Destina-se ao melhor trabalho sobre saúde pública <p>LAÍS NETO DOS REIS</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Destina-se ao melhor trabalho sobre prática profissional que represente uma expansão do papel do enfermeiro, porém com maior autonomia. <p>NORACI PEDROSA MOREIRA</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Destina-se ao melhor trabalho sobre o tema central do CBEEn do ano em curso. <p>MARINA DE ANDRADE REZENDE</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Destina-se ao melhor trabalho sobre Enfermagem. 	<p>JANE DA FONSECA PROENÇA</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Destina-se ao melhor trabalho sobre Enfermagem Psiquiátrica, Saúde Mental e Relacionamento Interperssoal <p>WANDA DE AGUIAR HORTA</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Destina-se ao melhor trabalho sobre Prática de Enfermagem. <p>MARCOS OTÁVIO VALADÃO E EDMA</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Destina-se ao melhor trabalho sobre lutas éticas e políticas da enfermagem. <p>ROSI MARIA KOCH</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Destina-se ao melhor trabalho sobre Fundamentos de Enfermagem <p>IEPE</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Destina-se a trabalhos sobre a Educação Permanente no contexto da Rede IEPE. <p>ESCOLA DE ENFERMAGEM ALFREDO PINTO</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Destina-se ao melhor trabalho sobre História da Enfermagem Brasileira. <p>HAYDÉE GUANAIS DOURADO</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Destina-se ao melhor trabalho sobre a ABEn: “Promoção do Desenvolvimento Técnico, Científico, Cultural e Político dos Profissionais de Enfermagem”. <p>VILMA DE CARVALHO</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Destina-se ao melhor trabalho sobre ensino de enfermagem.
--	---

⁴⁸ Prêmio Edith de Magalhães Fraenkel., patrocinado pelos Laboratórios Crinas Sedas. Constitua-se de uma medalha de prata dourada entregue ao melhor trabalho inédito apresentado por enfermeira sobre Centro Cirúrgico. Atualmente é patrocinado pela Escola de Enfermagem da USP .

2.3 O nascimento de outras revistas

A criação da revista da Escola de Enfermagem da USP (1967) se constitui num marco, porque é a segunda revista que surge nas escolas e passa a competir com a REBEn pela divulgação do que as enfermeiras produzem. A disputa inicialmente é percebida pela busca dos trabalhos apresentados no CBEn, que costumavam ser publicados na REBEn. A partir da edição da nova revista, a própria Direção da Escola da USP passou a solicitar da ABEn que a produção de autoras que eram professoras daquela escola fosse redirecionada ao novo periódico. Inclusive as solicitações eram motivos de discussão nas reuniões da diretoria da ABEn, criando alguns constrangimentos, uma vez que as lideranças da Associação também eram professoras da Universidade de São Paulo (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, livro de atas n.6).

Outras publicações dão início logo a seguir, como a Revista Enfermagem em Novas Dimensões e Revista Gaúcha de Enfermagem, ambas publicadas em meados da década de 70, sendo a primeira em 1975 e, a segunda, em 1976.

Vale ressaltar, que no CBEn de 1972, organizado pela ABEn-MG em Belo Horizonte, foi realizado um concurso para a escolha do nome de uma nova revista que seria lançada pelos laboratórios da Johnson & Johnson. Venceu a sugestão de uma enfermeira mineira para que se chamasse “Enfoque”. Deste modo, no ano seguinte o novo periódico passa a circular entre os profissionais, com distribuição gratuita. A revista inaugura um novo perfil de publicação com veiculação de propaganda de medicamentos e materiais de uso hospitalar, com notícias curtas, informes científicos apresentados numa linguagem jornalística, com entrevistas e muitas cores em suas páginas (ENFOQUE,1973).

Assim, a situação em que se encontrava a REBEn vai lentamente sendo deslocada em função do novo papel que se está delineando para as publicações de enfermagem, muito ligado ao que se espera como resultado dos recentes programas de pós graduação introduzidos no país, que vieram com o discurso de qualificação docente e de uma desejada inserção internacional. Portanto, as revistas passam a ter outro papel, qual seja, divulgar a produção da pós-graduação em enfermagem. Adquirem, assim, um caráter acadêmico e definem um certo jeito, talvez novo, para publicar em enfermagem.

No entanto, o novo cenário em que contracenavam as recentes publicações era ainda muito dependente da estrutura da ABEn, como o CBEn, lugar preferencial para os editores divulgarem suas revistas. Desse modo, havia muitos pedidos dos responsáveis por essas publicações para vender assinaturas durante a realização do Congresso, inclusive com a apresentação de propostas de parcerias, brindes e outras estratégias para atrair leitores assinantes e promover a adesão da ABEn ao seu projeto (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, livro de atas n.7).

Essa nova situação não se apresentava sem conflitos, como podemos verificar no editorial inaugural da Revista Enfermagem em Novas Dimensões, em que a editora apresenta sua revista como uma publicação que veio para resolver problemas crônicos apresentados pela REBEn, de estar sempre atrasada, ou da Revista de Enfermagem da Escola de Enfermagem da USP, que teria uma circulação restrita, impedindo que o conhecimento circulasse amplamente no meio dos pesquisadores de enfermagem (HORTA, 1975). Tal revista nascia com o aval de sua editora, pesquisadora que despontava como uma teórica brasileira da profissão, com carreira consolidada. Portanto a revista já vinha com a garantia de qualidade imposta por sua dirigente.

Gradativamente, cada programa de pós-graduação vai criando suas revistas, com a finalidade de escoar sua produção acadêmica que, de outro modo, tinha pouca possibilidade de divulgação nos poucos meios de circulação da época. Assim, a quinta revista a ser criada, a Revista gaúcha de Enfermagem, se originava em um estado onde a pós-graduação recém começava e a produção era muito pequena, o que fez com que o periódico se dedicasse a divulgar também o que era produzido em outros espaços de pesquisa.

Embora encontremos referências a outras publicações de enfermagem anteriores, como uma revista citada por Sena (1997), que teria existido na década de 30 em Belo Horizonte, não foi possível localizar tal periódico. Assim, o que temos sobre as publicações de enfermagem desde o período da implantação da Escola Anna Nery, em 1923, até a década de 60, se restringe à REBEn.

Quadro 8 - Relativo aos periódicos por Nome, ISSN, ano de criação, local, bases indexadoras, instituição, 2007

Nome da Revista/ISSN	Ano de Criação	Cidade	Indexação	Instituição
Anaes de Enfermagem	1932	Rio de Janeiro		Associação Brasileira de Enfermagem
Revista Brasileira de Enfermagem 0034-7167	1955	Rio de Janeiro	Medline, Cinahl, Periódica, Latindex, Cuiden, Ulrichs	Associação Brasileira de Enfermagem
Revista da Escola de Enfermagem da USP	1967	São Paulo	Medline, Cinahl, Periódica, Latindex, Cuiden, Ulrichs	Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo
Enfoque 0101-3408	1973	São Paulo	INI, Bdenf	Johnson&Johnson Prod. Pref..
Enfermagem em Novas Dimensões - 0100-2724	1975	São Paulo	Index Medicus	Particular
Revista Gaúcha de Enfermagem 0102-6933	1976	Porto Alegre	Medline, Cinahl, Periódica, Latindex, Cuiden, Ulrichs	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Enfermagem Atual	1978	Rio de Janeiro		Deixou de circular em 1982
Revista Paulista de Enfermagem 0100-8889	1981	São Paulo	Medline, Cinahl, Periódica, Latindex, Cuiden, Ulrichs	Associação Brasileira de Enfermagem-ABEn/SP
Baiana 0102-5430	1981	Salvador	Lilacs	UFBA-Banco Econômico
Enfermagem Científica 0103-6912	1990	Rio de Janeiro	Latindex	Editora Lacon
Acta Paulista- 0103-2100	1988	São Paulo	Lilacs, Cinahl,	Domus Assessoria Gráfica Ltda
Texto & Contexto - 0104-0707	1992	Florianópolis	Lilacs	UFSC
UERJ - 104-3552	1993	Rio de Janeiro	Lilacs	UERJ
Enfermagem em Revista 0104-4419	1993	Belo Horizonte		PUC-MG
Revista Latino-Americana de Enfermagem - 0104-1169	1993	Ribeirão Preto	Medline, Cinahl, Periódica, Latindex, Cuiden, Ulrich's	Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto-USP
Cogitare - 1414-8536	1996	Curitiba	Lilacs	UFPR
SOBEC – 1414-4425	1996	São Paulo	Lilacs	
REME- 1415-2762	1997	Belo Horizonte	Lilacs	
Revista da Escola de	1997	Rio de	Cuiden, Cinahl,	UFRJ

Enfermagem Anna Nery - 1414-8145		Janeiro	Lilacs	
Revista Alternativa de Enfermagem - 1415-2835	1998?	Rio de Janeiro	Lilacs	JD Sobrinho. Produções Gráficas e Editora Ltda
Nursing- 1415-8264	1998	São Paulo	Lilacs	Ferreira & bento do Brasil Ltda
Revista Campineira 1415-0956	1999	Campinas		ABEn-Regional Campinas
RENE- 1517-3852	2000	Fortaleza	Lilacs	ARED
Enfermagem Atual- 1519-339X	2001	Rio de Janeiro	Lilacs, Cinahl,	EPUB
Revista da Sociedade de Enfermeiros Pediátricos	2001 (jul)	São Paulo	Lilacs	SOPEB
Enfermagem Brasil- 1678-2410	2002	Rio de Janeiro	Lilacs	Atlântica Editora
Rev. Cuidado é Fundamental 1415-4285		Rio de Janeiro		UNIRIO
Revista Técnico-Científica 1677-7271	2003	Curitiba	Lilacs	Editora Maio
Ciência, Cuidado e Saúde- 1677-3336		Maringá		UEM

Obs. As informações foram obtidas nos exemplares da revista citados na BIREME e localizadas na biblioteca da Escola de Enfermagem da UFRGS.

CAPÍTULO 3

3 REFERENCIAL TEÓRICO E METODOLÓGICO

3.1 Nova História

Conhecida muito bem na França, a expressão *La Nouvelle Histoire*⁴⁹ é título de obra editada por Le Goff. No entanto, esse movimento teve início com a criação da escola dos Annales, nome de uma revista publicada na França a partir de 1929, que se tornou emblemática para a História, porque desde seu início dedicou-se com novos temas, novos objetos, como a história do cotidiano e das mentalidades, temas esses não contemplados pela abordagem tradicional. O grupo dos Annales apontava ainda, para a história demonstrar menos preocupação com os acontecimentos, as cronologias dos fatos, e, sobretudo, os heróis. Os autores que participam da História Nova costumam defini-la pelo que ela não representa (BURKE,2001, FREITAS, 2002, p.43).

Para Burke (2001, p.10) “a Nova História é a história escrita como uma reação deliberada contra o paradigma tradicional”. Concorda que a nova história pode ser reconhecida se contrastada com a forma tradicional, que se orienta pelo paradigma tradicional, e apresenta a “história como essencialmente política (p.10)”.

De outro modo, a nova história se envolve em todos os temas relacionados à atividade humana, entende que para tudo existe uma história e, que tudo pode ser reconstruído e problematizado com relação ao passado. O que a torna uma possibilidade de luz a vários temas não considerados oficialmente, bem como um espaço de expressão dos sujeitos marginalizados.

Portanto, a partir de meados de 1950, novos tópicos emergiram, tendo visibilidade, apresentando-se como possuidores de uma história, o que antes não se pensava existir, como “a infância, a loucura, a morte [...] os gestos, o corpo, a

⁴⁹ Publicação surgida na França na década de 30. A expressão *nouvelle histoire*, que já se prestou a tantos equívocos, nós a utilizaremos no sentido de designar a história sob a influência das ciências sociais, que começou a ser elaborada a partir do debate entre sociólogos, filósofos, geógrafos e historiadores, no início do século xx, e se corporificou na revista de história *Annales d'histoire Economique et Sociale*, fundada em 1929, por Lucien Febvre e Marc Bloch (REIS, 2000,p.65).

feminilidade [...] (p.11)”. Ainda, para Burke (2001, p.11) “ a base filosófica da nova história é a idéia de que a realidade é social ou culturalmente constituída”.

Em outro momento podemos afirmar que a história tradicional era “essencialmente uma narrativa dos acontecimentos, enquanto a nova história está mais preocupada com a análise das estruturas (BURKE, 2001, p.12)”. Percebe-se nos historiadores intelectuais um deslocamento de suas atenções para além dos grandes livros, se voltam para temas como: história das mentalidades, discursos. Em outro aspecto, a história nova se utiliza de outras fontes, além das oficiais, que eram registros de governos e preservadas em arquivos, passa a valorizar outros tipos de evidências.

Desse modo, a história nova, diferentemente do paradigma tradicional, considera que se conta a história, sempre desde um lugar particular. Esse movimento, que dá luz para as vozes que vêm de baixo, também consolida essas vozes, embora seja discutida a efetiva autonomia que esses sujeitos tenham conseguido com a visibilidade que lhes é dada (BURKE, 2001).

A Nova História na perspectiva de Le Goff (1998) é uma história-problema, história aberta para as outras ciências, discussão realmente interdisciplinar, que contribui para ampliar as fronteiras da História tradicional e entendê-las como fronteiras com as demais ciências sociais.

Parece que hoje existe por parte dos historiadores da História Nova, a preocupação em divulgá-la fora do campo dos especialistas. Colocam-na como uma preocupação dos seres humanos na atualidade, por isso justificam seu empreendimento nesta tarefa. Demonstrando a importância de novos objetos de estudo da história, como: a história das maneiras de se vestir, de comer, temas tão sedutores quanto os outros tradicionais. (LE GOFF, 1998).

A História Nova mostra que os grandes acontecimentos mascaram os “verdadeiros acontecimentos sobrevivendo antes deles, isto é, as mutações profundas da História “(LE GOFF, 1998,p.16) . Não são as eleições gerais de 1986 na ABEn que vão dar luz ao MP, mas àquela efervescência anterior que vem desde o Congresso do Ceará que ocorreu em 1979 (MANCIA, 2002a).

Tanto é que, o XXXI CBEEn [...] demarcou o surgimento de uma posição diferenciada das existentes na enfermagem naquele período. Iniciou, dessa forma, um debate sobre os marcos conceituais e estruturais dos currículos de enfermagem, analisando-os a partir dos condicionantes históricos que os demarcaram, implícita e

explicitamente. Fato que trouxe grandes contribuições ao campo do ensino (MOURA et al., 2006, p.443).

A História Nova dá outra dimensão ao documento histórico, o documento escrito deixa de ser central, ela substituiu a história fundada nos textos por uma história que aborda múltiplos documentos: escritos de todos os tipos, documentos figurados, resultados de escavações arqueológicas, relatos orais.

A Nova História recusa a visibilidade somente dos acontecimentos, ela os entende como superficiais e simplistas, sem uma profundidade. Para ela essa abordagem acontecimental não consegue ir além deste fator de superfície, não compreende que o que emerge em dado momento, vem se constituindo de longo tempo, o acontecimento é o resultado de uma construção em que “ tudo se liga e se comanda mutuamente: a estrutura política e social, a economia, as crenças, as manifestações mais elementares e mais sutis da mentalidade” (LE GOFF, 1998, p.32).

É uma história para o tempo presente, que nos lança a conhecer e compreender uma história-problema, entender que qualquer sociedade proporciona uma história problemática, em que passado e presente são iluminados pela discussão, análise de forças permanentes que atuam sobre as vontades humanas. No entanto não nos damos conta de quão poderosas são, pois conduzem, aceleram e operam no jogo humano. Assim, possibilita que se saiba quais as forças que estavam em cena em dado momento, qual sua situação, como estavam pós-acontecimento, se isso contribuiu para seu fortalecimento, enfraquecimento, ou se isso não proporcionou nenhuma mudança (LE GOFF, 1998). Há uma preocupação pela

História econômica, demográfica, história das técnicas e dos costumes, não apenas história política, militar, diplomática. História dos homens, de todos os homens, não unicamente dos reis e dos grandes. História das estruturas, não apenas dos acontecimentos. História em movimento, história das evoluções e das transformações, não história estática, história quadro. História explicativa, não história puramente narrativa, descritiva- ou dogmática. História total, enfim [...] Esse programa da história nova, que tem mais de dois séculos, vai ser retomado... (LE GOFF, 1998, p.38).

A revista *Annales* objetivava destituir a história política de seu lugar, e para a história nova, permanece como uma bandeira importante, elegendo em seu lugar, uma nova história política, aquela que tem uma nova concepção do fato político, trata-se “antes de tudo, de uma história particularmente sensível às diferenças” (LE GOFF, 1998, p.43), que se constitui pelo surgimento de outros objetos, ainda não estudados, de novas técnicas e abordagens que tornam a História mais problemática, explicativa, contextualizada.

Para Le Goff (1998, p.49) a história nova permanece sendo, “em grande parte, qualitativa, e sabe-se que a fecundidade da história quantitativa depende da qualidade do programa do historiador”. Assim, ainda é forte o pensamento positivista entre os historiadores e, na sociedade em geral temos fortes tendências a só considerar os registros oficiais, gerados principalmente pelos governos.

As melhores fontes são as que fornecem dados maciços, cujo modelo é o registro paroquial. (...) o velho sonho do pesquisador positivista: assistir passivamente à produção objetiva da história pelos documentos. (...) a penetração da história nova no setor da história contemporânea é limitadíssima. O prestígio da história factual e da história política permanece grande nesse setor. A história do presente não raro é mais bem feita pelos sociólogos, os políticos, certos grandes jornalistas, do que por historiadores (LE GOFF, 1998, p.50).

Em sua obra *A história Nova* (1998), Le Goff considera o trabalho de Marx como de abordagem da história nova porque problematiza, relaciona com as outras disciplinas, apoiada em uma teoria de longa duração e com pretensões globais. No entanto, mostra diferenças fundamentais como: enquanto a história nova insiste sobre as diferenças das experiências históricas e sobre a necessidade de uma multiplicidade de enfoques, “todos esses problemas indicam que a história nova pode ser considerada pela história marxista oficial como um desafio” (LE GOFF, 1998, p.52).

Permanece, ainda, como o objetivo de uma história total, uma história gerada por problemas, uma história que se constrói no presente. Ao que parece os novos historiadores ainda estão muito presos às concepções de história política, que é a história dominante, aquela que privilegia os documentos oficiais de governo. Desta forma, na Nova História a renovação dos problemas compreende uma nova

concepção do documento. Para tanto,

é preciso desestruturar o documento para descobrir suas condições de produção. Quem em dado momento passa a construir os documentos? Quem dá a eles essa ou aquela dimensão? Que autoridade tem quem faz, por exemplo uma ata, que permanecerá como uma verdade para sempre, mas que naquele momento teve um direcionamento, em que aparecem os atores que aquele sujeito que escreve determina, podendo algumas horas de reunião se constituir em apenas uma sentença de dez palavras. “ É preciso pesquisar, a partir da noção documento/monumento, proposta por Michel Foucault em *A arqueologia do saber* (LE GOFF, 1998, p.55).

Ao mesmo tempo, necessitamos fazer recortes, dar à luz esses vazios, as passagens despercebidas, reconhecer que o que sobreviveu não foi por acaso. Construir conceitos que possam datar fenômenos históricos segundo uma concepção de duração, como o final do século XIX, que numa abordagem tradicional terminou em 1900, mas se formos considerar os modos de viver, as concepções de mundo e de mentalidade, entenderemos que esse período se encerra exatamente na Primeira Grande Guerra, que teve início em 1914 (LE GOFF, 1998).

Por outro lado, nesse contexto de Nova História outras abordagens e metodologias são vistas com bons olhos, porque permitem criar outras versões, complementar o que se tem como verdade. Permitem ainda, comparar diferentes narrativas, enfim problematizar a história.

3.2 Memória e História Oral

O que se tem como entendimento de História Oral na atualidade e, também de sua importância para os estudos históricos, muito se deve aos trabalhos iniciados no CPDOC⁵⁰ da Fundação Getúlio Vargas. Movimento que teve seu auge na década de oitenta do século XX, quando em todo o país teve ampla divulgação o resgate de depoimentos dos sujeitos envolvidos no regime militar, tanto os carrascos, quanto as vítimas, trabalho que gerou uma grande quantidade de material para estudos do tema repressão no Brasil nesse período, ou seja, de 1960 até o advento da

⁵⁰ Centro de Pesquisa e Documentação.

redemocratização no final dos anos 80.

A Escola de Enfermagem Anna Nery em 1993, inaugurou o maior Centro de Documentação da História da Enfermagem brasileira na sessão de encerramento das comemorações dos 70 anos de criação da EEAN e, paralelamente, cria o primeiro núcleo de pesquisa em história da enfermagem brasileira, o (NUPHEBRAS). Constituído principalmente de documentos originais, foram preservados na instituição desde o seu início. A partir da década de 90, do século 20, novos documentos vêm sendo agregados ao acervo, como por exemplo: teses, dissertações, fotografias, cartas, livros, atas, enfim muitas fontes primárias que foram encontradas e recuperadas. Também o produto de entrevistas escritas e gravadas, que foram geradas com a finalidade de preservar arquivos e histórias de vida de personagens ou instituições importantes para a história da profissão (BARREIRA, 1999).

O CEDOC da Escola Anna Nery se constitui hoje, em centro de referência de história da enfermagem brasileira, disponibilizando seu acervo e cópias de documentos para o mundo inteiro. Além disso, seu grupo de professores e pesquisadores promove anualmente eventos específicos e a cada dois anos realiza um simpósio Internacional. Comprovando o amplo avanço das pesquisas nesta área, podemos exemplificar a pesquisa realizada para avaliar a produção científica em história da enfermagem e contida no Centro de Documentação e Pesquisa (CEPEN) da Associação Brasileira de Enfermagem no período de 1972-2004, detectamos que dos 126 estudos relativos à História da Enfermagem, 40 Teses ou Dissertações eram provenientes da Escola de Enfermagem Anna Nery (PADILHA; VAGHETTI, BRODERSEN, 2006).

Outra iniciativa de preservar a memória da enfermagem brasileira foi tomada pela Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo (EEUSP) em 1992, em comemoração ao Jubileu de Ouro da Escola, a de criar o Centro histórico-cultural da Enfermagem Ibero-Americana (CHCEIA), com a intenção de preservar os documentos e objetos que constituem a memória histórica da enfermagem da USP. Em outubro de 2007 a EEUSP organizará o 1º Simpósio Ibero-Americano de História da Enfermagem (1º SIAHE), para ampliar o debate sobre o papel da história da enfermagem na formação profissional. Este evento pretende também reativar o interesse pelo CHCEIA, tornando-o mais visível e útil a toda a comunidade de

enfermagem. Segundo Oguisso e Freitas (2005), apesar do Programa de Pós-Graduação ter Mestrado e Doutorado e serem oferecidas duas disciplinas relativas à história da enfermagem, a produção intelectual nesta área pode ser considerada incipiente.

Além destes, outro Centro de Documentação importante criado em 1990 foi o Centro de Memória da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto/USP (CEMEERP), mas ficou fechado para visitação pública, uma vez que não havia funcionários disponíveis para administração e organização dos materiais, bem como espaço adequado para exposição do acervo. Porém, em 10 de agosto de 1999, em comemoração ao 46º aniversário da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto/USP, o Centro de Memória foi reaberto num novo espaço. Atualmente encontra-se em processo de ampliação e reorganização em séries documentais.

A Diretoria da ABEn, desde a década de 1950 vem manifestando a preocupação de escrever a história da entidade, entendendo com isso que se estaria escrevendo ou contando a história da enfermagem brasileira. Como os documentos dos primórdios da ABEn, desde 1926 até 1938 foram perdidos, provavelmente, num incêndio que houve na sede da associação, a história da entidade só pôde ser recuperada por meio da história oral, isto é, o que temos sobre esse período inicial foi contado pelas enfermeiras que viveram nessa época, por cartas e, principalmente, por entrevistas de história de vida e/ou história temática (CARVALHO, 1976).

Denominamos de moderna história oral àquela cujo método consiste na realização de depoimentos pessoais orais, por meio da técnica de entrevista que utiliza um gravador, além de estratégias, questões práticas e éticas relacionadas ao uso desse método (FREITAS, 2002, p.27).

Desse modo, se utiliza história oral como ferramenta para produzir documentos, arquivos e investigação referentes à experiência de pessoas e/ou grupos. Por ser uma narrativa realizada no tempo presente é reconhecida como uma história do presente. Assim, “o momento da narrativa é o que presentifica toda história evocada”. Essa fase resulta do encadeamento entre tempo antigo e tempo dos acontecimentos (MEIHY, 2002, p.84).

A história oral se faz forte na investigação que questiona a historiografia centrada em documentos oficiais e está presente nos debates que abordam a história atual. Tem “uma percepção do passado como algo que tem uma continuidade” (MEIHY, 2002, p.15). Justifica-se para explicar a ausência de documentos, para esclarecer novas versões da História reconhecida, para construir outras versões possíveis da História. Ainda, complementa dados e impressões não totalmente claros nos documentos conhecidos. Sempre é relativizada em relação à documentação central (MEIHY, 2002).

A mesma objetividade que é cobrada da HO é também cobrada dos documentos escritos, visto que ambos são resultados de construção, elaboração, intenções. É um ponto polêmico, inclusive para os historiadores adeptos da HO, pois alguns entendem que esse trabalho deve ocorrer quando não se tem outros materiais que poderiam ser utilizados para se fazer análises. Não trazem a verdade em si, são sempre narrativas, discursos em permanente elaboração. De forma que “todas as vezes reditas carregam diferenças significativas” (MEIHY, 2002, p.50).

A criação de fontes documentais é uma das possibilidades da HO. Se tomados como conhecimento e saber, os documentos produzidos pela História Oral têm a mesma consideração que outros documentos históricos escritos e ditos oficiais. De maneira que as histórias de vida, depois de gravadas e escritas se constituem em fontes tão válidas, quanto outros documentos, ditos oficiais.

Sem dúvida, em decorrência da mentira, do esquecimento e da deformação, as informações podem se voltar para direção ao desejo de contar o que se queria que tivesse acontecido que tivesse sido daquela forma, de acordo com sua vontade. Não poderia ser diferente, visto que é narrativa, e todas as nuances interessam, é o que vitaliza a HO e a faz diferente. A História joga luzes nas lembranças objetivadas em documentos, a HO expõe o esquecido como parte do todo explicativo dos fatos e emoções, quer dizer só faz parte aquilo que foi objeto da lembrança (MEIHY, 2002).

O passado contido na memória é dinâmico como a própria memória individual ou grupal. Enquanto a narrativa da memória não se consubstancia em um documento escrito, ela é mutável e sofre variações que vão da ênfase e da entonação a silêncios e disfarces [...]. Nesse sentido, a história oral mantém um vínculo importante com a questão da memória, e vice-versa. A transposição das narrativas da memória para a história, a sociologia, a antropologia ou outra qualquer disciplina acadêmica, no entanto, se dá na capacidade de diálogo entre a memória, a mediação da história oral e a história ou suas correlatas irmãs (MEIHY, 2002, p. 52-53).

A memória é uma garantia do presente, é através dela que confirmamos o presente, que repetimos as atitudes que se construíram ao longo do tempo, só ela permite que tenhamos regras de vida social. Existe assim uma relação entre memória e esquecimento, sendo importante lembrar que o que foi esquecido tem um sentido, o que é lembrado também. É então fundamental que se problematize que tais aspectos não aconteceram por acaso, que o que ficou retido tem sua importância, que aquilo que se lembra resulta de uma seleção entre o que lembrar e o que esquecer (MEIHY, 2002).

Se para conhecer algumas evidências do passado utilizamos a HO, é preciso ficar claro que a promoção de alguma censura pode obscurecer o que se deseja conhecer. Mas a HO pode atuar nesse ponto, assim permitindo que o que se conhece a respeito do passado, talvez proibido, possa despontar e ser questionado. Que essa verdade possa ser conhecida e penetrada, e então possamos estabelecer diálogos com versões diferentes, que se constituíram por outras experiências (MEIHY, 2002).

O conjunto das histórias coletadas fornece subsídios para as discussões sobre as motivações individuais, bem como fornecem elementos para iluminar as individualidades, estabelecendo assim alguns traços comuns. Pode-se dizer que importa é o que cada indivíduo pode falar sobre cada mudança (MEIHY, 2002).

O narrador se torna a figura central da narrativa dos acontecimentos. Ao mesmo tempo ele se torna a origem dos acontecimentos. Desse modo, essa situação gera uma importância social no indivíduo, que dificilmente tem a mesma proporção no cotidiano dessa personagem. Também, muitas vezes parece que essa situação é a mais importante para esse narrador, que tem a oportunidade de falar, de se apresentar como herói, autor de feitos que não teriam a mesma dimensão não fosse a sua participação, e deixar uma história escrita para as gerações futuras. (MEIHY, 2002). Essa mesma impressão me foi passada pelos meus sujeitos quando da realização das entrevistas, pois se mostravam como fundamentais para aqueles acontecimentos que elegeram para contar. E contavam com muito prazer.

Como a memória é sempre dinâmica e muda e evolui de época para época, é prudente que seu uso seja relativizado, pois o objeto de análise, no caso, não é a narrativa, objetivamente falando, nem sua relação contextual, mas sim a interpretação do que ficou (ou não) registrado nas cabeças das pessoas e foi passado para a escrita (MEIHY, 2002, p.81).

MEIHY (2002) refere que “no caso do ‘tempo antigo’, as evocações míticas repontam com força”. Aparece como um tempo encantado, pleno de atos heróicos e com uma poderosa força para explicar o futuro. Para ele o futuro “é reflexo das imagens fixadas e já constituídas [...] em função do sentido pretendido para a vida individual ou coletiva”. E, ao que parece muito mais comum e justificado entre os grupos ágrafos (MEIHY, 2002, p. 83).

A História oral pode servir de contraponto à história oficial, como aquela registrada pelos poderosos, pelos reis, contada de forma linear, sempre exaltativa, escrita com a finalidade de construir heróis e garantir o poder. Portanto, a HO ganha força, como algo ainda não documentado, produzindo soluções documentais, versões para o que era história oficial, retirando desta a competência de guardar em si a verdade, como preconizava o positivismo, modelo científico predominante no século XIX e, que grande parte dos historiadores adotaram como única possibilidade de construir história, ou seja, através de documentos oficiais (MEIHY, 2002).

3.3 Aspectos Operacionais do estudo

Para Padilha e Borenstein (2005) “lançar luzes sobre o passado” (p. 577) é um dos objetivos da pesquisa histórica, que busca construir uma história do presente. Parte, entretanto, da concepção de que o conhecimento é produzido socialmente e, nesse processo produz na perspectiva do passado com o presente. Desse modo, ao se olhar o passado, o vemos com outras lentes.

O pressuposto de que o passado pode ser reconstruído tal qual aconteceu não se sustenta, porque a história é sempre um fragmento, recortado a partir do lugar do historiador⁵¹. Não poderia ser diferente, se a história é sempre contada de um lugar e, esse lugar define seu contorno. Os estudos de natureza sócio-histórica compreendem os estudos dos grupos humanos no seu espaço temporal

⁵¹ Exemplo destas várias maneiras com as quais se podem contar acontecimentos pode ser dado pela história da Criação da Associação Nacional de Enfermeiras Diplomadas, que tem como emergência o ano de 1926, com atores sempre referenciados a partir de seus grandes feitos. A própria entidade não reconhece que houve uma primeira presidente, Rimídia Gayoso, eleita na primeira reunião da ANED (12/08/1926). No geral, a historiografia da enfermagem reconhece como primeira presidente Edith de Magalhães Fraenkel (CARVALHO, 1976). No entanto, Edith foi eleita em 1927. Assim, esse acontecimento, qual seja, a criação da ANED, tem controvérsias, tanto na narrativa da história quanto nas fontes documentais.

(THOMPSON, 1987). Desse modo, a investigação em história objetiva a demonstrar eventos de interesse do historiador: a partir desse olhar a metodologia é compreendida como o modo de focar os problemas e, talvez buscar respostas (PADILHA; BORENSTEIN, 2005).

Para entender, ou melhor, compreender o que é uma pesquisa histórica (história oral temática), é necessário que o pesquisador utilize algumas ferramentas, que acompanhe alguns passos, que tenha as etapas do estudo. Assim, pode-se delinear como que um mapa, uma prescrição para se construir um trabalho de investigação histórica.

3.3.1 Fontes e Coleta de Dados

Para delimitar a pesquisa e operacionalizar a análise documental, tornou-se necessário realizar uma investigação bibliográfica e uma busca de fontes primárias. Assim, uma das principais fontes utilizadas no estudo é a transcrição de entrevistas com história de vida, realizadas com personalidades que fizeram parte da diretoria da Associação Brasileira de Enfermagem⁵²

A Entrevista, técnica mais utilizada para coleta de dados em pesquisa qualitativa, tanto pode ser uma técnica para produção dos dados, como instrumento metodológico para elaboração de história de vida. Esta pesquisa acessou o acervo de entrevistas coletadas como parte do Projeto acima citado (FHEB), considerando que as mesmas se caracterizavam como documentos relativos a histórias de vida que, por sua vez, continham elementos substanciais acerca do objeto deste estudo.

Se “atualmente, o uso da entrevista em história oral visa registrar o significado da experiência pessoal ou do grupo” (MEIHY, 2002, p.109), a questão de autoria nas entrevistas, é um ponto importante que deve ser problematizado para que se possa estabelecer claramente o direito autoral. Portanto, nesse caso o depoente é considerado um colaborador, porque o autor é quem colheu a entrevista, realizou o projeto e “assumiu publicamente a responsabilidade sobre o que está dito, gravado e usado” (MEIHY, 2002, p.112).

Nas entrevistas de história de vida, as perguntas não devem ser fechadas,

⁵² Criação de Fontes da História da Enfermagem Brasileira (FHEB). Projeto do CEPEn para organizar um acervo de depoimentos relacionados à história da ABEn. Teve como objetivo principal gerar fontes primárias de informação em história da Enfermagem, a partir da memória de enfermeiras sobre a ABEn, desenvolvido por Ieda de Alencar Barreira. No APÊNDICE B estão referenciadas as entrevistas utilizadas no estudo, de acordo com as fichas catalográficas encontradas nos documentos resultantes das transcrições.

devem ser inseridas em um grande grupo, contextualizadas, de forma a serem compreendidas numa rede de acontecimentos, facilitando ao depoente discorrer amplamente sobre o acontecido. Para tanto, deve ser feita uma negociação da entrevista em que o entrevistador precisa impor limites na interferência do depoente. Todavia, ao se fazer HO de vida de pessoas públicas, certamente teremos de negociar discursos, de maneira que a combinação de informações relativas à vida pessoal do depoente seja harmônica com a vida pública. Deve-se sempre estimular a participação ativa do depoente, sendo a posição do entrevistador aquela de alguém que facilita.

Para Alberti (2004, p.34) “na entrevista de história oral há no mínimo dois autores - o entrevistado e o entrevistador”. Durante a entrevista as ações que tanto o entrevistado quanto o entrevistador desencadeiam constroem o passado de um jeito muito particular a partir de seus olhares. Assim sendo, as condições de produção das entrevistas devem ser consideradas em sua análise. Daí, que o papel do entrevistador é eminentemente de ouvinte da narrativa, mas mesmo assim, essa entrevista faz parte de seu estudo, de seu projeto e provavelmente, também, parte de sua vida (ALBERTI, 2004).

Outro aspecto deveras especial, diz respeito ao entrevistador, que não deve colocar na voz de quem é entrevistado aquilo que deseja ouvir. Também não deve utilizar a narrativa como referência daquilo que já sabia ou tinha suspeita. “Todo o trabalho de história oral traduz uma vontade de esclarecimento de situações. É nesse sentido que a narrativa se faz importante como parte de um diálogo em que o sujeito é o depoente e não o entrevistador” (MEIHY, 2002, p. 17). Recorre-se à entrevista quando se busca algo que não foi encontrado, ou não poderá ser achado em outras fontes.

em História Oral o entrevistado é considerado, ele próprio, um agente histórico. Nesse sentido, é importante resgatar sua visão acerca de sua própria experiência e dos acontecimentos sociais dos quais participou. Por outro lado, a subjetividade está presente em todas as fontes históricas, sejam elas orais, escritas ou visuais (FREITAS, 2002, p.69).

Por outro lado, na realização de entrevistas, criam-se expectativas nos

depoentes que precisam ser resolvidas, seus resultados devem ser compartilhados com quem os produziu. Portanto, sempre se deve retornar ao depoente para poder finalizar o projeto. A transcrição da entrevista, ou seja, a passagem da linguagem falada pela linguagem escrita tem um fator fundamental que são as mudanças que ocorrem nessa operação. Contudo, o depoente deverá autorizar essa versão escrita, levando em consideração as condições de produção desse novo material, agora diferente do que está no gravador (MEIHY, 2002).

Os documentos do acervo de entrevistas (FHEB), mesmo considerando sua dinamicidade e expansão, foi acessado em sua constituição atual. Deste conjunto foi utilizado um primeiro grupo de documentos, de entrevistas desenvolvidas no ano de 1988, responsável por criar as primeiras fontes primárias a partir de história de vida de nove enfermeiras que participaram dos primórdios da Associação⁵³. Essas personagens nasceram todas na primeira República, seus nomes estão citados no índice onomástico de Carvalho (1976) e atuaram na ABEn em diferentes momentos, desde a década de 1930 até meados de 1980.

Outro grupo de documentos do mesmo acervo, também com a história de vida de enfermeiras, foi coletado por entrevistas realizadas entre 2001 e 2006 e se constitui de 10 depoimentos. Foram geradas para dar continuidade ao projeto de Leda de Alencar Barreira. Foram realizadas por vários pesquisadores, em diferentes regiões do país, de acordo com o domicílio da depoente, sob coordenação do pesquisador da presente tese. Essas personagens foram escolhidas porque todas fazem parte da 3ª geração de enfermeiras que se firmou no cenário nacional e participaram das diretorias da ABEn, considerando o marco inicial da criação da Escola Anna Nery em 1923 (BRANDÃO, 1999).

O conjunto dos documentos referentes aos 19 depoimentos formou dois acervos: - um acervo sonoro em que estão gravadas na íntegra as entrevistas em CD-ROM e fitas Cassete; - outro, impresso, com as entrevistas transcritas, com resumos e fichas catalográficas, o qual é uma das fontes primárias desta pesquisa.

Todos os depoimentos estão disponibilizados para pesquisadores, tanto no

⁵³ Criação de Fontes da História da Enfermagem Brasileira. Projeto do CEPEn para organizar um acervo de depoimentos relacionados à história da ABEn. Teve como objetivo principal gerar fontes primárias de informação em história da Enfermagem, a partir da memória de enfermeiras sobre a ABEn desenvolvido por Leda de Alencar Barreira. No APÊNDICE B estão referenciadas as entrevistas utilizadas no estudo, de acordo com as fichas catalográficas encontradas nos documentos resultantes das transcrições.

Centro de Estudos e Pesquisa em Enfermagem da ABEn, em Brasília, como no Centro de Documentação da Escola Anna Nery no Rio de Janeiro. De acordo com o momento em que foram realizadas as entrevistas, desde os anos oitenta até 2006, foram adotados cuidados éticos vigentes à época. Assim, parte dos depoimentos está autorizada conforme as normas e consentimentos livres e esclarecidos (TCLE) atuais. Outra parte, seguiu o entendimento, até então válido, que permitia uma autorização expressa na própria gravação da entrevista, ou seja, em cada início das entrevistas havia uma introdução apresentando a finalidade do registro, o local e a apresentação do depoente, deixando claro que o que se estava registrando seria disponibilizado para uso dos pesquisadores, tanto em forma escrita, como em arquivo de voz, porque o documento faria parte de um acervo público para consulta permanente. Por outro lado, alguns depoimentos foram autorizados tanto dessa forma, como pela autorização escrita dos entrevistados.

Neste sentido, selecionei oito documentos (Apêndice B) dos depoimentos que enfocavam as questões do tema em estudo no período histórico da década de setenta do século vinte. A escolha se deu após a releitura dos dezenove depoimentos e privilegiadas àquelas falas que se reportavam especificamente à Revista ou faziam referências aos instrumentos de divulgação da Associação. Utilizou-se apenas a palavra DOC/ENTREVISTA para identificar os excertos retirados destas fontes.

De acordo com Queiróz (1983), a partir do momento que foram gerados documentos como resultado de entrevistas de história de vida, depoimentos, independente de técnicas que tenham sido empregadas, têm-se documentos como quaisquer outros, porque esses passam a ser definidos em função do que são capazes de trazer de informações e esclarecimentos para questões, problemas e contextos ou que possam servir de prova. Adquirem, portanto, o mesmo valor que outros documentos escritos, que contribuem para o estabelecimento da verdade (QUEIRÓZ, 1983).

Outra fonte fundamental de dados se constituiu de documentos, considerados também como fontes primárias, tais como, atas, relatórios, livros, artigos e a série de editoriais da REBEn no período de 1932 a 1980.

A habilidade do pesquisador está em tirar dos documentos tudo o que eles contêm e não acrescentar nada além disso, mantendo-se o mais próximo possível

dos textos (LE GOFF, 1990). Ampliando a noção de documento, Le Goff (1990) refere que tudo o que pertence ao ser humano, depende e exprime o ser humano, demonstra a sua atividade, a sua presença, seus gostos e modo de ser e por esta razão são incluídos como documentos, além do escrito, o ilustrado, transmitido pelo som, pela imagem ou qualquer outra maneira que revele quantitativa e qualitativamente a presença do ser humano em um determinado tempo e espaço. Assim, o documento é o resultado de uma intenção, de uma montagem de um cenário, que pode ser consciente ou não da história e, que pode ser manipulado ao longo do tempo por diferentes atores. O documento pode ser visto de diferentes lugares a partir de seu tempo, de seu contexto em dado momento. Deve ser reconhecido como um produto da sociedade que o organizou com base no poder que detinha no momento de sua constituição. Portanto, há a necessidade de se fazer uma crítica interna para revelar suas condições de produção (LE GOFF, 1990).

3.3.2 Organização e análise de dados

A leitura dos textos para a formação do corpus de análise se deu orientada pelos marcadores que justificaram o recorte temporal, conforme apresentado no *CAPÍTULO 1: - a implantação da reforma universitária e as novas escolas; - a pós-graduação stricto sensu ; - a criação do sistema COFEN/CORENs*. No entanto, estes marcadores apenas facilitaram uma organização inicial dos dados, uma vez que eles próprios emergiram da leitura flutuante dos documentos.

Inicialmente foram realizadas uma seleção e separação de todos os exemplares da Revista Brasileira de Enfermagem. A coleção completa da REBEn, desde 1932, está disponível na sede da ABEn-RS, inclusive com alguns exemplares classificados como obras raras, pois o que existe são apenas as coleções de originais da Escola Anna Nery, da EEUSP e da ABEn-Nacional. A coleção se divide em Anais de Enfermagem, nome da revista de 1932 até 1954 e, Revista Brasileira de Enfermagem de 1955 até os tempos atuais.

Após, foram selecionados e copiados todos os sumários, para servir de guia para a busca de temas indicados pelos títulos dos textos. Os editoriais foram agrupados por décadas e conforme sua temática, fichados para possível utilização durante a discussão. Os textos/artigos encontrados que remetiam a temática

também foram fichados e agrupados ao material já escolhido.

Após a leitura de todo este corpo documental, considerou-se necessário cotejar o que estava expresso na Revista com o que efetivamente era decidido pela diretoria da entidade, uma vez que a edição do periódico se vinculava às decisões da diretoria. Além disso, a revista é oficialmente, desde sua criação, o órgão de divulgação da ABEn. Então, foram copiadas todas as atas de reuniões de diretoria da ABEn no período em estudo. A leitura integral, em seqüência temporal, iniciou pelas atas do livro nº III, que relatam as reuniões ocorridas a partir de 1955, até as atas do livro nº VII, relativo ao período de 1975 a 1979. Nesses documentos foram marcadas as temáticas de acordo com marcadores citados como guia inicial de leitura.

Com os resultados e interpretações produzidos pela análise articulada das diferentes fontes, foram construídas categorias de análise que melhor expressavam o papel da REBEn, como veículo de direcionamento e consolidação da profissão de Enfermagem no Brasil e ou expressavam momentos particulares de sua trajetória e de alguns de seus personagens.

Tais categorias foram nomeadas, como a seguir, e passaram a constituir o capítulo do estudo **A REBEn como veículo de direcionamento e consolidação da profissional da enfermagem brasileira**, por sua vez, desdobrado em duas partes:

O nascimento da REBEn e os primeiros anos de luta (1932-1954): o surgimento como Annaes de Enfermagem;

A REBEn em novo cenário e novos projetos para a enfermagem (1955-1980).

CAPÍTULO 4

4 A REBEn COMO VEÍCULO DE DIRECIONAMENTO E CONSOLIDAÇÃO PROFISSIONAL DA ENFERMAGEM BRASILEIRA

A proximidade do objeto em casa pode-se dizer a quase intimidade com a Revista Annaes (ou Anais) de Enfermagem, envolve-nos a tal ponto e nos compromete a tantos anos, que fica complicada qualquer tentativa de neutralidade intelectual ou científica. Em verdade, o apaixonado cometimento com a Enfermagem Brasileira- seu saber e sua História, pode-se até dizer é a questão principal de nossa vida intelectual. (CARVALHO; SAUTHIER, 2002, p. 11).

4.1. O nascimento da REBEn e os primeiros anos de luta (1932 - 1954): o surgimento como Annaes de Enfermagem

Para localizar no tempo o surgimento da revista se faz necessário contextualizar a profissão de enfermagem e a saúde nesse período, rememorar os acontecimentos que deram consistência à realidade daquele momento histórico. Assim sendo, esse cenário em sua efervescência conformou as condições para a emergência da revista, conforme tratado no **CAPÍTULO 2**, especificamente no item sobre o contexto de nascimento da Associação Brasileira de Enfermagem.

A tradição⁵⁴ reconhece como 12 de agosto de 1926 a data de fundação da Associação. Antes, porém, se discutiu muito a característica da Associação estar vinculada diretamente à EAN, sendo, portanto, uma Associação de ex-alunas.

a idéia da criação de uma associação de ex-alunas era conveniente tanto à Escola, que manteria um certo controle sobre o conjunto das enfermeiras por ela diplomadas, como às ex-alunas que, ao seu diploma agregariam o capital cultural referente às credenciais de membro de uma associação profissional ligada a uma instituição de prestígio como a EAN (BARREIRA; SAUTHIER; BAPTISTA, 2001, p.158).

⁵⁴ A historiografia traz o registro de Rimídia Gayoso como primeira presidente da ABEn, mas isto não tem sido considerado suficientemente claro pelos historiadores da nossa profissão (MANCIA., 2002a).

Esta característica de “ex-alunas” excluiria outras profissionais formadas no exterior, como no caso de Edith Magalhães Fraenkel (EMF), graduada na Escola de Enfermagem do Hospital Geral da Filadélfia ou de Raquel Hadock Lobo (RHL), também com formação fora do Brasil, mais especificamente, em Paris, na École des Enfermières de L’Assistance Publique. A proposta vencedora acabou sendo a de fundação de uma organização de enfermeiras diplomadas e não de ex-alunas da EAN (BARREIRA; SAUTHIER; BAPTISTA, 2001; CARVALHO, 1976; MANCIA, 2002a)

Assegurando este argumento, encontramos o depoimento de Edméia Cabral Velho, que acompanhou Edith desde os primórdios da Associação até 1938 e que, em carta para subsidiar o histórico da ABEn, informa que Edith se envolveu com a criação da ABEn desde 1926. Também refere que Ethel Parsons (chefe da missão americana responsável pela criação da EAN, conforme descrito no item 2.1) fez grande pressão para que Edith concretizasse esta Associação⁵⁵.

Desta forma EMF inicia sua atuação na vida associativa, ainda que sofra muitas restrições das enfermeiras brasileiras devido à presença da liderança americana (BARREIRA; SAUTHIER; BAPTISTA, 2001; CARVALHO, 1976). Mesmo que tenhamos poucos registros do período inicial da Associação, em 1927, foi eleita a 1ª diretoria da Associação Nacional de Enfermeiras Diplomadas (ANED), tendo como presidente EMF. No período entre 1927 e 1929 as condições de funcionamento da ANED não estão muito claras nos documentos analisados, mas parece ter havido uma grande influência das enfermeiras americanas da Missão Parsons (BORENSTEIN et al., 2004). Nesta época, a presença das enfermeiras americanas também suscitava manifestações de reconhecimento, principalmente, pelas enfermeiras brasileiras que haviam estudado nos Estados Unidos.

Rendamos homenagem e admiração a Mrs Ethel Parsons, pois a sua pertinácia, a sua inteligência, a sua serena energia, deve-se à vitória sobre os inúmeros obstáculos de ordem material como de ordem moral que se apresentaram antes que o serviço de enfermagem fosse, entre nós, a brilhante realidade que já é (OLIVEIRA, 1932, p.37).

⁵⁵ Carta que conta a história da origem da ABEn entre 1926 e 1938. O documento se encontra na caixa do Documentário da ABEn, na sede da Associação em Brasília.

No ano de 1929 EMF reorganizou a ANED, porque iria solicitar sua filiação ao Conselho Internacional de Enfermeiras (CIE), solicitação atendida no 8º Congresso Internacional do CIE, realizado em Montreal em 1929, ocasião em que Edith representou o Brasil. Também nesse mesmo ano a ANED foi registrada em cartório e foi adquirido um terreno na Ilha do Governador, Rio de Janeiro, destinado à construção da Casa da Enfermeira⁵⁶. Importante salientar que no ano de filiação ao CIE a Associação passou a se chamar Associação Nacional de Enfermeiras Diplomadas Brasileiras (ANEDB), por exigência desse Conselho (CARVALHO, 1976).

Em Montreal - Canadá onde ocorreu o Congresso do CIE, Edith também participou da reunião de editoras de revistas das organizações membros da entidade. Neste momento surgem as primeiras discussões para criar uma revista de enfermagem no Brasil. Nascia assim, no Canadá, a idéia de publicar *Annaes de Enfermagem*, primeira revista de enfermagem brasileira (KAKEHASHI, 1999). Este Congresso aconteceu em 1929 e no mesmo hotel em que estavam hospedadas as enfermeiras brasileiras, juntamente com EMF, ocorre uma reunião na qual se delineia como deverá ser o periódico, cujo primeiro exemplar seria publicado em 1932. A Publicação se viabiliza com a doação do papel para impressão feita por Rachel Haddock Lobo, primeira editora da revista (MANCIA; PADILHA, 2003).

É editado, assim, o primeiro número da Revista *Annaes de Enfermagem*, da qual EMF foi uma das principais idealizadoras e incentivadoras. Como homenagem das enfermeiras da ANED recebeu uma estatueta de uma coruja sobre um pedestal, no qual estava escrito 1º Volume⁵⁷. Waleska Paixão em seu livro *História da Enfermagem* questiona se foi realmente uma pessoa somente a responsável pela criação da revista. Em carta acompanhando a estatueta, Edith coloca que a coruja é a prova de que ela foi a idealizadora da revista, visto que o presente foi-lhe dado pelas enfermeiras como agradecimento por sua concretização⁵⁸.

O lançamento do primeiro número de *Annaes de Enfermagem* ocorreu em 20 de maio de 1932, no Pavilhão de Aulas da Escola de Enfermagem Anna Nery,

⁵⁶ Propriedade que foi vendida no ano de 1999. Houve vários projetos de construção, nenhum se concretizou.

⁵⁷ A relíquia se encontra hoje na Escola de Enfermagem da USP e foi doada por Vitória Secaf (Professora aposentada da Escola de Enfermagem da USP), antes confiada a Amália Correa de Carvalho (Professora da Escola de Enfermagem da USP; Presidente da ABEn de 1968 a 1972), que havia recebido da própria Edith (SECAF; COSTA, 2007).

⁵⁸ Documentos da ABEn, caixa ano 1968.

quando Rachel Haddock Lobo atuava como Diretora (1931-1933) (MANCIA, 2002b). A primeira capa, como apresentada a seguir, foi desenhada por um sobrinho de RHL e foi mantida até 1939. De acordo com Carvalho e Sauthier (2002) esse primeiro fascículo trazia 23 títulos. Quando verificado no próprio original do acervo consultado identificamos 16 títulos no sumário, o que indica que a autora citada pode ter considerado outros elementos que entraram na composição da revista. O estudo teve a finalidade de informatizar todos os exemplares da revista, de forma a protegê-la do manuseio indiscriminado, na biblioteca da Escola Anna Nery. Características, conteúdo e outras informações do primeiro exemplar serão descritos a seguir.

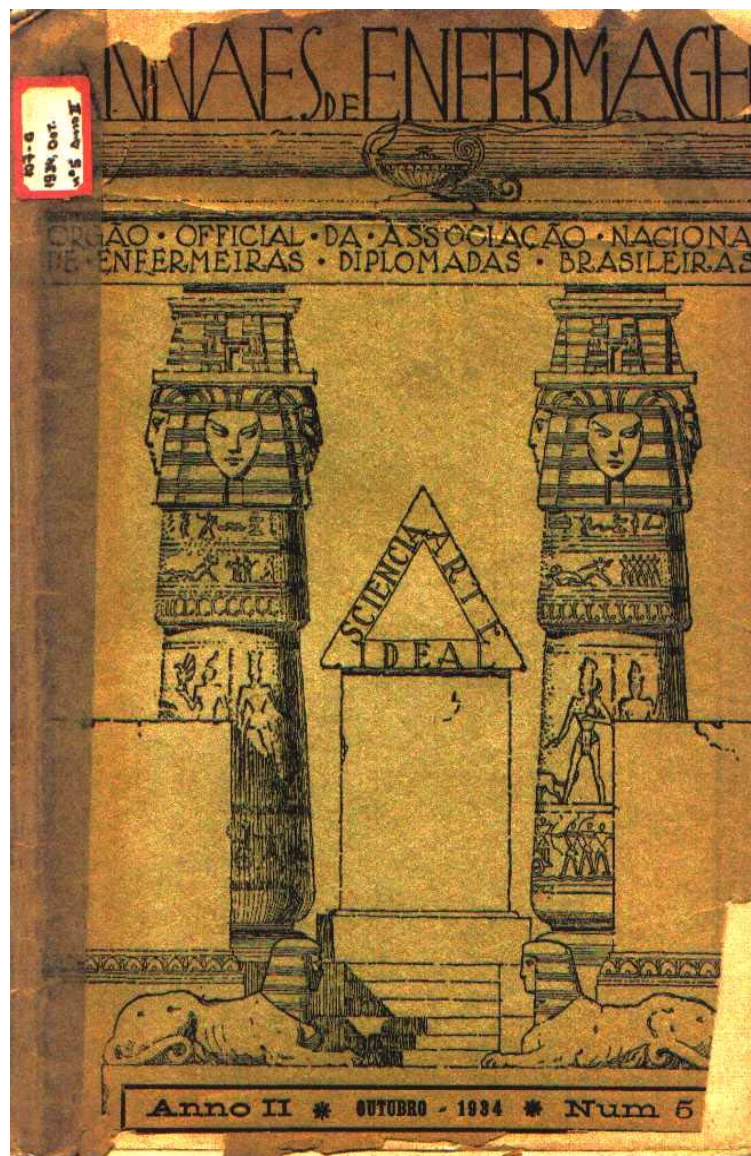


Figura 1 – Capa do primeiro Annaes de Enfermagem

Seu editorial se refere a uma **era nova** para a enfermagem brasileira, para a qual o novo periódico, agora disponível para as enfermeiras, seria um porta-voz da profissão. E cedo explicita a preocupação de demonstrar qual a imagem da enfermeira precisa se firmar na sociedade. É assinado pela editora, na época também diretora da Escola Anna Nery (RHL).

A enfermeira, a verdadeira enfermeira, deve preencher a enfermagem dos três eu do doente, o eu moral, o eu espiritual e o eu físico, objetivação do ideal profissional. Neste complexo de requisitos, que só uma enfermeira instruída e altamente cultivada pode realizar, está a “Era Nova” da enfermagem, de que será o arauto esta publicação, a primeira entre nós (LOBO, 1932, p.5).

A autoridade conferida pela editora à revista a qualifica como um empreendimento reconhecido pela sociedade da capital da República. Isto se percebe pelos autores dos textos que são apresentados nesse primeiro fascículo - 10 enfermeiras e 3 médicos - todos ainda da escola Anna Nery. E na seção Homenagem (TABORDA, 1932) enaltece as duas personagens mais importantes da implantação da EEAN, e assim se manifesta “rendamos justa homenagem e como brasileiros reafirmamos nossa gratidão ao Dr. Carlos Chagas, batalhador incansável da medicina, o verdadeiro apostolado, e àquela que tornou ao torrão natal, deixando no Brasil um nome imperecível, Ethel Parsons” (TABORDA, 1932, p.7).

Estes primeiros textos da REBEn já delineavam um discurso a favor da enfermeira diplomada na revista. Como no artigo intitulado *Enfermagem no Brasil*, de autoria de EMF, em que é feito um resgate da implantação no Brasil do modelo de enfermagem da EEAN (FRAENKEL, 1932).

Em outro texto, elaborado por um médico, o autor enaltece o papel da instrumentadora cirúrgica exigindo que esta “deve possuir o diploma de enfermeira”; reforça uma intenção velada de estar divulgando a imagem da enfermeira diplomada. No entanto, recomenda que a profissional deva apenas se inteirar do material que o médico pedir, restringir-se a sua função de somente instrumentar, isto é, dedicará “toda sua atenção ao ato material e mecânico em suas relações com o instrumental” (BRANDÃO FILHO, 1932, p.17).

Uma professora, em artigo escrito fazendo a defesa da Enfermagem escolar, assim se expressa para elevar a figura da enfermeira diplomada, “é preciso que a enfermeira tenha uma base de estudo prático e teórico, isto é, um curso de enfermagem completo [...] em uma escola bem organizada e dirigida por enfermeiras diplomadas” (AMADO, 1932, p.31).

Já, nesse número pioneiro, a editora se preocupa em ter uma organização no sentido de delinear um sumário com seções permanentes e contemplar vários assuntos. Assim, destina um espaço para a História da Enfermagem, temas técnicos, discursos, perfis, seção literária, página do estudante, notícias, bibliografia e crítica humorística.

No discurso proferido por um médico, durante a cerimônia de formatura da turma de 1931 da EEAN, este coloca a enfermeira num lugar especial na estrutura do sistema de saúde e considera que “não pode haver hospital sem um corpo organizado de enfermeiras, não há também campanha sanitária sem elas” (CAPRIGLIONE, 1932, p.25). Certamente, esse texto veio contribuir para a divulgação do papel da enfermeira, e foi posto na revista com um determinado intento.

Ao que parece, não havia certeza da permanência desta forma de expor os assuntos, já que no número seguinte encontramos uma nova disposição, nem todas as seções iniciais estavam no sumário, o que pode ter sido o resultado do que estava disponível para publicar. Ou, ainda, uma nova seleção priorizando novos assuntos. O que é provável, porque esse segundo fascículo somente é editado no ano de 1933 e sob nova direção - a primeira editora, RHL, havia falecido no início desse ano. A nova editora, Zaíra Cintral Vidal⁵⁹ (ZCV), egressa da primeira turma da EEAN, fazia parte do grupo de trabalho que organizou a revista. Seu nome consta no expediente como redatora-revisora. No entanto, é possível que quisesse impor sua marca no cargo que assumia, no qual permaneceu até 1938.

Neste segundo fascículo permanecem algumas temáticas, ainda que apresentadas com outra chamada, como as que salientam o papel da enfermeira e

⁵⁹ Zaíra Cintral Vidal nasceu em 1903 na cidade do Rio de Janeiro. Gradou-se em Enfermagem na EEAN no ano de 1926. Com bolsa da FR estudou nos Estados Unidos no Hospital Geral da Filadélfia e no Teacher's College da Columbus University. Foi presidente da ABEn entre 1943 e 1947. Editora da REBEn de 1933 a 1938. Publicou os três primeiros livros da área de Enfermagem no Brasil: Técnica de Enfermagem (1933), Drogas e soluções (1934) e Técnicas de ataduras (1938). Durante muito tempo essas foram obras utilizadas como livros textos nas escolas de Enfermagem (LOPES et al., 2001).

sua importância para os serviços de saúde. Pode-se verificar que o sumário traz 4 dos 17 títulos nessa perspectiva de colocar a enfermeira em determinado lugar reconhecido pela sociedade⁶⁰. Interessante ressaltar, que esta forma de dar visibilidade para a enfermeira já estava explícita no primeiro fascículo, onde 10 textos retratavam um conteúdo com clara preocupação com o perfil e a formação da enfermeira diplomada, mesmo que não descrevessem em seus títulos exatamente essa intencionalidade.

Desta forma, a ZCV, embora propusesse modificações, parece que obedecia a um projeto mais amplo, o de divulgar o perfil de uma enfermeira diplomada, personagem ainda desconhecido da sociedade em geral. Ao mesmo tempo, essa preocupação se voltava para valorizar a profissão, por meio de outros textos, como discursos proferidos por outros profissionais, como os médicos. Discursos positivos, de diferentes formas, para a valorização da imagem da enfermeira. Haja vista o discurso proferido pelo Dr. Antônio Cunha na recepção da turma de 1933, que em determinada parte se refere à

escola onde aprendestes não é só uma Escola de Enfermagem. É mais do que isso, é uma selecionadora de capacidades, é uma buriladora de caracteres, um cadinho onde se fundem e se moldam os sentimentos nobres da mulher na consecução de um ideal de humanidade e de moral cristã (CUNHA, 1933, p.21).

Permanece, então, uma disposição em manter nas páginas da revista a seção do estudante, a de história, de temas técnicos, notícias e bibliografia. No entanto, os textos voltados para a divulgação do papel da enfermeira diplomada, imagem que precisava ser consolidada, sempre estavam presentes, ora enaltecendo a arte da enfermagem, ora o caráter desejado da enfermeira. Como reconhece Serpa (1933, p. 23) “Se a enfermeira é um elemento já agora indispensável às organizações sanitárias mais adiantadas, a experiência está demonstrando que é preciso cuidar dessa Escola”, organização responsável pela formação da enfermeira diplomada.

Ou como Cunha (1933) se reporta às alunas num discurso de formatura,

⁶⁰ Aptidões e deveres da enfermeira de Hygiene Mental de Plínio Olinto; Os 10 mandamentos da enfermeiras sem autor; Cooperação da enfermeira de Saúde Pública junto ao serviço de Hygiene Infantil de Anália Banha e Enfermeiras chefes como “pivot”do problema educativo, (tradução de Carol Reno) de artigo publicado na revista *American Journal of Nursing*, em junho de 1929, de autoria de Maria Ellen Manley.

A vossa responsabilidade é grande na manutenção desse posto de 'modelo de enfermeiras' do Brasil, mas a minha tranqüilidade é completa, pois tenho a certeza de que dareis os melhores dos vossos esforços para conservá-lo intangível convencendo àquele que vo-lo deu de que nada mais fez do que justiça à Escola que eleva na nossa Pátria a enfermeira ao plano em que ela merece estar (CUNHA, 1933, p. 22).

Em 1935, já havia certo reconhecimento da publicação e a editora, que era membro da diretoria da ANEDB, mantinha a mesma orientação relativa à divulgação de textos sobre a enfermeira e/ou sobre a profissão. Todavia, algumas seções nem sempre estavam presentes, como no fascículo 6, deste ano, que traz a seção chamada *Cousas que incomodam*, em que há uma crítica em relação ao comportamento de algumas professoras da Escola Anna Nery e uma queixa do pouco aporte de artigos e notícias para a revista. Isto era apontado como um fator que contribuía para o atraso na edição do periódico. Aliás, essa era uma reclamação constante nos primeiros anos de existência da revista. Ora seu atraso se justificava pela falta de financiamento, ora pela dificuldade de compor a revista pela falta de artigos (ANNAES DE ENFERMAGEM, 1934, p.36).

Apesar destas dificuldades, sempre constava a página do estudante e os artigos mais voltados para o perfil da enfermeira, agora bastante direcionados para a formação de um perfil em saúde pública. Aliás, em meados de 30 havia um movimento muito forte da Escola Anna Nery pela defesa da enfermeira de saúde pública, pois em 1932 a EAN já havia diplomado 122 enfermeiras das quais 103 estavam em trabalho ativo no serviço de enfermeiras de saúde pública ou nos hospitais de clínica geral, São Francisco de Assis e de doença infecto-contagiosas, São Sebastião (FRAENKEL, 1932). Considerando-se que a EEAN foi criada para atender a saúde pública, pode-se inferir que os objetivos dessa formação, qual seja, de enfermeira para atuar na coletividade, não estavam sendo observados, porque parte das profissionais estavam exercendo a enfermagem em hospitais. Tanto é verdade nossa inferência que sua diretora Laís Netto dos Reys, juntamente com Edith Fraenkel, agora Superintendente do Serviço de Enfermeiras do Departamento Nacional de Saúde Pública, usavam o uniforme de enfermeiras de saúde pública em todas as cerimônias oficiais, ao que parece uma estratégia para garantir a política de

inserção da enfermeira de saúde pública do DNSP.

Ambas eram personalidades com poder de influir sobre a revista e a ABEn, a primeira por ser diretora da Escola que havia facilitado a criação da revista, a segunda porque além de desempenhar cargo de relevância dentro do sistema de saúde na época, também ocupava a presidência da ABEn, entidade responsável pela revista. Por outro lado, pode-se inferir que Edith teria forte influência na escolha do que deveria ser objeto de visibilidade na revista, principalmente pelo reconhecimento da sua atuação nos diversos órgãos públicos em que exercia a enfermagem. Ela despontava como a liderança autorizada a enunciar um discurso em nome da Associação.

Até 1941 a revista circulou irregularmente, embora fosse preservada a seqüência de numeração dos fascículos, quando houve interrupção da publicação da revista. Os textos que eram escolhidos para publicação, de certa forma, obedeciam aos mesmos critérios de seleção, já que reforçavam os aspectos salientados nos primeiros números do periódico, como a busca do “lugar” para a enfermeira diplomada na sociedade; lugar que ganhou expressão num discurso arquitetado e continuamente veiculado.

A partir de 1937 a educação aparece não apenas como preocupação manifesta na revista, mas como um espaço destacado de expressão. Neste momento a ANEDB está sob a liderança de outra enfermeira, Hilda Ana Krisch⁶¹, que atua como professora da Escola Anna Nery.

Nessa época se iniciam as articulações para que se tenha na entidade um órgão que trate exclusivamente da questão do ensino de enfermagem. Como já referido anteriormente, se inicia a Divisão de Ensino, sob a coordenação de EMF, quando deixa a presidência da ANEDB. Mesmo neste cargo não se afastou do núcleo de poder da organização, pois a Divisão que assumia logo se transformaria

⁶¹ Hilda Anna Krisch nasceu em Joinvile, Santa Catarina em 1900. Egressa da EEAN em 1936 foi para os Estados Unidos nesse mesmo ano e lá permaneceu até 1938. Entre outros cursos fez Psicologia Educacional e Legislação de Enfermagem na Universidade de Columbia em Nova York. Assume a presidência da Associação em novembro de 1938 até 1941. Implementa mudanças como: a transferência da sede da ANEDB para o internato da Escola; transferência da biblioteca para o pavilhão de aulas; a criação de algumas comissões, tais como, Educação, Legislação, Social, História da Enfermagem, Instalação da sede e de Estatuto; o levantamento de informações sobre a situação de Enfermagem no país. Foi chefe da Sub-Divisão de Enfermagem do Hospital das Clínicas de São Paulo. Entre 1938 e 1941 foi professora da EEAN. Em 1962 contribuiu para a fundação da ABEn-SC. Havia se aposentado em 1955, desde então se dedicou ao Museu Alemão em sua cidade natal. Faleceu em 1995 (BORENSTEIN et al., 2004).

em um espaço de decisões em relação à carreira de enfermagem, com profunda influência nas orientações para as novas escolas que estavam se formando, no mesmo padrão da escola oficial de governo. Isto se percebe nas discussões das reuniões de diretoras de escolas de enfermagem que ocorriam anualmente e que, a partir de 1941 estiveram sob a coordenação de LNR (BARREIRA; SAUTHIER; BAPTISTA, 2001).

Estas reuniões se constituíam em verdadeiras arenas, onde as duas mais importantes lideranças da enfermagem brasileira disputavam a cena em cada conclave. Edith, agora diretora da Escola de Enfermagem da USP, defendia a passagem da avaliação de escolas de enfermagem, feita pela EAN, para uma função de governo, questionando o Padrão Anna Nery. Como sua formação foi nos Estados Unidos preservava ao que parece, o perfil das profissionais daquele país, além, é claro, de ser agnóstica. Por outro lado, LNR era católica e, aliada ao governo, tendo grande carisma entre as diretoras presentes nesse fórum. Tais reuniões, de acordo com Carvalho (1992), estimularam a criação do Congresso Nacional de Enfermagem.

A revista, por sua vez, segue sua política editorial. A página do estudante aparece com irregularidade, como no ano de 1937, em que sua ausência não é justificada. Novos temas vão adquirindo forma no corpo do periódico, como os relatórios e as atas da Associação, porém poucas nuances podemos estabelecer nessa estratégia, porque os documentos escritos que contam a história da ANEDB e da revista somente passam a existir depois de 1938; antes disso se basearam muito em fontes orais e na própria revista.

Ao que parece, a despeito de haver insuficiência de artigos para publicar, quando havia interesse da Associação em divulgar sua política de trabalho, esta utilizava as páginas de seu órgão oficial. Daí que alguns temas não fossem priorizados, especialmente pela contenção dos custos num período próximo à deflagração da Segunda Grande Guerra e, principalmente, pela relação entre número de artigos, número de páginas e o valor do papel importado. Elementos que, certamente, eram ponderados para a consecução do periódico.

No último número publicado antes da interrupção de sua circulação e ainda durante a Guerra, em abril de 1941, o sumário traz, principalmente, temas relacionados diretamente às doenças que afetam a população do Rio de Janeiro. Os

temas antes delineados e presentes em quase todas as revistas agora estão ausentes. No entanto, a revista traz reflexos da Guerra e, em seu editorial, aborda a figura de Anna Nery como heroína do conflito que envolveu os brasileiros no Paraguai, apresentando-a como um exemplo a seguir pelas enfermeiras brasileiras.

Quando um dia o nosso Brasil puder se emparelhar aos países de maior ostentação de cultura e poderio, impondo às outras nações, como padrão a sua história e a sua literatura, ele há de oferecer à admiração dos povos, no relato das suas glórias mais lídimas, a legenda patriótica de Anna Nery [...] Elevemos, pois, à personagem apostolar da nossa enfermagem, um pensamento iluminado pela fé de seu sublime exemplo: que da sagrada missão que fez de Anna Nery o vulto imorredouro e glorificado, se gere um dia uma fé confiante, cada vez maior do papel destinado à mulher brasileira (NAVA, 1941, p.3)

Particularmente esse exemplar (1941) tem fundamental importância na história da ANEDB, ao mesmo tempo em que encerrava uma publicação já com uma década de existência, demonstrava a fragilidade de uma Associação criada em 1926. Esta experimentava uma fase sem atrativos para seus sócios e, como expressava sua presidente na época, precisava de gente nova para continuar defendendo os princípios da profissão, considerada jovem e ainda incipiente no país. Onde se pode inferir que a entidade sofre um forte revés no seu projeto de consolidar a figura da enfermeira diplomada (CARVALHO, 1976).

Após cinco anos de interrupção, o primeiro editorial do ano de 1946 é intitulado “**Recomeçando**” e faz várias chamadas para os sócios da ABEn. Nele o editor pondera que a revista não é somente um órgão de comunicação para facilitar as trocas de informações entre os profissionais em diferentes regiões do país, mas um veículo capaz de estimular o espírito de pesquisa e, desta forma, desenvolver as técnicas de enfermagem, publicar resultados a partir dos quais muitos frutos poderão advir. A visibilidade profissional é o fruto almejado e, neste momento, vinculado à produção e divulgação científica. Em outro momento, no mesmo editorial, se refere à participação dos indivíduos na vida associativa e o modo como esta contribui para que a profissão seja uma força real na sociedade. Portanto, o desejo é de que todas as enfermeiras diplomadas se aproximem da entidade e trabalhem para melhorar a saúde da nossa população (ANAIS DE ENFERMAGEM, 1946a).

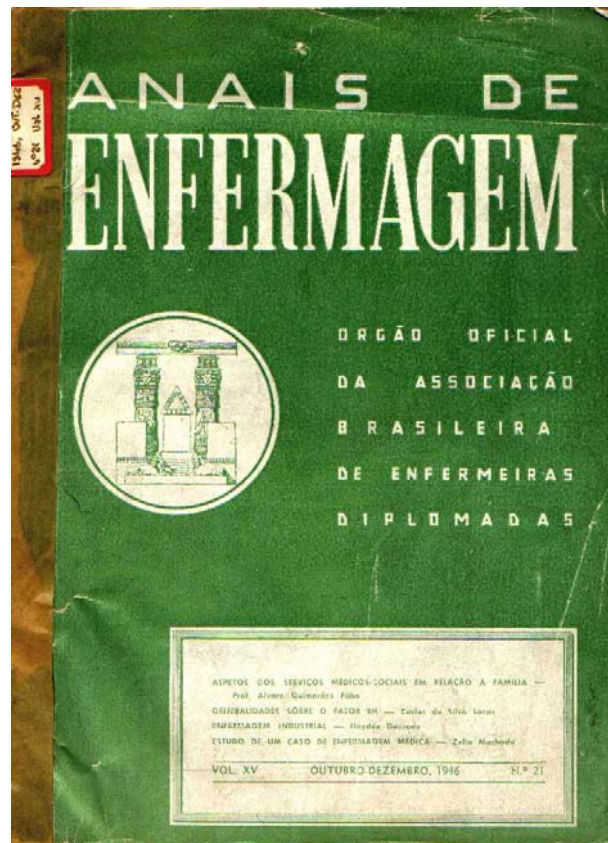


Figura 2 - Capa do volume XV, n. 21, out./dez, 1946c

No corpo da revista é publicado o resultado das recentes reformas que a Associação passou e que foram operadas no sentido de reorganizar a sua estrutura de direção. Tais modificações vieram na esteira do aumento de número de escolas de enfermagem no Brasil; da necessidade dos serviços, que clamavam por enfermeiras diplomadas e da redistribuição dessas profissionais no país. Assim, a Associação se reorganiza com a finalidade de se tornar uma entidade de caráter nacional e o primeiro passo foi dado em São Paulo, com a criação da seção da ABED (ANAIIS DE ENFERMAGEM, 1946c).

Além disso, a distância a ser vencida por algumas enfermeiras para participar das reuniões da ABED na capital federal era significativa e não estimulava sua participação. De forma que para existir, a ABED precisou criar seções nos estados, inclusive colocando em funcionamento a seção Amazônia, com abrangência nos estados e territórios da região norte. Na nova estrutura apresentada aparecem como órgãos que constituem a ABED, a Divisão de Ensino e a de Saúde Pública,

estruturas que de fato já funcionavam, mas ainda necessitavam de um reconhecimento dentro da própria Associação (ANAIS DE ENFERMAGEM, 1946b).

Entre tantas novidades apresentadas pela revista, se soma a edição do primeiro índice de autores e assuntos. Fica demonstrada uma preocupação em facilitar a busca pela informação por aqueles que por ela se interessarem, como que antecipando a futura necessidade dos pesquisadores, que primeiro deveriam recorrer aos índices para, posteriormente, buscarem somente o que realmente lhes seria útil, bem como saber o lugar onde encontrar.

Retorna à cena a preocupação permanente das dirigentes da ABED, personagens que estão à frente da entidade e a representam, em conclamar as mulheres a seguirem a profissão de enfermeira. São positivas na visão que têm da profissão e conseguem, no ano de 1947, realizar o primeiro Congresso Nacional de Enfermagem, com a finalidade de “Elaborar, em conjunto, um programa eficiente de enfermagem, visando o desenvolvimento da profissão num plano elevado” (CARVALHO, 1976).

Deste Congresso emanam recomendações, como aquela que propugna a “criação de um Conselho Nacional de Enfermagem, que será o órgão competente para estudar, regulamentar e fiscalizar todos os assuntos concernentes ao ensino e à prática de enfermagem” (ANAIS DE ENFERMAGEM, 1947, p.4). Em outros momentos da trajetória da entidade, como em 1945, já havia manifestações de reivindicação pela organização do conselho, no entanto somente neste Congresso é que a categoria toma conhecimento deste projeto - a revista é o lugar eleito para essa divulgação (BARREIRA; SAUTHIER; BAPTISTA, 2001; CARVALHO, 1976).

A proposta de criação do Conselho está de acordo com o que preconizavam as enfermeiras pioneiras, de que a profissão necessitava de uma revista e uma associação para progredir. A associação seria o lugar de representação, onde os sócios teriam mais do que a soma de suas forças individuais e seriam, ao mesmo tempo, protegidos pela organização. A revista teria a competência de comunicar e de colocar à luz o que interessa à profissão. Como esses primeiros passos já haviam sido dados, agora a figura da enfermeira diplomada precisava de uma estrutura capaz de dar conta de todo o fenômeno da enfermagem para consolidá-la. Para as dirigentes, o Conselho seria esse organismo.

No entanto, percebe-se que não havia uma discussão mais profunda do que

seria um Conselho. Qual seu benefício para a nova profissão? E porque foi eleita essa estratégia? Parece que a ABED precisava de um órgão com poder de estado para controlar a enfermagem e fazer frente aos problemas da profissão. Não havia ainda a compreensão exata do que representava um órgão com prerrogativas tão incisivas sobre a enfermagem.

No primeiro fascículo do ano de 1948 se apresenta: "pela quarta vez, em sua curta e acidentada existência, esta revista muda de formato" (ANAIS DE ENFERMAGEM, 1948a, p.1). O argumento que convenceu a diretoria da ABED a mudar a apresentação do periódico foi a necessidade de adequá-lo ao modelo indicado pelas gráficas como o mais econômico. Começa uma nova numeração e o volume I e número 1 tem sua primeira ficha catalográfica (SANTOS, 1997). Continua sendo trimestral e editada em São Paulo, local onde está a presidente da ABED, EMF. Embora publicada neste estado, sua redação se compõe de enfermeiras de outros estados⁶², "justamente para que a revista possa apresentar problemas de enfermagem relativos a todo o país é que essa contribuição se torna imprescindível" (ANAIS DE ENFERMAGEM, 1948a, p.1). Esse empenho da entidade para manter seu órgão de comunicação com as associadas se deve ao projeto de incluir a enfermeira diplomada como a profissional líder da enfermagem nos serviços de saúde, ainda com a forte presença de outros profissionais sem formação específica para o cuidar.

O fato de estar investindo na revista, na qualificação de sua apresentação e na redução de seus custos era relacionado a uma maior facilidade de circulação do periódico, mas havia ainda um grande empecilho para a impressão da revista, a falta de contribuições em artigos produzidos pelas enfermeiras. Isto fazia com que muitos textos fossem oriundos somente das Escolas Anna Nery e USP, além de notícias vindas do Conselho Internacional de Enfermeiras (CARVALHO, 1976).

A necessidade de especialização para trabalhar em enfermagem começa a se insinuar nos editoriais da revista. O Serviço Nacional de Tuberculose passa a ser o centro de referência em que a ABED vai investir para conseguir um lugar de destaque para as enfermeiras diplomadas. Tanto, que esse serviço coloca à

⁶² Assim estão preenchidos os cargos existentes na revista, conforme fascículo n.3, do vol.1, de 1948: Diretora, Edith de Magalhães Fraenkel; secretária, Glete de Alcântara; seção da Amazônia, Leontina Gomes; seção da Bahia, Haydée Guanais Dourado, seção Minas Gerais, Waleska Paixão; seção Distrito Federal, Leda Moreira; seção Rio de Janeiro, Hermínia Nogueira e Ermengarda Alvin; e São Paulo, Ruth Borges Teixeira e Zilda Almeida Carvalho.

disposição das escolas bolsas para serem oferecidas aos alunos de enfermagem. Tal estratégia expressa um resultado concreto de reconhecimento à figura da enfermeira diplomada, já vista como uma profissional necessária para organizar os serviços de saúde, conforme vinha sendo delineado no perfil da revista há algum tempo (BARREIRA, 1997).

As investidas, no sentido de provocar os órgãos governamentais a criarem o Conselho de Enfermagem se tornam mais freqüentes e fazem parte das pautas das reuniões e do Congresso. Para ajudar nos argumentos as dirigentes utilizam os resultados da pesquisa realizada pelo Departamento Nacional de Saúde, para o “Estudo do Problema de Enfermagem no Brasil” que, após “pormenorizado exame, apontou [...] os fatores responsáveis pelo [...] desenvolvimento da Enfermagem”, dentre eles estava a existência de órgão regulador, como um Conselho profissional. (ANAIS DE ENFERMAGEM, 1948b, p.57).

A necessidade da criação de um órgão regulador e fiscalizador específico para o exercício profissional da enfermagem eram de extrema urgência. Em todo o país, o número de enfermeiras diplomadas era pequeno em relação às necessidades. A formação ainda se orientava por um currículo nos moldes americanos, agora visto como inadequado para as condições de saúde de nossa população. Criticado, o modelo poderia sofrer modificações se um Conselho de Enfermagem fosse criado. Assim, as enfermeiras davam mais um passo para consolidarem a imagem da enfermeira diplomada e, por meio da revista, puderam convocar toda a categoria de enfermeiras para esta tarefa.

O recém criado Congresso Nacional de Enfermagem já começa a produzir resultados na ABED e entre as enfermeiras. Na Associação, a diretoria se dá conta do potencial que existe no espaço representado pelo evento para divulgar seus projetos. Como o primeiro dos conclaves foi realizado em São Paulo, este segundo ocorre no Rio de Janeiro, em 1948 e, certamente, a escolha do local não foi algo tranqüilo, pois o anterior havia sido proposto pela seção São Paulo, o que causou protestos de LNR, vice-presidente da Divisão de Educação da ABED, diferente deste, que foi organizado pela diretoria da ABEn, cuja presidente estava no Rio. Para as enfermeiras o evento era a oportunidade de discutir os problemas da profissão, conviver com profissionais dos mais diversos lugares do país e conhecer os trabalhos científicos apresentados (CARVALHO, 1976; BARREIRA; SAUTHIER;

BAPTISTA, 2001).

Nestes novos tempos, a revista passa a ter um sumário permanente que, além dos temas anteriores, traz inovações como a publicação de resumos. Por outro lado, a página do estudante nem sempre está presente. Embora ainda não estivéssemos em tempos de avaliação e a produção de textos para publicar fosse muito restrita, nos parece que a ABED mantinha, naquela seção, uma estratégia de aproximação do alunado com a entidade, visto que os estudantes eram sócios em potencial. Ao final do curso estariam se associando à ABED.

Todos os lugares tinham alguma representação da ABEn. Eu fui monitora do Congresso de Recife[1958], como estudante de Enfermagem. Em Aracaju, Dona Isa apoiava, hospedava, fazia reuniões da ABEn na Escola. Ela catava onde existisse uma enfermeira e obrigava a mesma a se filiar na ABEn. A ABEn era uma instituição inserida nas escolas e serviços, [...]. Era uma inserção quase obrigatória, ao ser uma enfermeira, automaticamente deveria ser filiada da ABEn. Isso era muito forte. [...]havia algo ideológico nesse sentido. Caso não tivéssemos uma estrutura associativa da classe a gente não saía do lugar, que a gente só poderia progredir se tivesse uma associação forte, esse discurso foi fundamental para a organização da profissão.. E, de certa maneira, todo mundo embarcava nessa por que até o emprego exigia uma filiação à associação profissional. [...] As enfermeiras da Campanha de Combate à Tuberculose eram verdadeiras portadoras do discurso da ABEn pelo país inteiro, elas iam viajando, implantando serviços, e todo fim de trabalho faziam reuniões da ABEn, nas diversas cidades por onde passavam. Em Salvador, no primeiro congresso que teve quando eu trabalhei lá, eu fui a responsável pela Comissão de Recepção, eu lembro bem que era a época da ditadura. Para mim, ser da ABEn era quase como ser católica. Ser enfermeira católica, participar da ABEn, tudo era muito colado na minha identidade. Quem iria empregar uma enfermeira que chegasse num serviço e dissesse que não tinha inscrição da ABEn. Ela não servia. De certa maneira, desde a Escola me afeiçoei à idéia de pertencer à Associação de classe. Mesmo trabalhando no interior chegava a cobrança da anuidade. Toda enfermeira era convocada a ser membro da ABEn (DOC/ENTREVISTA).

A participação do estudante como membro da Associação vai acontecer somente na década de 1980. Mas até que isso de fato acontecesse, as enfermeiras da Associação se aproximavam dos futuros sócios ainda durante sua formação na escola,

na Anna Nery a aproximação com a ABEn era automática; quando

chegava no último ano, a dona Olga Lacorte, que era “a figura”, que era a chefe da Divisão de Ensino,[...] ela era encarregada, quando chegava no último ano, todo mundo se associava à ABEn, isso não tinha nada que pensar não, já estava resolvido. Tanto que eu sou sócia da ABEn desde 1956 (DOC/ENTREVISTA).

Os editoriais, pelo menos uma vez por ano, se comprometiam com as recomendações emanadas do Congresso.

As funções da enfermeira diplomada, objeto permanente de divulgação da ABED aparece em editorial demonstrando a falta desta profissional nas instituições de saúde, como que reforçando sua necessidade, alertando para o diminuto número de enfermeiras formadas pelas escolas. Também já era denunciado o fato das funções administrativas consumirem a maior parte do tempo de trabalho, deixando-lhe pouca oportunidade para cuidar diretamente do paciente. Alertava-se, assim, para “um deslocamento de funções e de responsabilidades, ao mesmo tempo em que estas funções tornam-se cada vez mais amplas e complexas” (ANAIS DE ENFERMAGEM, 1949, p.100).

Nessa época foi aprovada no Senado Federal a Lei 775 de 1949 que previa, entre outras disposições, “a formação no Brasil de dois tipos de profissionais no campo da Enfermagem, um de enfermeiras para as posições de mais responsabilidades e outro de auxiliares de enfermagem para trabalharem sob orientação das primeiras”. Este fato mobiliza a Divisão de Educação, que já estava envolvida na elaboração de um novo currículo mínimo para as escolas de enfermagem, incluindo essa problemática à sua agenda e passando a engendrar estratégias para clarear as funções da enfermeira, na perspectiva desta lei, e de como isso vai chegar às escolas de enfermagem (ANAIS DE ENFERMAGEM, 1949, p.51)

Esta nova lei foi a primeira a legislar amplamente sobre Enfermagem, criando oficialmente o curso de auxiliar de enfermagem, com duração de 18 meses e com exigência de conclusão do curso primário ou aprovação em exame de admissão para matrícula. Para o curso de Enfermagem ficou estabelecida duração de 36 meses, com matrícula condicionada à conclusão do ginásio ou do colegial. As escolas têm um prazo de 7 anos para adaptar-se à nova exigência de conclusão do

secundário para ingresso nos cursos de Enfermagem; prazo este que deverá concluir em 1956. Para as dirigentes da ABED

as nossas escolas ainda não adquiriram o prestígio necessário para exigirem [...] a conclusão do curso secundário [...]. A profissão é muito nova e a enfermeira diplomada ainda não possui entre nós o status social de suas colegas norte-americanas e canadenses (ANAIS DE ENFERMAGEM, 1949, p.52).

O advento dessa lei, que ao disciplinar o ensino de Enfermagem elimina o Padrão Anna Nery, transfere a responsabilidade para o Ministério da Educação atendendo uma antiga reivindicação da entidade, mas provoca uma instabilidade no projeto da Associação, de consolidar a figura da enfermeira diplomada. O status desta profissional e sua inserção no nível universitário ainda geram discussões, haja vista que seu ingresso no curso de Enfermagem se dá de maneira diferenciada, o que não ocorre nas demais carreiras universitárias. Assim, a ABED teme pela não existência de condições no sistema de ensino para atender essa exigência no prazo previsto, e que isto trará muitos prejuízos para a imagem da enfermeira diplomada. Além disso, prevê-se que muitas escolas não terão condições de se adaptarem ao novo padrão. Situação que, se concretizada, contribuirá ainda mais para a diminuição do número de enfermeiras diplomadas.

Neste novo cenário, a ABED inicia uma luta que perdurará até o advento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que será implementada a partir de 1962. Durante esse período a Divisão de Educação da entidade elabora inúmeros pareceres para justificar a prorrogação de 7 anos para os cursos de enfermagem se adaptarem à lei. Tal tema será discutido em muitos editoriais desde então. De acordo com Carvalho (1976) a matéria “aparece em catorze reuniões de diretoria e vinte e três vezes em páginas da REBEn como assunto principal” (p.154).

A Comissão de Legislação mobilizou tanto as associadas como as seções estaduais da ABEn, formando um grande movimento qualificado por Haydée como memorável, pois em certos períodos cerca de vinte enfermeiras trabalhavam intensamente nas casas do Congresso (BARREIRA; BAPTISTA, 2002, p.284).

Os editoriais da REBEn são o porta voz da ABED e neste final de década a revista incorpora o Congresso Nacional de Enfermagem a ponto de os anais do evento passarem a ocupar um fascículo por ano da revista, já a partir do primeiro Congresso. Tal prática traz uma importante modificação, pois dos quatro exemplares anuais que publicavam textos de uma agenda organizada para estabelecer comunicação por meio de alguns temas pré-definidos, agora serão 3 números que estarão dando vasão à produção das enfermeiras. O impacto desta medida passa a ser visível no aumento do número de páginas dos próximos periódicos.

No primeiro fascículo da década de 50, a revista divulga as realizações da ABEn que contribuíram para a consolidação da profissão, como a criação do próprio periódico, o sucesso da organização do Congresso, alguns feitos das enfermeiras dirigentes que resultaram em conquistas para a categoria. Há um apelo positivo para a participação das enfermeiras na sua organização de classe. Apresenta a entidade como a única capaz de concretizar as idéias das profissionais. De outra maneira a ABEn é tida como o mostrador, o lugar onde as coisas da profissão e do progresso da categoria podem ser vistos (ANAIS DE ENFERMAGEM, 1950a)

Também neste fascículo é discutida a questão de fazer vestibular sem o secundário, válido apenas para o curso de enfermagem, mas que permitia o acesso posterior apenas para o curso de filosofia, isto é, reconhecimento para ingressar nesse curso somente. Tal questão aparece como um dos resultados da implantação da Lei 775/49 .

Mais três projetos de lei foram enviados à mesa, um dos quais justificado da tribuna do Sr Brigidio Tinoco. Concede esse projeto o direito de matrícula nas Faculdades de Filosofia às enfermeiras diplomadas pelas Escolas de Enfermagem reconhecidas, desde que prestem vestibular. (ANAIS DE ENFERMAGEM, 1950b, p.167)

Apesar dos embates em torno desse projeto e da defesa feita pelas enfermeiras, como esta de que “é elitista a concepção de que o curso de enfermagem passou a ser do nível superior somente após a obrigatoriedade da exigência do curso secundário completo. Existem outras vertentes para definir o que é uma profissão” (DOC/ENTREVISTA). O projeto de lei não se concretiza.

Outro tema se refere ao significado do IV Congresso Nacional de

Enfermagem, tema recorrente dos editoriais, desde sua criação. Percebe-se o entusiasmo das dirigentes com o aumento do número de enfermeiras que participaram do conclave, o que gerou uma necessidade de divulgação do evento para além das fronteiras do país, com possibilidade de inscrições para profissionais dos demais países da América. Foi registrada a presença de várias enfermeiras estrangeiras, alguma delas instaladas aqui para atividades em missão de governo, outras vindas para observar o desenvolvimento da profissão nesta região do mundo e, também, para estimular a criação de uma organização internacional de Enfermagem, divulgando o trabalho do Conselho Internacional de Enfermeiras. A ABED, ao que parece, amplia cada vez mais a utilização do Congresso como mais um instrumento para a consolidação da figura da enfermeira diplomada (ANAIS DE ENFERMAGEM, 1950b).

Como a revista é o espaço de comunicação entre a entidade e seu quadro de sócios, aparecem as questões relativas ao número de enfermeiras com vínculo associativo, considerado muito baixo se comparado ao contingente de profissionais já existentes no país. Tal situação preocupa, pois ao que parece as enfermeiras não têm ainda o entendimento de que há um valor da Associação para o progresso profissional. Ressente-se, também, do baixo número de assinantes da revista, única publicação da área para as profissionais. Essa análise é feita durante o IV CNE porque o êxito desse evento ultrapassou os anteriores (mais de 500 participantes). O mesmo compreendeu não só a meta de congregar as sócias da ABED, mas também de receber “visitantes ilustres da América e da Europa, focalizar temas de ensino teórico-prático, divulgar os trabalhos de legislação e ensino, ouvir veteranas da profissão, e teve a participação de enfermeiras mais jovens [...]” (ANAIS DE ENFERMAGEM, 1951a, p.149).

De um modo geral, as dirigentes da ABEn sempre estiveram envolvidas na busca do lugar na Universidade para a Enfermagem. Preocupação também decorrente do baixo entusiasmo das enfermeiras em aderir ao movimento dos profissionais de nível superior universitário. As páginas da revista são o espaço permanente de explicitação deste desejo

...recordando, no entanto, o passado da ABED, vemos que essa atitude se afasta da linha que até hoje por ela foi seguida, o que nos leva a pensar e analisar o assunto.[...] Das colunas dos ANAIS DE ENFERMAGEM solicitamos das enfermeiras a sua colaboração, para que juntas possamos resolver os problemas da Enfermagem (ANAIS

DE ENFERMAGEM, 1950c, p.209-210).

Nos primeiros tempos [...] as opiniões das enfermeiras, [...] em reuniões da classe e [na] revista davam um sentido de pouca urgência em produzir [...] força numérica de enfermeiras (ANAIS DE ENFERMAGEM, 1951b, p.275).

O tema do número de enfermeiras aparece como uma questão de vida ou morte, porque as enfermeiras diplomadas ainda são em número insuficiente para fazer frente às necessidades do país. Isto é visto como um fator negativo no projeto da ABED de dar visibilidade à enfermeira diplomada. Como estratégia para defender essa causa, as dirigentes consideram que:

as estudantes de enfermagem criam, em torno de si, uma atmosfera em que se sente a preocupação com valores mais altos e menos supérfluos do que estudantes de igual idade e sexo de outras faculdades.[...] A razão de ser de todas essas alterações citadas e de outras que por ventura sejam mais oportunas é tornar o ensino, na escola de enfermagem, verdadeiramente liberal, isto é, fundamentado em princípios científicos e moldado na filosofia democrática. O ensino técnico não prepara o profissional para ajustar-se às situações de grande complexidade [...] (ANAIS DE ENFERMAGEM, 1951b, p.275).

A enfermeira diplomada projeto de consolidação profissional da ABED e preocupação permanente da entidade, torna-se alvo de apreensão, quando são comparadas as condições de ensino e as diferentes formas de tratamento que essa profissional recebe com a de outras áreas de formação

o termo professor é usado para os médicos, quer sejam catedráticos ou não, restando às enfermeiras denominações variadas: enfermeira-chefe, instrutora, monitora, supervisora; a cadeira era chamada matéria; o número de anos de que se compõe o curso não exprimia, como em todas as demais escolas, o ano letivo, pois que este dura 8 meses e o das escolas de enfermagem dura entre 9 e 11 meses. Em vez de ensinar ou fazer supervisão, havia enfermeiras acompanhando alunos (ANAIS DE ENFERMAGEM, 1952a, p.145).

Em 1952, já estamos no quarto ano de vigência da lei 775/49, situação que faz a ABED correr contra o tempo para conseguir atender aos preceitos da lei. No entanto, os avanços obtidos na direção de que as candidatas aos cursos de enfermagem tenham o secundário completo, no prazo determinado, parece ainda muito longe de se concretizar.

Enquanto isso é estimulado o debate sobre o número de níveis de ensino de enfermagem, que deverá se adequar à Lei de Diretrizes e Bases da Educação, quando o projeto for aprovado. Nele estão previstos três níveis de formação, o de auxiliar, destinado a alunos com o curso primário, o nível técnico, destinado a alunos com 1^o ciclo do curso secundário (quatro anos de ginásio) e nível superior, destinado a alunos com curso secundário completo ou àqueles a quem leis específicas conferiram direitos equivalentes. Em consequência disso a ABED propugna que,

precisamos de técnicos tais como os visitantes sanitários. Será suficiente para essa categoria de pessoal a base de instrução primária. A zona rural, talvez tenha que satisfazer-se com esse nível primário [...]. A Campanha Nacional Contra a Tuberculose [...] inclina-se a concluir [...] que ter pessoal de enfermagem do nível superior só para chefia de enfermaria e de serviço, e pessoal [...] técnico, [e] auxiliar para o cuidado de doentes. [...]. Por outro lado, ocupar enfermeiros nos cuidados de cabeceira de rotina, seria demasiadamente dispendioso. (ANAIS DE ENFERMAGEM, 1952b, p.221-223)

Os editoriais da revista, do final do ano de 1952, dão indícios de que a ABED está muito próxima de atingir sua meta de consolidar a imagem da enfermeira diplomada. Expressam o entendimento de que houve uma melhora no nível de competência profissional entre as enfermeiras e que isto se evidencia na crescente participação destas no Congresso Nacional de Enfermagem. Consideram que o conhecimento compartilhado pelas enfermeiras durante o evento tem contribuído para uma maior coesão entre elas, o que favorece o crescimento da entidade (ANAIS DE ENFERMAGEM, 1952c, p.283).

As recomendações do Congresso tinham espaço prioritário na revista, como esta que solicitava a criação do Conselho de Enfermagem, “considerada mais satisfatória para os interesses da profissão, mas diante das dificuldades que acarretaria a sua manutenção” decidiu-se “deixar para o futuro”, dedicando-se agora

pela criação de um setor de enfermagem no Serviço de Fiscalização de Medicina e Farmácia (ANAIS DE ENFERMAGEM, 1953a, p.3).

Entre os problemas crônicos da revista, a falta de colaboração de artigos e de notícias que interessam à profissão é referida como a causa mais freqüente de atraso na publicação. Embora a numeração da revista conste que foi editada em 1953, é provável que só tenha circulado algum tempo depois. Com freqüência, a editorialista solicita que as enfermeiras enviem seus trabalhos para divulgação, reitera a necessidade de publicação diversificada na revista, contemplando assuntos de todo o país (ANAIS DE ENFERMAGEM, 1953b)

As dirigentes da ABED utilizam uma forma de comunicação em que não são explicitados os conflitos entre as diferentes correntes de pensamento que convivem na entidade. Todavia, em algumas ocasiões estes conflitos se materializam nas páginas da revista, como o seguinte comentário sobre as eleições, em decorrência de procedimentos de enfermeiras que tinham o entendimento diferente do que era a Associação

Cada enfermeira participa da vida da ABED na medida de seu interesse pela Associação, de seu interesse pela profissão, de seu interesse pelo seu aperfeiçoamento individual. [...] somos uma força [...] maior do que a soma das individuais (ANAIS DE ENFERMAGEM, 1953c, p.154).

Apesar das críticas ao modelo de currículo vigente nas escolas de Enfermagem por considerá-lo ainda muito “americanizado” e não refletindo a realidade do ensino de Enfermagem no Brasil, inclusive motivando a agenda da Divisão de Educação da ABED, algumas medidas continuavam recorrendo a referências norte-americanas. Precisamente em meados de 1954 dirigentes da entidade fazem uma apologia a um trabalho oriundo dos Estados Unidos, em que são sistematizados os possíveis campos da Enfermagem, a seguir nomeados: “1) ensino de enfermagem ou educação; 2) administração (chefe de departamento ou serviço de enfermagem); 3) supervisão (inclui enfermeira-chefe); 4) saúde pública; 5) especialidades clínicas; 6) pesquisa” (ANAIS DE ENFERMAGEM, 1953d, p.231).



Figura 3 - Capa da Revista, em sua segunda versão, a partir do vol. VII, n. 3, de 1954

A formação de enfermeiras, especialmente o desenvolvimento do espírito de serviço, o ideal de exercer a enfermagem com senso de responsabilidade, foi o tema central das discussões na Comissão Permanente de Diretoras de Escolas de Enfermagem, reunida a 25, 26 e 27 no Distrito Federal sob a presidência de D. Waleska Paixão (ANAIIS DE ENFERMAGEM, 1954a, p.3).

Nestas reuniões, ainda estava presente a preocupação das dirigentes com os

meios para despertar o interesse das pessoas pela enfermagem “problema que vem preocupando as educadoras da enfermagem brasileira”. Tais preocupações se justificavam pelo diminuto número de enfermeiras diplomadas formadas pelas escolas existentes e foram compartilhadas por todas as diretoras presentes naquela reunião. “Havia poucas candidatas procurando matrículas nas escolas. [...]” (ANAIS DE ENFERMAGEM, 1954a, p.3).

Mas, para a correção, também é necessário haver mais candidatas para avolumar a opinião pública. Uma das causas dessa pouca procura de matrícula é a quase incerteza do status, tanto da profissão quanto das escolas. A deficiência de enfermeiras comprometia o projeto de consolidação da enfermeira diplomada, defendido pela ABED, apesar do novo alento dado pela lei 775, de 6 de agosto de 1949, considerado um contributivo importante para firmar o status da profissão e das escolas.

Ela deve acabar de cumprir a missão de estabelecer o status definitivo do enfermeiro e das escolas quando esgotar o prazo, que previu de 7 anos, a partir de sua promulgação, isto é, em agosto de 1956, época em que se exigirá dos candidatos à matrícula o curso secundário completo (ANAIS DE ENFERMAGEM, 1954a, p.3).

Ainda em 1954, as enfermeiras dirigentes da ABED já entendem que atingiram a meta de ver reconhecida a enfermeira diplomada, como podemos verificar no seguinte excerto de uma entrevista com uma ex-presidente,

Mas eu achei, como muita gente achava, que não tinha mantido a Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas, porque já havia a lei 775/49, dizendo quem é enfermeiro. Então queriam Associação Brasileira de Enfermeiros e eu achei muito ruim e propus Associação Brasileira de Enfermagem (DOC/ENTREVISTA).

Considerando que: - houvera avanços significativos na profissão desde sua implantação, a partir da criação da Escola Anna Nery, em 1926; - de que a lei 775/49 trouxera a possibilidade do ingresso da profissão na universidade, - de que a revista se constituía em instrumento permanente de comunicação entre as enfermeiras e sua organização com profissional; - de que o surgimento do Congresso Nacional de

Enfermagem facilitou a organização da categoria e, contribuíra para um melhor arranjo da Associação com suas estruturas de funcionamento e políticas para as associadas; as enfermeiras da ABED entendem que seu projeto de impactar a figura da enfermeira diplomada já está consolidado. Assim, neste final de 1954, decidem pela mudança do nome da Associação para “Associação Brasileira de Enfermagem”- ABEn, e da revista para “ Revista Brasileira de Enfermagem” - REBEn.

1º o nome ABED- a expressão Associação Brasileira de Enfermeiras deixou de existir. Essa expressão teve razão de ser no início da Enfermagem moderna no Brasil, quando era esta desconhecida; a palavra “diplomadas” era necessária para caracterizar o tipo profissional de seus membros. Faz 30 anos que o público entrou em contato com o enfermeiro diplomado; não há hoje em dia recanto algum do país onde não seja conhecida a existência da “enfermeira Ana Néri”. Além disso, a nossa associação de classe já entrou para a maturidade desde que hospedou com dignidade, em [um] congresso internacional. Era justo, pois, que tomasse para si o nome da profissão que representa; Associação Brasileira de Enfermagem [...]. Será abreviadamente chamada de ABEn [...]. Vamos nos acostumar, pois, a nos referirmos à ABEn ao invés de ABED? 2º o nome desta revista- Acompanhando a modificação do nome da Associação, Anais de Enfermagem, a partir de 1955 aparecerá com nova roupagem e com seu novo nome: Revista Brasileira de Enfermagem, mais de acordo com o seu conteúdo e com os tempos (ANAIS DE ENFERMAGEM, 1954b, p. 301).

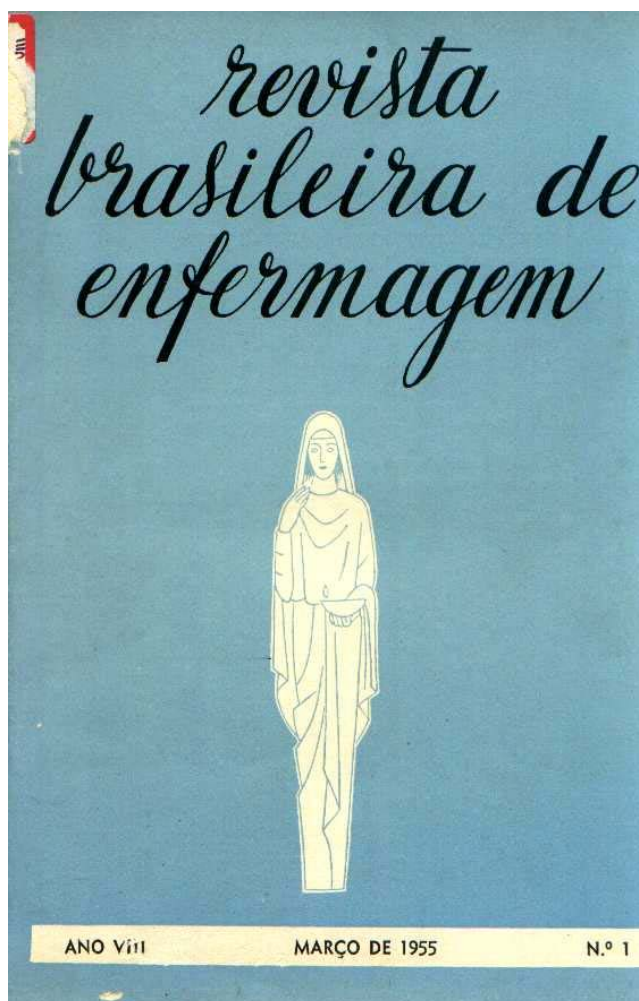


Figura 4 - Capa da revista em 1955 desenhada pelo famoso artista plástico Santa Rosa⁶³

4.2 A REBEn em novo cenário e novos projetos para a enfermagem (1955-1980)

A Revista Brasileira de Enfermagem Sucede a Anais de Enfermagem

Em 1955, em cumprimento de resolução emanada do VII Congresso Nacional

⁶³ Tomás Santa Rosa Júnior marcou presença na vida artística e intelectual brasileira na pintura, na literatura e no teatro. Dedicava-se à experimentação incessante na aplicação artística de novas tecnologias. Nasceu em João Pessoa, Paraíba, em 29 de setembro de 1909. Funcionário público e autodidata por vocação veio para o Rio de Janeiro, onde participou do grupo de Portinari, do qual também fazia parte Guinard; foi por intermédio de Haidée que houve esse contato, ela estudava belas artes e estava muito próxima do grupo. Foi ilustrador, diagramador de publicações, cenógrafo, figurinista, professor de pintura, crítico de arte e, de quebra, desenhava capas para livros e criava desenhos e pinturas para artes gráficas. Atuou como crítico de artes. No teatro, fez cenários para «Vestido de Noiva», obra prima de Nelson Rodrigues. Mudou o aspecto gráfico dos livros Serviço de Documentação do Ministério da Educação. Participou de missões oficiais e se achava em uma delas, em Nova Delhi, na Índia, em 1956, quando faleceu em 29 de novembro. (Texto de Paulo Victorino) <http://www.pitoresco.com.br/brasil/santarosa.htm>

de Enfermagem, realizado no ano anterior a “revista aparecerá com nova roupagem e com seu nome: Revista Brasileira de Enfermagem, mais de acordo com seu conteúdo e os tempos” (ANAIS DE ENFERMAGEM, 1954b, p.301).

Assim se expressa a editorialista ao apresentar a notícia, “Não bastam os esforços da Diretoria da Revista. Estamos convictos de que o tradicional órgão da classe necessita de modificações graduais dos altos desígnios que tem a desempenhar” (DOURADO, 1955, p.3). Uma das necessidades reforçada neste editorial é a de aumento imediato do número de leitores do periódico.

Durante o 8º Congresso Nacional de Enfermagem em 1955, na cidade de Belo Horizonte, as enfermeiras brasileiras se reuniram para discutir seu preparo e seu papel nos programas de saúde, já numa antecipação e preparo acerca do tema das Discussões Técnicas a serem realizadas por ocasião da 9 Assembléia Mundial de Saúde, em 1956. No tópico acerca de “que condições deverão ser modificadas e que meios deverão ser obtidos para que as enfermeiras possam desempenhar esse papel no futuro?”, a REBEn ganha destaque. É referido o importante papel que tem a divulgação do conhecimento para a profissão e como, naquele momento, havia somente um instrumento capaz de servir de porta voz das enfermeiras. Isto fundamenta o apelo para “que as enfermeiras enviem à Revista Brasileira de Enfermagem trabalhos para publicação ”apesar da fragilidade de seu quadro de assinantes e, com reflexo no quantitativo de leitores (REVISTA BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, 1955 d, p. 177).

A presidente da ABEn se manifesta no relatório de 1954-1955 sobre a situação da REBEn, comentando sobre “sua trajetória acidentada” e afirmando que sua publicação só ocorre porque a entidade a tem sustentado. Em sua avaliação “o círculo vicioso em que vive ainda não se rompeu” – de descrédito das enfermeiras na revista devido aos atrasos na sua publicação, sendo esse atraso “causado pelo desinteresse que se traduz em falta de colaborações e de dinheiro”. Nessa avaliação faz alguns comentários sobre a nova apresentação da Revista, bem como expressa seu entendimento de que estando em mãos de gente nova, com mais tempo para o próprio periódico, esta poderá tornar-se mais atraente para seu possível público consumidor. Assim se refere porque a partir desse ano de 1955 a revista adota novo nome; ocasião em que aproveita para pedir colaboração das enfermeiras no sentido de renovarem suas assinaturas (PINHEIRO, 1955b, p. 279).

A prática de fazer doações para a REBEn está sempre presente no discurso da enfermagem, como podemos verificar no seguinte enunciado

Tivemos a grande satisfação de receber da seção Rio Grande do Sul a quantia de cinco mil cruzeiros para auxiliar a nossa Revista Brasileira de Enfermagem. Gesto muito elegante e simpático, porquanto foi espontâneo (REVISTA BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, 1955c, p.163).

É significativo que uma seção ainda tão jovem (criada em 1950), como a seção-RS, já estivesse contribuindo para a divulgação do conhecimento. Podemos considerar como influências importantes para este momento a presença de lideranças como Maria de Lourdes Verderese⁶⁴, diretora da Escola de Enfermagem de Porto Alegre e presidente da Seção-RS da ABEn, assim como o fato de Porto Alegre sediar, no ano seguinte, o 9º Congresso Brasileiro de Enfermagem.

A preocupação com a qualidade dos textos publicados, com seu conteúdo e com o controle daquilo que deverá ser objeto de conhecimento, faz com que lideranças da Escola Anna Nery estejam atentas ao que é divulgado no periódico. Como podemos verificar nessa fala da presidente da ABEn, que toma “a palavra para levar a queixa da D. Waleska [Paixão]⁶⁵ sobre os artigos publicados [na] revista [...] e o oferecimento [...] para que a Escola Anna Nery faça uma revisão [...]” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, livro de atas n.3, verso da p.6). Tal oferecimento permitiria ter uma melhor qualidade nos textos a serem publicados pela revista. Pode-se inferir acerca de outros interesses nesse controle, como por exemplo, o fato de que uma avaliação dos artigos pela Escola conferiria uma chancela das mais importantes, visto que a instituição tinha um lugar reconhecido na sociedade e na profissão.

⁶⁴ Enfermeira formada em Baltimore, no Hospital John Hopkins. Professora da Escola de Enfermagem da USP veio para o Rio Grande do Sul para criar e dirigir a Escola de Enfermagem de Porto Alegre, em dezembro de 1950. Antes, juntamente com outras enfermeiras, fundou a seção-RS da ABED, em 23 de setembro de 1950. Além de membro da diretoria também foi presidente. Trabalhou no Levantamento de Recursos e Necessidades em Enfermagem no Brasil.

⁶⁵ Waleska Paixão é reconhecida como uma liderança de longa duração na enfermagem brasileira. Destacou-se inicialmente como diretora da Escola Carlos Chagas de Belo Horizonte, principalmente por ser católica. A partir de 1950 e até 1967 foi diretora da Escola Anna Nery e presidente da ABEn entre 1952 e 1954.

A situação quase crônica de falta de recursos para a editoração do periódico está presente na maioria das reuniões da ABEn. No entanto, em alguns momentos esse cenário parece melhorar, como o que se apresenta em reunião da Diretoria no final do ano de 1955, “D. Maria Geralda informa que os n. 3 e 4 da Revista estão na gráfica” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, livro de atas n.3, p.7). A ausência de atraso, como evidenciado, parecia se constituir em motivo de orgulho, uma vez que contrariava uma tendência recorrente.

“D. Beatriz informa o andamento [...] da impressão do Estatuto. D. Maria Rosa lembra que redundaria em “economia a publicação do mesmo na Revista” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, livro de atas n.3, p.3). Essa estratégia de divulgar o estatuto da entidade em seu veículo oficial está coerente com os objetivos da Diretoria que impactava sua ideologia como que numa ação conjunta, para isso se utilizando de todos os meios disponíveis para atingir o maior número de enfermeiras possível. Ainda, tal publicação poderia estar completando material para inteirar um número da revista, o que, de certo modo, facilitava a atualidade do periódico e sua circulação com maior regularidade.

“Dona Maria Geralda informa que os estatutos já estão na gráfica juntamente com o 3^o e 4^o números da Revista” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, livro de atas n.3, p.7, verso). Levando-se em consideração que a Revista quase sempre foi publicada com atrasos significativos, o que se apresentava nesse momento era uma situação extremamente confortável, pois estavam no final do ano com todos os fascículos previstos publicados.

Nesta mesma ata a tesoureira “informa, ainda, que só agora retirou o dinheiro concedido por empréstimo à revista” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, livro de atas n.3, p.8). Este comentário pode ser remetido a momentos em que não parecia haver muita clareza ou consenso sobre a vinculação da revista, ou “a quem ela pertencia”. Daí se pode entender a noção de “empréstimo” da ABEn à revista. Levou muitos anos para que fosse entendido que o periódico era parte da Associação como órgão de divulgação.

Entre os problemas que dificultavam a regularidade de publicação da revista, provavelmente o financeiro era o que mais se destacava. Inicialmente implicava na compra de papel, importado e caro; em seguida a impressão, feita em outra etapa, exigia novo desembolso, os quais nem sempre a ABEn tinha como suprir ou para os

quais as reservas da própria revista eram insuficientes. Portanto, muitas estratégias eram estabelecidas com a finalidade de viabilizar a edição da revista, como o pedido de Waleska Paixão ao reitor da Universidade do Brasil solicitando “abatimento nas despesas de impressão e que foi concedido um abatimento de 40%” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, livro de atas n.3, p.15).

Todavia, tais procedimentos para concretizar a impressão da revista, não são diferentes de outras iniciativas semelhantes, para garantir a sobrevivência da ABEn, como por exemplo a de buscar apoio em instituições governamentais, principalmente Ministério da Saúde. Isto é recorrente em diferentes períodos de sua história, como exemplificado por Izaura Barbosa Lima ao lembrar “que a ABEn poderia pleitear junto ao Ministério da Saúde uma verba para o Congresso (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, livro de atas n.3, p.39+verso). Ou como é explicitado em relatório atual da entidade, ao salientar que as reuniões de diretoria só têm ocorrido porque se obtém os recursos do Ministério da Saúde, conforme “informou [a presidente] que o MS financiou passagens e diárias dos membros da Diretoria e da CENRE⁶⁶ II, além de coffee break” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, 2006, linhas 23 e 24).

A realização do Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil (LRNEB) teve apoio financeiro da Fundação Rockefeller, a qual concedeu a verba para consecução do projeto. A decisão foi comunicada pela tesoureira em reunião de diretoria em dezembro de 1955 (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, livro de atas n.3, p.7, verso). Algum tempo depois, é levantada a questão sobre a possibilidade do Centro de Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil custear “as despesas de impressão do material de divulgação na Revista” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, livro de atas n.3, p.22, verso). Como o inquérito sobre Enfermagem no Brasil era uma iniciativa e uma realização da ABEn, a entidade considerou a prerrogativa de utilizar seu órgão oficial de divulgação para ações relacionadas ao projeto e, portanto, financiar custos da revista com verba do mesmo (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, livro de atas n.3, p.22). Nessa ocasião, já estava implantado o recém criado Centro do LRNEB, no Rio de Janeiro, como um escritório que centralizava as atividades e dava suporte ao empreendimento.

⁶⁶ Comissão Especial Nacional de Reforma do Estatuto da ABEn, instituída na gestão 2004-2007.

A revista, ao longo dos anos, é utilizada pela diretoria para divulgar sua política de atuação, para ampliar a visibilidade da figura da enfermeira e para dar conhecimento ao público de temas que interessassem ao projeto da ABEn. Assim ocorre quando a ABEn responde à consulta do Conselho Internacional de Enfermeiras sobre a situação da enfermagem e as necessidades atuais do país, tendo a oportunidade de propugnar pela realização de uma pesquisa nacional para conhecer essa realidade. Por vários editoriais o LRNEB será objeto de divulgação, tanto na fase de concepção, como na fase final, quando seus resultados são apresentados à sociedade. Como já referido, os resultados dessa pesquisa conferiram um reconhecimento internacional à ABEn (REVISTA BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, 1955b).

As constantes queixas de que não havia dinheiro para financiar a edição atualizada da revista não impedia de enviar valores em nome do periódico para eventos internacionais, quando se justifica um interesse da entidade manter uma contribuição, como quando “ficou decidido que a Revista Brasileira de Enfermagem contribua com a importância de dez dólares”, para que as associações filiadas do ICN oferecessem um colar comemorativo da coroação da Rainha Elizabeth II, à presidente do organismo internacional” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, livro de atas n.3, p.22, verso).

Os atrasos na edição da revista se destacam como um motivo de apreensão permanente das dirigentes da entidade, as quais discutem soluções rápidas frente às mais diversas causas. Assim, por exemplo, “propõe ainda D. Maria Geralda que sejam criados dois núcleos para revisão dos artigos para a Revista - um no D. Federal e outro em S. Paulo para evitar que os artigos demorem mais de dois meses” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, livro de atas n.3, p.22, verso).

Desafios como estes faziam emergir sugestões apresentadas pelos membros da diretoria, no sentido de tornar a revista mais interessante, como as idéias de criação de uma seção de perguntas e respostas ou de aumento do noticiário e página do estudante. Waleska Paixão, presente em uma dessas discussões “ofereceu o trabalho da Escola Anna Nery para movimentar a seção e que quando o trabalho atingisse um vulto maior, poderia ser dividido com a Escola de Enfermagem de S. Paulo”, os dois centros que colaboravam intensamente para compor a revista.

De acordo com Carvalho (1976), em seus primeiros anos a revista contou com colaborações da EAN e entre 1946 a meados de 50 distinguiu-se a contribuição da EEUSP. Após esse período começam a vir contribuições das seções de São Paulo, Distrito Federal (Rio de Janeiro) e Bahia. Dada a grande responsabilidade quanto aos conceitos que são emitidos por meio do periódico é sugerido que a ABEn poderia “pedir o trabalho voluntário de sócias para trabalhar aos sábados”. Assim, a exigência de regularidade na circulação do periódico parecia em muito depender de uma organização que se mostrava ainda incipiente na entidade (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, livro de atas n.3, p.22, verso).

No ano seguinte, em 1956, em sua primeira reunião a diretoria volta a discutir as vantagens de a REBEn fazer “a publicação com tiragem em separatas”, com material de propaganda da enfermagem. Levanta, assim, outra forma de arrecadar fundos, pois entendia que para muitos leitores poderia interessar somente determinado material contido no periódico. Também é apontada uma justificativa de economia, uma vez que não seria necessário produzir novo material ou esperar um novo número da revista para incluí-lo. É provável que o referido material seja o que foi utilizado para divulgação do LRNEB (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, livro de atas n.3, p.27, verso).

Ainda, em 1956, se faz comentários sobre o relatório do LRNEB e antecipa-se a preocupação com o momento de finalização do projeto, avaliando-se que o efeito de seus resultados só serão sentidos e percebidos se tiverem impacto na melhoria dos serviços de enfermagem, se os próprios enfermeiros confiarem em seus dados e se as autoridades forem convencidas dessa realidade. “Precisamos fazer um mapa da enfermagem nacional. Com essa visão de conjunto [...] Teremos diretrizes para [...] profissão essencial ao país” (REVISTA BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, 1956b, p. 5).

Havia uma necessidade de que o LRNEB fosse compreendido pela categoria como um estudo essencial para conhecer a profissão no país. Para tanto, foram importantes as freqüentes chamadas de editoriais para esse tema. Como: [ABEn] “tem apontado, com prioridade, a formação de enfermeiros e a criação de condições para estes agirem em campo modificando o estado de coisas, influenciando para que finalmente a boa enfermagem um dia possa atingir o paciente”. Ao mesmo tempo em que se destaca o mérito do trabalho desenvolvido pelas Comissões Permanentes de

Educação e de Legislação e parece que a diretoria se ressentia da falta de uma comissão de Serviço direcionada para a prática profissional, a qual não estaria, nesse momento, recebendo um olhar mais detido da ABEn, embora fosse o campo reconhecido como o que mais absorve profissionais de enfermagem. Reforça-se, ainda, em relação ao LRNEB: “não esperemos que os resultados do Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil, ora em andamento, venham dar urgência à ação. A urgência já existe e está a desejar o esforço das pessoas de boa vontade” (REVISTA BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, 1956c, p.91).

A importância dada às recomendações advindas do CBEEn são percebidas nas discussões de diretoria, como a determinação de que “se publiquem novamente as recomendações a serem acrescentadas das recomendações dos relatórios de Comissões, aprovados pela Assembléia Geral”, após serem detectados erros na revista em que foram divulgadas. Ao que parece a edição do periódico estava regular, pois tal erro se referia ao último número de 1956, e a reunião em pauta ocorreu em março de 1957. O que se depreende, que estamos vivendo um período de regularidade na REBEn (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, livro de atas n.3, p.34).

Entretanto, no ano seguinte, “a presidente vai fazer circular [ofício] às seções pedindo auxílio financeiro para a Revista”. “A mesma, ainda informa estar S. Paulo organizando ‘uma sucursal da Revista, responsabilizando-se por 200 exemplares’ de cada impressão e propõe um desconto de 20% sobre o valor final do produto. Daí, pensa-se que a estratégia possa se estender a outras seções, ficando um membro da diretoria encarregado de viabilizar o que foi proposto (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, livro de atas n.3, p.47+verso).

A seguir a Comissão da Revista Brasileira de Enfermagem “informa não ter a revista fundos para pagar a impressão do último número “[relativo a 1957] (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, livro de atas n.3, p.44)

Em reunião de diretoria, ao ser tratado o “Seminário da Bahia para estudo da integração dos aspectos sociais e de saúde no currículo do curso de enfermagem”, é informado que o relatório e as recomendações serão publicados na revista, número de março de 1960, com financiamento da Reitoria da Universidade da Bahia em homenagem ao ano Florence Nightingale. Este apoio foi resultado de articulações feitas pela ABEn-BA para auxiliar na regularidade da revista (ASSOCIAÇÃO

BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, livro de atas n.3, p.68).

Ao mesmo tempo em que tais fragilidades são apontadas e discutidas pela diretoria, o reconhecimento internacional pelo periódico se materializa em solicitações como: “[...] as recomendações da última Assembléia Mundial de Saúde, que abordou problemas da formação de enfermeiras, para fazer publicar” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, livro de atas n.3, p.35,verso); ou “o referido discurso [da presidente do ICN] foi entregue à Comissão da revista Brasileira de Enfermagem para divulgação” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, livro de atas n.3,p.44).

Mas estas não foram as únicas manifestações deste reconhecimento internacional. O espaço de interlocução oferecido pela revista era objeto de observação permanente pela Repartição Sanitária Panamericana que, inclusive, reproduzia em seu Boletim algumas matérias veiculadas na revista, como “o artigo intitulado Código Internacional de Ética”, publicado na REBEn em setembro de 1957. Também a Prensa Médica Mexicana comunica remessa do livro *Fundamentals of Nursing* de Eleonor Fuerst e L. U. Wolff, pedindo comentários sobre o livro, na revista” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, livro de atas n.3, p.48)

De outro modo, a ABEn favorecia a idéia de “que seja publicado em revistas e jornais desde que já publicado” na REBEn textos que divulguem a profissão, o trabalho da entidade e outras notícias de caráter específico, como o programa dos Congressos (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, livro de atas n.3, p. 68, verso).

No final de 1956, expirava o prazo dado pela Lei 775 de 1949, para que os cursos de enfermagem se adequassem ao seu teor, ou seja, do requisito de conclusão do curso secundário para ingresso na graduação. A ABEn defende uma prorrogação desse prazo por mais 5 anos e, para tanto, faz um parecer justificando a solicitação ao Congresso Nacional e “deseja que os legisladores aceitem as sugestões [...]. É provável [...] que em junho do próximo ano, possam as escolas [...] matricular, para dar diploma de enfermeiro, o candidato portador apenas de certificado ginásial”. Havia urgência nessa aprovação, não somente pelo prazo que findava, mas, principalmente, pelo projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional que tramitava nas instâncias legislativas e que, se aprovado agora, na avaliação da ABEn, traria prejuízos para a categoria das enfermeiras (REVISTA

BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, 1956a, p. 4).

Durante esse período, havia um permanente desconforto com a situação das enfermeiras formadas pelas escolas de nível superior, porque a condição de manutenção desse status estava sendo desestabilizada, pela aproximação do prazo dado pela lei de 1949. Entretanto, o executivo Municipal do Distrito Federal, em 1955, após solicitações contundentes e bem justificadas da ABEn, para efeitos de preenchimento de vagas de um concurso recém concluído, enquadrou as enfermeiras diplomadas na condição de profissão técnico científica. Configura-se, assim, um passo importante para confirmar a Enfermagem como profissão técnico-científica em todos os demais níveis de governo; luta que levará algum tempo para se concretizar (REVISTA BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, 1955a).

Tal enquadramento não significou que essa luta tenha sido vencida, pelo contrário, as discussões se prolongaram ao ponto da ABEn solicitar aos legisladores “o mesmo tratamento que é dado aos farmacêuticos, dentistas” para a enfermeiras, isto é, a classificação como serviço técnico-científico. Além disso, pede para os auxiliares de enfermagem e demais profissionais de enfermagem a mesma classificação que é dada aos práticos de farmácia (REVISTA BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, 1955e, p.299-300).

A questão das obstetrias marcou um embate que permeou a atuação da ABEn em todos os momentos de sua história. De parte da Associação era preconizado que para ser obstetra seria necessário primeiro ser enfermeiro, devendo a obstetrícia ser uma especialização pós-graduação. A entidade assim se expressa, quando da discussão de novo projeto de lei que reforma o ensino de enfermagem, que surgia em meados de 50, estava na Câmara dos Deputados com o n. 3.082 (1957) e representava, segundo nos parece, os interesses da ABEn ,

Deve o ensino de enfermagem obstétrica estar totalmente separado do da enfermagem geral? Devemos aproveitar os recursos dos centros de ensino da Enfermagem para preparar pessoal destinado à Assistência Obstétrica? É válido o princípio de educação que preconiza unidade de ensino no início do curso com diversificação, ou melhor, com especialização ao término do mesmo? (REVISTA BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, 1957a, p. 3).

As discussões que são suscitadas em face do novo projeto de reforma do

ensino de enfermagem dão possibilidade de opiniões das mais diversas se manifestarem. Entre as quais, a opinião de que,

o diploma técnico de enfermagem dará acesso a qualquer curso superior; se esse curso superior for o de enfermagem, o mesmo será concluído em três anos e não em quatro; [...] Resta à classe congregar esforços em torno dessa almejada reforma, tornando realidade as velhas aspirações de um grande setor da população brasileira, que desde há anos procura encontrar melhores diretrizes para a enfermagem nacional (REVISTA BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, 1957b, p.105).

Ou a opinião, bem argumentada, e com forte ressonância na sociedade de que os cursos de auxiliares de enfermagem têm sido por demais longos para permitir a formação em “larga escala, desse pessoal auxiliar da enfermagem que é tão útil ao público” (REVISTA BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, 1957d, p.305).

Este projeto é motivo de discussão nos editoriais e com freqüência é visto como uma proposta de lei bem concebida e adequada aos novos tempos para a enfermagem. A lei contempla, em sua proposta, inclusive aspectos salariais, que seriam escalonados conforme o nível de dificuldade e responsabilidade nas funções de cada profissional. Não faltam argumentos que remontam aos modelos internacionais: “Ora, no Brasil a Associação Brasileira de Enfermagem busca para o enfermeiro o prestígio que essa profissão alcançou nos Estados Unidos [...] estamos atingindo [nível] técnico científico” pelo que estabelece o projeto de lei n. 3.082 de 1957 que reforma o ensino de enfermagem (REVISTA BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, 1957c, p.303-304).

O LNREB foi concluído, mas seus resultados não são rapidamente divulgados. Conforme referido, a ABEn demonstrava confiança absoluta que os resultados seriam de importância fundamental para a categoria de enfermeiras. A partir dele, pressupunha a Associação, que todas as enfermeiras poderiam utilizar suas recomendações para realizarem projetos que viessem dar visibilidade à enfermeira. Em suma, o LNREB se apresentava como um forte instrumento para convencer as autoridades a darem prioridade ao aumento de enfermeiras no país, e, também estabelecer medidas para formar esses profissionais de maneira adequada às necessidades. A profissão já estava implantada desde 1923 nos moldes

modernos e, no momento, ainda se ressentia do baixo número de profissionais egressos das escolas de graduação.

Na mesma ocasião

o Governo, após ouvir uma comissão [...do] Ministério da Educação e Cultura, [...] tomaram parte [...] enfermeiros que ocupam cargos de liderança na ABEn, enviou ao Congresso Nacional o projeto, [...] n. 3082 de 1957, reformando o ensino não só do pessoal propriamente de enfermagem para a assistência médico-social curativa e preventiva, como também o de profissionais para a assistência obstétrica (REVISTA BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, 1958a, p.3).

Em junho de 1958, o editorial da Revista, apresenta um elenco de realizações consumadas pela ABEn nos últimos dez anos, ou seja, de 1947 a 1958. Tais realizações, a seguir descritas, são consideradas de grande valor por seu impacto na profissão. A criação da ABEn-SP aparece como uma iniciativa pioneira, que contribuiu para a ampliação da ABEn. Tendo, também, essa seção criado o 1º Congresso Nacional de Enfermagem, articulado com a Escola de Enfermagem da USP (REVISTA BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, 1958b,).

A referência à Escola de Enfermagem da USP é mais do que um agradecimento. Desde sua criação, em 1942, estão presentes lideranças que tiveram participação efetiva no âmbito da ABEn, como Edith de Magalhães Fraenkel, Gleite de Alcântara, Haydée Guanais Dourado, Olga Verderese⁶⁷, Maria de Lourdes Verderese, Maria Rosa de Souza Pinheiro, entre outras. É digno de lembrar o nome de Ella Hansenjaeger⁶⁸, consultora do Instituto de Assuntos Interamericanos (IAIA),

⁶⁷ Enfermeira. Professora da EEUSP, designada junto com outras professoras para criarem a Escola de Enfermagem da Bahia, em 1947. Desta escola foi vice-diretora. Fundou a seção BA da ABED e foi sua primeira presidente. No Rio Grande do Sul, fundou a ABED-RS, em 1950, da qual foi a primeira presidente, e, no ano seguinte, juntamente com um grupo de professoras fundou a Escola de Enfermagem de Porto Alegre, em que chegou ao cargo de diretora. Supervisora de campo do Centro de Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem, entre 1956 e 1958. Consultora Regional em Educação em Enfermagem da Organização Pan-Americana de Saúde, de 1958 a 1980. Neste período atuou no México, Cuba, República Dominicana, Haiti e, a partir de 1966, nos Estados Unidos, América Latina e Canadá. Faleceu em Ribeirão Preto em 2004 (BRANDÃO, 1999).

⁶⁸ Enfermeira norte-americana, consultora de enfermagem do I.A.I.A. e FSESP, em serviço cooperativo de Saúde Pública entre os governos do Brasil e dos Estados Unidos a disposição da EEUSP, onde trabalhava com Edith, como professora da disciplina Enfermagem de Moléstias Contagiosas. Passou a colaborar com a ABED. Nos anos de 1947, 1948 e 1949 foi presidente da Comissão de Programas do Congresso. A partir de 1949 é designada, por ato oficial, para o cargo de secretária executiva da Associação. Permanece nessa função até 1951, quando retorna a seu país de origem (CARVALHO, 1976).

a serviço da mesma escola. Todas as personagens citadas foram docentes da EEUSP, instituição que teve profunda influência no cenário do ensino e da formação em enfermagem no Brasil, como difusora de um modelo de escola (REVISTA BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, 1958b).

Nesta mesma oportunidade, a ABEn aproveita para se referir ao LRNEB, mais uma vez reconhecendo que “após esse levantamento compreensivo do que é hoje a enfermagem nacional” teríamos recomendações de metas a seguir, instrumentos para justificar nossos projetos junto às autoridades. Assim, o Levantamento passa a ser o depósito de muitas expectativas para a profissão e, no contexto internacional, seus resultados darão à ABEn autoridade de enunciar um discurso sobre a enfermagem brasileira. Dentre os patrocinadores do LRNEB está o SESP⁶⁹, que em vários momentos aparece como parceiro⁷⁰ da ABEn (REVISTA BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, 1958b).

Dentro de mais um trimestre estará pronto o Relatório Final de Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem. Temos esperança de que seja um instrumento muito poderoso nas mãos dos que aspiram melhores serviços de saúde para o Brasil. Nos programas de saúde é um contingente importante o serviço de enfermagem, sem cuja contribuição ficariam falhos tais programas (REVISTA BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, 1958c, p.183).

O Centro do LRNEB apresenta os resultados da pesquisa ao Brasil no Seminário Didático Internacional sobre Levantamento de Enfermagem, realizado em Salvador, de 6 a 15 de julho de 1958. O evento contou com 45 participantes, representando dez países da América Latina, levado a efeito pela Organização Mundial de Saúde, com a ajuda do Ministério da Saúde e da Escola de Enfermagem da Universidade da Bahia, atendendo um pedido da Associação Brasileira de Enfermagem, que desejava compartilhar a experiência adquirida com o seu

⁶⁹ Serviço Especial de Saúde Pública, contrato celebrado pelos governos americano e brasileiro que previa saneamento na Amazônia, especialmente profilaxia da Malária, assistência médico-dentária aos trabalhadores ligados ao desenvolvimento econômico; preparo de profissionais para o trabalho de saúde pública, compreendendo aperfeiçoamento de médicos e engenheiros sanitaristas e formação de enfermeiras de saúde pública; e colaboração com o Serviço Nacional de Leprosia. Tal empreendimento foi mediado pelo I.A.I.A.

⁷⁰ Dentre as contribuições destacam-se as publicações: “Enfermagem: leis e decretos”, sob coordenação de Marina Andrade Rezende e “Enfermagem: legislação e assuntos correlatos” sob responsabilidade de Anyta Alvarenga.

levantamento. Enfim a ABEn mostra para a comunidade cerca de setenta recomendações sugeridas pelo grupo de trabalho que, naquele momento, está elaborando o Plano da Associação, o qual ordena tais recomendações por prioridades para que a enfermagem prestada ao público seja melhor (REVISTA BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, 1958d).

“Ora, nesse ano [1958] procuraram a matrícula nas escolas de enfermagem apenas 608 candidatas” (REVISTA BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, 1958d, p.185). Estávamos ainda sob a égide da norma que permitia às candidatas ao curso de enfermagem nele ingressarem sem o nível colegial ou equivalente. Acredita-se, que se fosse exigido o secundário completo esse número seria reduzido para no máximo 300 candidatas em todo o país, o que de modo algum se aproximava das necessidades mínimas dos serviços de enfermagem, carentes de enfermeiras. Isto preocupava, sobremaneira, a ABEn, que visualizava um contingente significativo de enfermeiras para dar concretude ao seu grande projeto de impactar a imagem dessa profissional no cenário da saúde (REVISTA BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, 1958d, p.185).

O tema do LRNEB se torna uma constante nos editoriais da ABEn, por tudo o que se espera a partir de seus resultados.

Ficou finalmente preparado [...] o Relatório Final do levantamento dos Recursos e Necessidades de Enfermagem. [...]. De parte de seu conteúdo tiveram conhecimento centenas de enfermeiros, principalmente as que compareceram ao XI Congresso Brasileiro de Enfermagem, realizado em Recife. O que fazer, agora que está esclarecido tanto o que temos como o que nos falta? (REVISTA BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, 1958e, p.31).

As enfermeiras de norte a sul são convocadas a buscarem providências no sentido de melhorar a enfermagem prestada ao público. Imediatamente, no mesmo Congresso, foi dado o passo inicial, recomendando dar encaminhamento a todas as questões, tanto pela ABEn como pelas seções (REVISTA BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, 1958e).

Dentre os resultados do LRNEB foi estimado o número de 3.600 profissionais enfermeiros atuando no país no ano de 1958. Em função destes enfermeiros a ABEn havia trabalhado insistentemente para dar visibilidade ao LRNEB, como forma de

mobilizar esse contingente para se apropriar dos resultados da pesquisa. Foi entendido que tais dados e informações estariam subsidiando os profissionais em muitas de suas reivindicações, posto que agora conheciam por meio de um estudo reconhecido, a situação da enfermagem no Brasil (REVISTA BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, 1958e).

Em 1959, já se completava um ano que havia sido concluído LRNEB, faltava ainda publicar seu relatório final. Apesar da Associação ter trabalhado os últimos anos para divulgar essa pesquisa, seus resultados ainda eram pouco conhecidos da enfermagem em geral. Seus dados circularam, principalmente, entre as profissionais que freqüentaram o Congresso de 1958, como informado no primeiro editorial da revista naquele ano.

Os Sumários e Recomendações do Levantamento estão reunidos em caderno, em cópia de multilite, de 20 páginas, que tem sido remetido a todas as seções da ABEn. Pode ser obtido na sede, no Distrito Federal, a preço de custo (REVISTA BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, 1959b, p.103).

Assim, continua a tarefa da Associação de divulgar seu Levantamento e para tanto, a ABEn relembra aos enfermeiros que foram eles que sugeriram tal estudo, porque não tinham dados objetivos que dessem sustentação às suas decisões.

[...] o levantamento que a ABEn fez, utilizando os processos cientificamente recomendados, abrangeu o estudo do que o Brasil já possui em enfermagem e do que necessita, de pronto, para satisfazer suas necessidades mais prementes. Seria grande demais a obra? (REVISTA BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, 1959a, p.3).

Como pedra de sustentação de seu prolongado destino, a ABEn apresenta aos leitores da revista seus principais alvos a perseguir no ano de 1959, quais sejam, dar cumprimento às recomendações do LRNEB e aumentar seu quadro de sócios. Quanto ao Levantamento, era necessário torná-lo visível, para que seus resultados favorecessem as decisões da entidade e fossem compreendidos pelas autoridades, de modo a modificar o cenário da enfermagem e garantir melhores serviços para a população. Uma grande meta era incrementar o número de

enfermeiras que, como ficou demonstrado no estudo, estava aquém das necessidades mínimas.

O relatório ficou apenas mimeografado. Depois a Beatriz Lenington passou para o inglês [...] e não sei se foi a Organização Mundial de Saúde, que imprimiu e mandou um exemplar para cada escola no Brasil. E o resto veio para a ABEn. Mas a ABEn não teve conhecimento [...], todo o material já tinha sido vendido como papel velho (DOC/ENTREVISTA).

Por outro lado, o número de sócios da Associação estava estagnado e se observava, como atualmente, que o melhor quadro de sócios ocorria no período do CBEn, quando os participantes se associavam à ABEn, e que sua permanência na entidade estava muito relacionada à facilidade de acesso ao local do evento. No último Congresso, ocorrido em 1958, havia 518 inscritos, sendo a maioria das enfermeiras do próprio local. O Levantamento demonstrou que atuavam no Brasil quase 4.000 enfermeiros e era necessário que parte significativa desse grupo viesse a compor os quadros da ABEn (REVISTA BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, 1959b)

No ano de 1961 a revista passa a ser publicada bimestralmente, com vistas a melhor atender sua finalidade de comunicação da classe e difusão cultural. Reconhece que só foi possível atingir essa meta porque recebeu financiamento da Fundação Rockefeller. Também publica o segundo índice cumulativo da revista.

Não resta dúvida, ao observador familiarizado com o alto porte da contribuição profissional de mais de uma dezena de enfermeiras neste país, que algo está a entrar a documentação, nas páginas da única revista científica de enfermagem, dos conhecimentos adquiridos em longo trato com a enfermagem entre nós (REVISTA BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, 1961a, p.3).

Revista com temas específicos, nos moldes do que podemos chamar de número especial, ou número temático, foi publicada pela primeira vez em 1954, em dois fascículos que abordaram o tema enfermagem obstétrica. Agora (1961), pela segunda vez, é publicado um número da revista dedicado aos trabalhos da Comissão de Ética da ABEn, que podemos classificar como um número temático. O

editorial reporta-se ao ano da celebração, em 1960, do centenário de fundação da escola de enfermagem do Hospital São Thomaz, de Londres, e aos princípios de Florence Nightingale para a formação das enfermeiras, colocando a escola como “um local de moral religiosa e treinamento prático, um local de formação do caráter, de hábitos e da inteligência, tanto quanto de aquisição de conhecimentos” (REVISTA BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, 1961b, p.191).

Em vários momentos percebe-se na revista que a ABEn se reporta à importância de seus eventos, como o Congresso anual, que considera “uma das formas mais eficazes do serviço que a ABEn presta à Enfermagem” (REVISTA BRASILEIRA DE ENFERMAGEM 1961c, p.273). No congresso há um congaçamento dos profissionais de enfermagem que dificilmente se teria em outro espaço, num país tão grande. A ABEn tributa ao Congresso um valor imensurável pelo que significa para sua política de trabalho - nele todas as coisas acontecem: neste espaço a Associação explicita seu projeto político profissional, seja por meio de suas Assembléias, seja pelas reuniões ou, ainda, pela organização da programação científica. Como pudemos verificar em todas as atas de reuniões de diretoria, no recorte temporal delimitado nesse estudo, a programação científica é permanentemente acompanhada pela diretoria, inclusive sua Comissão de Temas é indicada ou aprovada pela entidade. “Após a lembrança de vários nomes, foram escolhidos os seguintes: Maria Aparecida Minzoni, Maria Cecília Puntel, Emília Saporiti Angerami”, todas da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, para comporem a Comissão de Temas do XXI CBEn em Porto Alegre (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, livro de atas n.6, p.3, verso). Isto é manifesto por uma ex-dirigente, ao ser questionada sobre o tema,

Por outro lado, salvo honrosas exceções as enfermeiras de muitos estados, [...] não tinham o capital cultural para fazer o temário de Congresso, não tinha esta visão nacional para fazer o temário de um Congresso Nacional, nem conheciam, (DOC/ENTREVISTA).

A fala anterior é de uma ex-presidente da ABEn, que conhece bem o funcionamento da entidade. Assim se manifestou por entender que havia um certo consentimento das enfermeiras locais com essa situação, que preferiam contribuir organizando o espaço para as coisas acontecerem e deixavam por conta das

dirigentes da ABEn, as lideranças da enfermagem em nível nacional, a concepção do Congresso.

Por outro lado, a ABEn poderia estar dirigindo a cena em qualquer lugar, pois a prerrogativa de indicar a Comissão de Temas lhe conferia o poder de determinar os temas que deveriam ser abordados no conclave. Inclusive era uma prática a participação da enfermeira que fosse coordenar os temas nas reuniões de diretoria que ocorriam no ano em que o Congresso fosse realizado em um local específico. Como no caso de Maria de Lourdes Verderese, que participou de todas as reuniões de 1956 que tiveram pauta mensal para o IX Congresso Brasileiro de Enfermagem, realizado em Porto Alegre (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, livro de atas n. 3)

[sobre a realização de congressos nacionais anuais] Durante esses três dias de estudo que, desde 1947, vêm reunindo enfermeiras de todos os quadrantes do país, ora em estado do Sul, ora do Norte, ora do Centro, a união entre as profissionais se fortalece, a formação profissional se aprofunda, o interesse pelo bem público se alarga, o espírito de colaboração se aviva (REVISTA BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, 1961c, p.273).

Desde 13 de agosto de 1961, para matrícula no curso de enfermagem o candidato ou candidata tem que ter o certificado de curso médio de 2º ciclo, o colegial, isto é, científico, clássico ou equivalentes. Existe uma expectativa de que o nível do ensino se eleve consideravelmente. A principal modificação ocasionada pela LDB foi “sairmos do ser ou não ser [...] que ultimamente era um sério obstáculo até para a assistência de enfermagem ao paciente (REVISTA BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, 1961d, p.439).

Encerra-se o longo período no qual a ABEn sempre pleiteou o lugar na universidade para o curso de enfermagem. Período que se estendeu de 1923 a 1961, apesar da tentativa infrutífera de 1956. A partir de então as escolas serão avaliadas dentro das normas da Lei de Diretrizes e Bases. Nessa fase, ainda não temos pós-graduação *stricto sensu*. A especialização é condição típica do exercício do profissional de nível superior, considerando que sem professores especializados os cursos de enfermagem conferirão títulos muito precários. Assim, a ABEn orienta que seja assegurado ao curso superior de enfermagem, com a duração de 4 anos

acadêmicos: escola autônoma; orçamento compatível com o grau de ensino; corpo docente universitário; facilidades físicas e didáticas. Acredita que a criação de cátedras nas escolas será um acontecimento progressivo. O difícil era abrir o precedente, o que ocorreu em 1960, na Universidade de São Paulo⁷¹ e em setembro de 1961 na Universidade do Estado do Rio de Janeiro REVISTA BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, 1961d, p.439).

Enquanto as escolas, em número considerável, preparam-se para futuro funcionamento em condições melhores, o país, em verdade, sofrerá a falta de enfermeiros. Apesar desta carência, um dos impactos da LDB que se fará sentir será a diminuição do número de escolas de enfermagem, uma vez que muitas escolas passaram a ministrar somente cursos para auxiliares de enfermagem, como ocorreu com a Cruz Vermelha em São Paulo (BAPTISTA; BARREIRA, 1997).

O Senado Federal, após intensivos pedidos da ABEn aos legisladores que ali têm assento, aprovou emenda ao Projeto de Diretrizes e Bases da Educação no sentido de toda escola, do nível primário ao superior, contar com serviço de saúde que incluía assistência médica, de enfermagem e odontológica (REVISTA BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, 1961e, p. 531).

Enfermeiro, profissional Liberal - com esse título a ABEn comemora a classificação realizada pela Comissão do Enquadramento Sindical do Ministério do Trabalho, colocando os enfermeiros entre os profissionais liberais. Tal condição resulta de pedidos reiteradamente feitos pela ABEn desde 1951, portanto, uma década de lutas. Este acontecimento possibilitou a fundação de associações de enfermeiros, base para a concessão de cartas sindicais pelo mesmo ministério (OGUISSO; SCHMIDT, 2007). Apesar do entusiasmo, como já estavam acostumadas, as lideranças da ABEn teriam ainda uma longa caminhada para consolidar os

⁷¹ Gleite de Alcântara, nasceu em 1910, mineira de São Sebastião do Paraíso. Graduiu-se em Enfermagem na Escola de Enfermagem da Universidade de Toronto, no Canadá e, em Ciências Sociais na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da USP, em 1952. Fez pós-graduação no Teacher's College na Universidade de Columbia, em Nova York, em 1951. Professora da Escola de Enfermagem da USP/SP, entre 1945 e 1952. Diretora da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto a partir de 1952, também foi uma das fundadoras dessa escola. Na Associação exerceu os seguintes cargos: secretária da revista Anais de Enfermagem de 1947 a 1950; presidente da ABED seção São Paulo de 1948 a 1950. Presidente da ABED de 1952 a 1954. Foi a primeira enfermeira a defender tese para professor catedrático nessa universidade na Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, em 1963, com a tese **Enfermagem moderna no Brasil - obstáculos para sua expansão**, exatamente sobre história da enfermagem (ANGERAMI; PELÁ, 1976; MENDES et al. 2002).

sindicatos. A primeira carta foi fornecida em 1976 ao Sindicato dos Enfermeiros do Rio Grande do Sul (REVISTA BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, 1962a).

Em 1962 são retomados alguns fatos que estariam contribuindo para uma melhor posição da enfermagem nesse ano: - o status do enfermeiro conferido pela classificação de cargos no serviço público federal; - a portaria do ministério do trabalho que classificou os enfermeiros como profissional liberal; - a lei de Diretrizes e Bases da Educação. Um problema é destacado como crucial na enfermagem, a quantidade de atendentes, considerado como principal esteio da assistência. A ABEn vê com bons olhos o incremento no número de auxiliares de enfermagem que estão ingressando no mercado e salienta que “A tomada de posição da classe, no ano de 1962, permitirá traçar as linhas mestras de ação da enfermagem [CBEn], na sua qualidade de integrante da assistência à saúde” (REVISTA BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, 1962b, p.149).

Até então, a Associação Brasileira de Enfermagem já realizara quatorze Congressos, entre 1947 e 1962, com exceção de 1953 em que a entidade se responsabilizou pela organização do X Congresso Quadrienal do CIE e, em 1961 em que foi realizado o Congresso Latino-Americano do CICIAMS. Esses eventos foram desenvolvidos pelas seções e, neles acontecem as Assembléias:

alta a façanha o que a ABEn consegue realizar unindo os enfermeiros em ação conjugada, dando-lhes o sentimento de pertencer a, de ter como sua a entidade cultural nascida em 1926. Dando-lhes uma tribuna para as idéias, para o diálogo entre as mentes mais dadas a inovar e as mentes alertadas pela prudência de não mudar o passo, até saber se encontrarão terreno firme adiante (REVISTA BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, 1962c, p.231).

O empreendimento vence muitos obstáculos para se concretizar. É pouca a participação dos seis mil enfermeiros existentes no país, estes não têm uma recompensa imediata por contribuir com seu trabalho. Além disso, o nosso território é muito grande, a ABEn ainda não está presente em todos os estados e a enfermagem é composta majoritariamente por atendentes. Percebe-se um certo desânimo por parte das dirigentes da entidade, pela fraca ressonância do intenso trabalho que realizam. Entretanto, é feita uma avaliação de que a Associação “cada vez mais preenche seus fins, tendo criado para si um lugar definitivo”. Esse

sentimento resulta do reconhecimento que tem a organização no governo, que freqüentemente a solicita para emitir pareceres sobre assuntos relativos à profissão, também para realizar parcerias em tarefas específicas e pertinentes à enfermagem. “É fora de dúvida que a ABEn tem conseguido os melhores efeitos [...] no aperfeiçoamento de sua vida profissional”, principalmente, porque o Congresso tem sido um eficiente meio de transmitir a mensagem da ABEn (REVISTA BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, 1962c, p.4). A REBEn, por sua vez,

Estabelece-se para realizar comunicação, para servir de depositária das concepções que vão plasmando, moldando e dando existência à enfermagem nacional. Graças à existência da Revista, muitas idéias são produzidas, reunidas e difundidas (REVISTA BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, 1962d, p.401).

Esta é a melhor expressão do significado da revista para a Associação quando esta comemora 30 anos da REBEn. Neste momento é lembrada sua imensa contribuição, desde os primórdios, na década de trinta, quando foi criada e o total de enfermeiras diplomadas não havia chegado, ainda, à primeira centena. Sua concepção, como órgão de divulgação da entidade, é enfatizada como um feito relevante, em que os nomes das fundadoras são homenageados, inclusive pela contribuição material para sua consecução (REVISTA BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, 1962d).

Em 1962, a Assembléia Geral recomendou que o valor da assinatura da revista fosse incluído no preço da anuidade dos sócios. Depois dessa decisão, ao associar-se à ABEn obtinha-se o direito de receber todos os números da revista daquele ano (CARVALHO, 1976). Essa prática se encerra em 1991, quando a Associação desvincula a assinatura da revista da condição de sócio, por sugestão da editora (BURLAMAQUE, 1987) e, é claro, levando em consideração um contexto bastante complexo e diverso.

Nos anos seguintes as conquistas e fatos marcantes apontados em 1962 não deixam a cena. A situação de profissão de nível universitário, consolidada pela LDB, estava ainda a necessitar de investimentos no sentido de manter esse reconhecimento como uma conquista permanente. Para isso a ABEn propunha que as enfermeiras sempre deveriam estar à frente dos movimentos para ampliar seu

papel e, ao mesmo tempo preservar o que já havia conquistado. Há uma clara defesa em torno das funções do enfermeiro e da responsabilidade do profissional em resguardar e assegurar tais funções. “A ABEn tomará providência, doa a quem doer, caso os enfermeiros não tomem, por si mesmos, o caminho apontado pelo nível de responsabilidade social que seu diploma de nível universitário lhes assegura” (REVISTA BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, 1968, p.5).

Quais são os obstáculos que estão impedindo a ABEn de conseguir esse salário vinculado ao salário mínimo dos trabalhadores [...]. O governo atual do Presidente Costa e Silva está empenhado na política de deflação e estabilização da moeda. Os ministros têm a recomendação de promover, por todos os meios apropriados, a contenção de despesa. Necessitarão aumentar o número de enfermeiros as agências de assistência à saúde, os ambulatórios, os hospitais e congêneres. Isto tem sido afirmado por mais de um estudo fidedigno (REVISTA BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, 1969, p.5).

Estamos no auge do regime militar no Brasil, instaurado em 1964 (FAUSTO, 2006) e a ABEn mantém-se na busca por reconhecer direitos para a enfermagem, pois considera já ter ultrapassado o período em que era necessário justificar a importância da enfermeira nos serviços de saúde. O Levantamento já havia dado as informações imprescindíveis para as decisões da enfermagem e as autoridades já estavam de posse desses dados. No entanto, parece-nos que havia uma certa tolerância com o governo de exceção. Mais ainda, demonstrava uma relação empática - o que poderia ser uma estratégia, de forma a obter ganhos para a profissão, ou a forma possível de se relacionar com o poder neste momento .

Em meio ao cenário político peculiar, parece que velhas questões não deixam de permanecer como preocupações cotidianas e permanentes: “[...] Maria Rosa Pinheiro informou que o material do Congresso será distribuído em dois números. [...] o último [...] de 1967 já foi encaminhado [...]” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, livro de atas n.6, p.2). Apesar de toda a importante contribuição trazida pelos Congressos à própria revista, inclusive a partir do momento em que os anais do evento passam a ser publicados no periódico, podendo ocupar mais de um fascículo, é interessante constatar que, neste momento, no final de 1968, ainda não está circulando a revista do último bimestre do ano anterior.

No ano de 1971 a revista, embora fosse bimestral, circulou com 4

exemplares, o primeiro e o segundo contemplaram dois números, os demais seguiram a numeração normal. Com essas palavras se expressa a editorialista da revista: “neste editorial chamamos a atenção dos nossos leitores para a necessidade de ação solidária, de cada profissional de saúde um com o outro; os doentes de institutos e departamentos, um com todos os demais; dos profissionais de enfermagem e obstetrícia, entre si”. Percebe-se a intenção de sensibilizar os profissionais em relação ao que vem acontecendo com a legislação de enfermagem e as modificações ocorridas, dando a entender a existência de alguns desconfortos entre enfermeiras e obstetritzas. A entidade exercia assim um papel de liderança no sentido de agregar as enfermeiras e conclamar a todos para uma ação mais solidária (REVISTA BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, 1971a, p. 1-2).

Uma novidade é observada no Editorial de 1971, quando a notícia da inauguração da sede da entidade em Brasília divide espaço com um tema bem específico, o tema das drogas. Ainda não há um entendimento sobre o cigarro como uma droga, mas a editorialista fala muito das demais drogas que produzem dependência, principalmente do álcool. No restante o editorial trata da inauguração da sede da ABEn em Brasília, no dia 15 de maio de 1971, durante a Semana de Enfermagem. Há muitos agradecimentos, são citadas as autoridades presentes, os representantes de laboratórios, as enfermeiras de outros estados. Ao que parece foi uma grande festa, concretizando um grande sonho das enfermeiras da ABEn, que depois de quase 5 décadas conseguiam erguer sua sede própria na nova capital federal (REVISTA BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, 1971b).

As matrículas para os cursos de enfermagem, na década de 70 eram aquém das necessidades de formação de enfermeiras para o Brasil. Ao mesmo tempo, nesse período o governo toma medidas, por meio de legislação, para de uma maneira geral, mudar o vestibular para uma forma unificada. Nessa nova forma de disputar uma vaga na universidade os candidatos poderiam colocar até três opções de cursos, caso não fossem contemplados na primeira e na segunda, poderiam ainda, estar ingressando numa carreira, ainda não planejada para sua vida, conforme se apresentasse o cenário de outros cursos. As enfermeiras da ABEn manifestaram sua preocupação, com a possibilidade de outros candidatos, não tão desejosos da carreira de enfermeira, entrarem provisoriamente na graduação em enfermagem, porém, logo se evadindo, pois poderiam fazer novo vestibular e

acessarem a carreira pretendida inicialmente. Apesar desta preocupação, mostraram-se otimistas com o futuro da profissão, pois têm a expectativa de que as políticas de saúde privilegiarão as atividades de prevenção e defendem, que esse cenário deva ser um espaço de expressão das enfermeiras. Mesmo com esta visão de futuro não deixam de reconhecer que não estão sendo formadas enfermeiras de forma a dar conta desse novo panorama (REVISTA BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, 1971c).

A ABEn mantinha ainda uma influência sobre o que deveria ser publicado na revista, senão na sua totalidade, ora indicando temas de seu interesse, ora divulgando produções da enfermagem brasileira, ou fora do país, quando seus autores ou a instituição que patrocinasse o evento solicitava sua publicação. Um exemplo disso é o trabalho intitulado *A ação administrativa da Enfermagem nos serviços de saúde*, apresentado em Congresso Internacional. “[...] ficou decidido que este trabalho será publicado na REBEn” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, livro de atas n. 6, p.45, verso). Para uma das entrevistadas os artigos publicados na revista

refletem um momento da comunidade intelectual da enfermagem, não da diretoria. [...] a revista não é para representar o pensamento da diretoria, é para representar o pensamento das associadas que escrevem. [...] os artigos da REBEn não são de responsabilidade da diretoria, podem ser até muito contra o pensamento da diretoria (DOC/ENTREVISTA)

Acreditamos que desde seu início a revista foi o instrumento utilizado pela ABEn para estabelecer comunicação com a enfermagem. Inicialmente, fazendo um roteiro dos conhecimentos necessários à profissão, para que esta tivesse maior visibilidade e tornasse conhecida a enfermeira diplomada, figura ainda em construção no cenário nacional na Escola Padrão. A seguir, em suas páginas eram reproduzidos os relatórios, as atas, a história, porque o periódico era visto como eficiente. Já na década de 70, quando um membro da diretoria “[...] sugeriu a publicação do Relatório na REBEn”, para dar conhecimento do encontro de escolas de curso técnico, onde a ABEn teve papel de articuladora por meio da Comissão Permanente de Educação (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, livro de atas n. 6, p.49, verso). Assim procediam as dirigentes para dar visibilidade aos

trabalhos realizados pela entidade, que só eram divulgados nas páginas da revista e, portanto, mostravam-se eficientes circulando entre a comunidade de enfermagem.

A aprovação do currículo mínimo pelo Parecer 163/72 é motivo de orgulho da ABEn, o que faz com que a diretoria da entidade demonstre uma certa atitude de agradecimento ao Conselho Federal de Educação, uma vez que as sugestões das escolas e da ABEn foram acolhidas e contempladas no novo currículo. Nesse modelo a estrutura do curso de enfermagem se apresenta adequada ao padrão do ensino universitário, recentemente implementado pela reforma universitária. De outro modo, a ABEn revela uma certa simpatia pelo modelo de país em desenvolvimento, e para isso chama as enfermeiras para se ajustarem a esse modelo e promoverem as mudanças necessárias ao setor saúde, mudanças estas identificadas com o discurso do governo. Expressa-se uma expectativa positiva em relação ao implemento dos cursos de auxiliares e de técnicos de enfermagem recém iniciados, como consequência da reforma do ensino de nível médio. A ABEn entende que a enfermagem, sendo o primeiro curso técnico na área da saúde, terá parte de suas reivindicações históricas atendidas. Isto porque o Conselho Federal de Educação, ao facilitar a realização destes cursos, estará ao mesmo tempo reduzindo a formação de novos atendentes de enfermagem, profissionais sem qualificação adequada para atender pessoas que necessitam de cuidados de saúde (REVISTA BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, 1972a).

Uma outra prática iniciada na década de 30 consolida-se em meados dos 70, agora bastante ligada a uma política editorial – a de produzir índices da revista (REVISTA BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, 1972b). A publicação de índices de assuntos e autores da revista foi uma medida que possibilitou ter acesso a todos os artigos divulgados e prepará-los para serem indexados nas bases de dados específicas. Sua publicação vem sofrendo um aperfeiçoamento, principalmente pela ausência de palavras que identifiquem as produções realizadas pelos pesquisadores de enfermagem. Para tanto, ao longo dos anos a ABEn vem produzindo um documento, o primeiro *tesauro* de enfermagem, como guia para a classificação dos artigos em determinados temas.

O editorial deste primeiro número do ano de 1973 utiliza três páginas para celebrar o cinquentenário de criação da Escola Anna Nery. Reporta-se aos tempos que antecederam a sua fundação, recupera sua trajetória histórica e, ao mesmo

tempo, explicita seu papel como matriz da Associação Brasileira de Enfermagem e da Revista Brasileira de Enfermagem, deixando claro que a Escola teve importância significativa na consolidação da enfermagem no cenário de saúde no Brasil, principalmente entre as décadas de 20 e 40. Destaca que as enfermeiras desta escola foram as difusoras do exemplo de enfermagem oficial da escola de governo, isto é, da escola Padrão, modelo que deveria ser implementado em todo o país (REVISTA BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, 1973a).

Nesse ano a revista inicia a publicação de resumos de teses e para tanto convida os autores para que logo enviem seus trabalhos de maneira a manter esta nova proposta da revista. A editorialista faz uma defesa da iniciativa, pois acredita que os pesquisadores têm pouco acesso a esse tipo de material, visto que são feitos poucos exemplares das teses e, como esses são ainda mimeografados, sua circulação é muito restrita. Se levarmos em consideração que nesse ano foram distribuídos “2800 exemplares” da revista (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, livro de atas n. 6, p.77) podemos inferir que a disseminação desse conhecimento será significativa e, com a publicação de resumos, esses trabalhos passam a ter maior penetração na comunidade de enfermagem, principalmente, no meio acadêmico. Cabe lembrar que este meio acadêmico está efervescente pelo início do primeiro mestrado de enfermagem, em 1973, na escola Anna Nery. Apesar do entusiasmo transparece a preocupação em dar continuidade às publicações (REVISTA BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, 1973b).

[...] e se refere [...] à criação dos cursos de pós-graduação. Acho que as enfermeiras no Brasil começaram a ter possibilidade [...] depois a concentração do mestrado [...] na década de setenta (DOC/ENTREVISTA).

A criação do curso de mestrado na EEAN tinha uma forte significação para as enfermeiras. De um lado, se consolidava a profissão por meio de um reconhecimento científico, com inserção na pós-graduação, lugar nobre na carreira universitária. De outro, o curso pioneiro estava sendo implementado na Escola matriz da moderna enfermagem brasileira.

Foi aprovado o curso de mestrado da Escola Anna Nery, em 3 de outubro de 1973. A diretoria da ABEn propôs voto de louvor ao

presidente do Conselho Federal de Educação (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, livro de atas n.6, p.101).

“O número 2 da REBEn 1973 ainda não foi possível sair por falta de colaboração” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, livro de atas n. 6, p.89). Ainda nessa época, mesmo com o advento da pós-graduação, as contribuições das enfermeiras eram escassas. A diretoria continua fazendo propostas para dirimir este tipo de dificuldade e ainda demonstrando uma preocupação com a qualificação do autor: “[...] sairá no próximo número da REBEn uma norma que fixará as diretrizes básicas de como confeccionar um trabalho científico [...]”(ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, livro de atas n. 6, p.85).

A ABEn mantinha uma vigilância permanente no processo de criação do Conselho Profissional de Enfermagem; depositava confiança de que o mesmo se constituiria num órgão capaz de congregar a categoria de enfermagem, além de regular a profissão. De modo que, nas reuniões de diretoria, sempre havia um pedido de informação, como quando “D. Amália solicitou de D. Circe [de Melo] Ribeiro informações sobre o COFEN, tendo ela comunicado que o projeto [está com o] Ministro da Saúde e sua estrutura prevê um órgão central e 9 regionais” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, livro de atas n. 6, p.4).

O tema era recorrente, porque encerrava em si o desejo acalentado havia quase três décadas. Demandava grande investimento da entidade e com frequência era necessário expor a situação para os membros da diretoria, como nesse início de 1973, em que um membro

[...] informou que o projeto do COFEN está no Palácio do Planalto para ser despachado pelo Presidente da República. Discutida a inconveniência de levantar a questão das obstetrizes, tendo em vista que atualmente para ser obstetrix é preciso antes ser enfermeira, e também, respeitando a vontade das obstetrizes já formadas, que em ofício dirigido à presidente da ABEn em 1964, se manifestaram contrárias à participação no Conselho de Enfermagem (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, livro de atas n. 6, p. 81, verso).

O ano de 1973, se constitui em um marco para a ABEn porque é nessa época que é sancionada a lei de criação dos Conselhos de Enfermagem, ou seja a lei 5.905 de julho de 1973.

Dra. Gleite [de Alcântara] informou sobre a lei 5.905, sancionada no dia 12 de julho de 1973 que dispõe sobre a criação dos Conselhos Federal e Regionais de Enfermagem; solicitou dos presentes sugestões de como deveria ser feita a composição do primeiro COFEN. Foi sugerido [...] que solicitasse das presidentes de seção nomes para titulares e suplentes, devendo chegar [...] a relação até 30 do corrente [julho] mês (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, livro de atas n. 6, p. 91).

Essa conquista encerrava a luta que iniciou no ano de 1945 (CARVALHO,1976), passando por vários projetos, muitas presidentes da ABEn e pelo esforço de muitas seções, como Rio Grande do Sul, São Paulo, Goiás e Bahia. Agora, com muito entusiasmo e orgulho as dirigentes da entidade se manifestam sobre as vantagens que advém de ter um conselho que controle todo o fenômeno da enfermagem, pois dele farão parte: enfermeiras, obstetrizes, auxiliares e técnicos de enfermagem. Todos passam a ter o exercício da profissão regido pelo recém criado Conselho Federal de Enfermagem - COFEN (REVISTA BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, 1973c).

Então, essa trajetória que a ABEn acompanhava de longa data, estava se tornando uma realidade. No entanto, após a sanção da lei, parece que houve certo descaso do governo, já que não implementou de imediato a estrutura recém criada, na forma que determinava a lei. Isso demandou que a ABEn informasse “[...] o processo do COFEN está com o Sr. Ministro do Trabalho, sugerido que fosse marcada uma entrevista da presidente com o referido ministro a fim de apressar o andamento [...]”(ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, livro de atas n. 6, p.126).

As solicitações do Ministério do Trabalho para que a ABEn indicasse os nomes que deveriam compor a primeira diretoria do COFEN demandou à entidade consulta às seções, para que estas enviassem dois nomes que as representasse, um para titular e outro para suplente “[...] tendo a ABEn que indicar 54 nomes [...], para que [...] o Ministério do Trabalho escolha 18, para pertencer a Diretoria do

COFEN, [...]” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, livro de atas n. 6, p.90 +verso).

O momento político de exceção se manifesta na determinação do Ministério de que as indicações tenham a seguinte qualificação individual [...] ligação política...[.]” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, Livro, 6,1974, p.94). Do processo de escolha do primeiro grupo de profissionais que deveria dirigir o Conselho a ABEn participou ativamente, como podemos perceber em diversas reuniões de diretoria, em que tal tema era pautado e ainda quando, em outubro de 1974, “a lista não havia sido enviada por falta de documentos (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, livro de atas n. 6, p.103).

De modo que a “lista tríplice COFEN, Dra. Glete comunicou que foi enviada ao Ministério do Trabalho [...] com a indicação de 9 nomes efetivos e 9 suplentes [...] assim como de toda a documentação exigida” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, livro de atas n. 6, p.110).

Passado quase um ano, sem informes sobre os resultados da indicação da ABEn, a notícia da primeira composição da diretoria do COFEN vem de outra fonte, a imprensa, como está descrito abaixo:

[...] informou esta que passou duas tardes no ministério do trabalho a fim de localizar o processo do COFEN e fazer encaminhá-lo para o gabinete do ministro para que este assinasse a portaria da primeira diretoria do Conselho de Enfermagem. A diretoria ficou regozijada e surpreendida com a notícia de um jornal de São Paulo, do dia 6/3/1975, dizendo da constituição dos profissionais - efetivos e suplentes - do primeiro Conselho Federal de Enfermagem, inclusive o nome da presidente deste, Dra. Amália Corrêa de Carvalho (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, livro de atas n. 6, p. 130, verso).

Porém, a presidente da primeira diretoria do COFEN, diferente do que foi noticiado no jornal e constou nas atas da ABEn foi “D. Maria Rosa [de] Souza Pinheiro, presidente do COFEN” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, livro de atas n.6, p.142). O nome de Amália havia sido anunciado errado.

Com o Conselho de Enfermagem ainda em fase de implantação já se faz presente seu efeito simbólico em toda a estrutura da enfermagem. A ABEn começa a se preocupar com a criação dos sindicatos. Manifesta sua preocupação, uma vez

que tendo um órgão para regular as questões de condições de trabalho e já tendo um órgão que regula e controla o exercício da profissão (o COFEn), passa a investir na formação dos sindicatos. Isso é percebido em propostas bem claras nos materiais divulgados na revista da época. Mas sua preocupação também se volta para a questão: qual a função de cada um desses órgãos? Expõe que a finalidade da ABEn é cultural, que teve um papel fundamental, pois foi a entidade que se empenhou para que as demais organizações se desenvolvessem. Mas percebe-se certo mal-estar em função de que essas reivindicações agora não fazem mais parte das atividades da Comissão de Legislação, pois estão sendo incorporadas às pautas do recém criado COFEN e, tão logo sejam criados os sindicatos de enfermagem, a ABEn lhes cederá parte de sua agenda, restando-lhe, na avaliação da editorialista, somente as atividades culturais (REVISTA BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, 1973d).

Confesso que não percebemos assim o papel da entidade, entendendo que sendo uma organização civil a ABEn poderá desenvolver todas as atividades que forem demandadas de seus sócios, pois a eles representa, inclusive na forma da lei. De outro modo não teríamos organizações fortes, oriundas da sociedade civil, as quais têm importante papel de regulação e controle das profissões.

As relações ABEn/COFEN, após a formação da diretoria do primeiro Conselho, são muito formais, embora os dirigentes sejam todos oriundos da ABEn. Porém, nesse início existe uma certa confusão de papéis e lugares, devido, talvez, ao novo espaço se constituir num cenário de poder. Uma ex-presidente da ABEn ao se reportar ao convívio entre as duas organizações durante sua gestão, assim se manifesta,

E as paulistas, que eram as donas da ABEn, estavam se mudando de armas e bagagens para o COFEN. Houve, a meu ver, um erro de cálculo, que elas acharam que o poder estaria no COFEN. E até, nas circunstâncias, ali tinha muito trabalho realmente a ser feito, precisando se consolidar e tudo (DOC/ENTREVISTA).

Entretanto, as dirigentes de ambas as entidades travavam alguma luta não muito explícita, como uma disputa pelo poder de ser a porta-voz da profissão. Ambas representavam duas importantes escolas de enfermagem. Fica mais claro

esse cenário quando uma entrevista nos diz:

Pude compreender muito melhor, como era aquela dinâmica e, até essa rivalidade que tem, da EAN com a USP. Isto você só entende, quando entende a trajetória de Edith de Magalhães Fraenkel (DOC/ENTREVISTA).

Sabemos que a participação da ABEn na implantação do Conselho Federal e dos Regionais foi intensa, inclusive com apoio financeiro: “informa [1ª tesoureira] ter recebido uma carta da diretoria do COFEN solicitando um adiantamento [...] para [...] as instalações dos Conselhos Regionais” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, livro de atas n. 6, p.137).

Ao questionar uma enfermeira que teve importante participação nas negociações em torno do projeto do Conselho, que participou, inclusive de agendas com ministros, sobre qual teria sido a contribuição da ABEn-RS neste processo, responde: “Toda. Mantivemos nossa sede nas dependências da Seção, utilizamos recursos materiais e humanos. Até a chegada dos recursos provenientes do Ministério, utilizamos recursos da ABEn” (DOC/ENTREVISTA).

No entanto, precisamos nuançar essa situação, pois ao que parece, tanto as dirigentes da ABEn quanto as do COFEN, estavam tensas por relações, ainda em construção. E isto aparece na fala de uma enfermeira com cargo de direção na ABEn, nesse período,

No COFEN, minha gestão não teve Participação; quem era a presidente, era a Amália Corrêa de Carvalho de quem eu tinha sido secretária na gestão dela, com quem eu mantinha ótimas relações, mas houve um certo estremecimento. Tem até uma correspondência de ida e volta para lá [...]. Inclusive havia uma pretensão assim, que a gente mandasse o relatório do Congresso para o COFEN aprovar. Eu disse que isso, absolutamente, que isso eu não ia fazer (DOC/ENTREVISTA).

As tensões entre as dirigentes das duas organizações de enfermagem tinham um forte componente hierárquico, pois quem estava na presidência do COFEN havia recentemente saído da presidência da ABEn, e a atual presidente da ABEn havia trabalhado junto a esta em cargo executivo, na mesma ABEn. “Então, houve assim

uns arrepios, que depois passaram, mas a expectativa era de que, até por ser a presidente do COFEN a Amália e a presidente da ABEn a Ieda, que houvesse assim uma certa deferência, uma certa ascendência “ (DOC/ENTREVISTA). Ainda, devemos considerar que o Conselho é uma autarquia, e como tal, representante do Estado, sendo então provável que suas dirigentes se sentissem investidas desta autoridade e agindo com certa discrepância, o que seria esperado de algum membro de governo; na época vivenciávamos o auge do regime militar no Brasil (FAUSTO, 2006).

Não obstante, as tensões entre as personagens que dirigem a cena nas duas organizações não são compartilhadas pelos sócios da ABEn, como ocorre quando, durante Assembléia de Delegadas, no final de 1975, “as insígnias da ABEn e do COFEN foram aplaudidas” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, livro de atas n. 6, p.141)

Durante o ano de 1975, a primeira vice presidente da ABEn, Amália Corrêa de Carvalho, atuou também no COFEN, portanto fazendo parte das duas diretorias. É provável que essa situação tenha possibilitado certa confusão do que era uma e outra entidade. Nas atas de reunião de diretoria com frequência aparece sua intermediação nos momentos de negociação entre as organizações, como este em que Amália “[...] apresentou o ofício recebido do COFEN, onde a sra presidente [...] propõe ocupar a ala direita do andar térreo do Edifício em Brasília para instalar o COFEN e o COREN/DF [...] (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, livro de atas n. 6, p.145). Neste momento, a mesma considerou acertado ceder às propostas para COFEN e ABEn-DF ocuparem a sede.

A sede da ABEn em Brasília era a concretização da conquista de toda uma geração de enfermeiras. Quando foi ocupada parcialmente pelo COFEN, em 1975, por meio de um convênio, as preocupações em zelar pelo prédio são manifestadas: a “presidente da ABEn [Maria da Graça Simões Corte Imperial] enviou carta protestando sobre reformas feitas na sede em Brasília, pelo COFEN à revelia da ABEn” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, livro de atas n.7, p. 11, verso).

Pensar cada entidade em sua singularidade e papel foi um exercício que levou a muitas tensões, dificultando uma imediata clareza do que realmente competia a cada dirigente e a cada entidade. Em determinados momentos, alguns

assuntos eram tratados como se não tivessem um foro definido, “situação em que Dra. Amália prometeu levar o problema para ser discutido no COFEN” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, livro de atas n.7,p.2) . Noutra ocasião, em que questionamentos sobre os papéis desempenhados por algumas lideranças da ABEn sugerem interferências nas relações das duas entidades, a diretoria sugere “[...] que o COFEN deverá credenciar um membro para tratar de todos os assuntos de Enfermagem junto às autoridades competentes, evitando assim inconvenientes dessa natureza” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, livro de atas n.6, p.149, verso).

Tais disputas eram muito sutis, não se expressavam na revista, apenas eram percebidas no interior da ABEn e ficavam como que protegidas do público em geral. Embora relacionadas a questões inerentes ao processo histórico inicial de conformação do COFEn, não é estranho pensar que algumas dificuldades possam atravessar este tempo e chegar aos dias atuais, ajudando a compreender o relacionamento entre as entidades.

Com a inauguração do Conselho Federal de Enfermagem na sede da ABEn em Brasília, se materializa o órgão que fará a interpretação do movimento global da enfermagem brasileira. Nessa trajetória para a criação do COFEN participaram Câmara e Senado Federal, mas não podemos esquecer o papel da ABEn para esse ganho, pois a organização de um Conselho de Enfermagem sempre fez parte da agenda da ABEn durante 28 anos, desde 1945 até 1973 (REVISTA BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, 1975b).

O funcionamento do Sistema COFEN/CORENs cresce em todo o país, o número de profissionais que se registram aumenta seguidamente. As carreiras que compõem o Conselho são enfermeiras, obstetritz, técnicos de enfermagem e auxiliares de enfermagem. As outras categorias que estão ainda atuando na enfermagem receberam carta de provisionamento, de forma a não receberem o registro e nem serem regulados em lei. O editorial da REBEn aponta o caminho a seguir por esses profissionais - fazer cursos de graduação, ou de técnico ou de auxiliar de enfermagem (REVISTA BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, 1976b).

Enquanto o cenário político da criação do COFEn e suas novas demandas tomam relevo nesta década, o tradicional foco da ABEn na formação ganha novos matizes. A princípio parece alentadora a constatação de crescimento no número de

candidatos que escolheram a enfermagem como primeira opção nos concursos de vestibular. No entanto, em 1972, as escolas de enfermagem tinham formado menos de 700 enfermeiras em todo o país, o que não contempla a expectativa do mercado de trabalho que aponta para uma oferta de empregos para pelo menos o dobro de profissionais. Nesse mesmo ano, o governo através do Ministério da Educação se pronuncia em favor de estimular a formação de profissionais da saúde, principalmente de enfermagem (REVISTA BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, 1974a).

o MEC chamou para dizer que a profissão que menos tinha se desenvolvido nos últimos vinte e cinco até ali tinha sido a enfermagem, e então eles chamaram a enfermagem, a enfermagem quem era? Era a ABEn, porque tem que chamar uma representação, porque aí está o valor, de uma agregação de uma entidade, o significado dela, a representação (DOC/ENTREVISTA).

Deste modo, o Ministério da Educação colocou a enfermagem como área prioritária nos estudos que empreenderá e as representantes da ABEn estarão envolvidas com o trabalho, por meio de comissão especialmente formada para esse fim⁷² (REVISTA BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, 1974b).

A divisão do país em distritos geoeducacionais cria a expectativa de melhor resolver os problemas na formação de profissionais de enfermagem, que até esse momento são formados em número aquém das necessidades do país. A ABEn se manifesta no sentido da discussão ser mais ampla, para além de necessidades e recursos somente, sugere que se prepare também para um planejamento educacional a fim de adequar medidas às necessidades (REVISTA BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, 1974c).

O entusiasmo da ABEn com o número de candidatos matriculados nos cursos de enfermagem, número próximo a dois milhares, não impede que continuamente a entidade provoque a discussão do quantitativo de enfermeiras no país, sempre inferior às necessidades reais (REVISTA BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, 1975a). É claro que, em plena reforma universitária, o cenário era bem diferente de 1969, quando foi “[...] aprovado pedido de verba ao MEC para divulgação de Escolas de

⁷² Fizeram parte da Comissão a enfermeiras e docentes: Maria Rosa de Souza Pinheiro da Escola de Enfermagem da USP/SP; Maria Dolores Lins Andrade da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Maria Nilda de Andrade da Universidade Federal de Pernambuco.

Enfermagem e recrutamento de candidatas” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, livro de atas n. 6, p.28).

Conforme já levantado, apesar das especificidades de cada organização de enfermagem, a ABEn parece se empenhar em questões relativas à profissão que estão em outro campo de ação, agindo em benefício da categoria de enfermagem, mesmo quando interfere no possível terreno de outras entidades. Esta característica se evidencia em diferentes dados levantados neste estudo, como em algumas ações no “sentido de criar condições de trabalho, de progresso profissional, bem estar e harmonia no grupo das ocupações de enfermagem” (REVISTA BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, 1975b, p.5)

Ainda em 1978 a preocupação com a quantidade de enfermeiras formadas pelas escolas de graduação em enfermagem era motivo de discussão na diretoria. No entanto, recordam possíveis e desejados resultados do estudo encomendado pelo DAU/MEC, denominado *Diagnóstico do Curso de Enfermagem*, realizado pelas enfermeiras consultoras do MEC que constituíram um grupo de trabalho a pedido daquele departamento. A ABEn estava na expectativa de que em 1979 aparecessem os resultados em termos de incremento no número de formados nos novos cursos que haviam sido implantados. No entanto, a entidade deixa claro que no nível médio tais medidas não foram implementadas e o número de técnicos de enfermagem não tem acompanhado as necessidades do mercado de trabalho para a enfermagem. Sugere que as secretarias de estado façam projetos que contemplem a formação de técnicos de enfermagem, mas não vê isso como estratégia de fácil realização (REVISTA BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, 1978a).

Ainda neste ano é exposto na revista o Plano Integrado de Saúde Mental (PISM), fazendo considerações favoráveis ao projeto do governo, considerado como plano inicial para desenvolver ações preventivas nessa área. O editorial pede para as lideranças de enfermagem em todo o país se envolverem com o projeto (REVISTA BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, 1978a), de forma a sugerir uma visão de resultados positivos do mesmo, não apenas em termos de qualidade da assistência na área, mas também como ampliação do espaço de atuação da enfermagem.

Com o título *Perspectiva do tempo para a visualização da enfermagem* é feita uma retrospectiva dos últimos 7 anos da trajetória da enfermagem. São elencadas

algumas conquistas, como a criação do Conselho de Enfermagem. Avaliam-se alguns feitos notáveis, reportando-se ainda ao início do “Curso de Mestrado em Enfermagem na Escola Anna Nery, seguido de dois na Universidade de São Paulo”. Embora considere o limite de dados concretos da situação de enfermagem no Brasil, restritos ao Levantamento de Recurso e Necessidades em Enfermagem realizado em 1956-58, salienta-se o entendimento de que a falta de enfermeiras é real e que as medidas empreendidas pelo DAU/MEC terão seus resultados já no final dessa década (REVISTA BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, 1978b).

Convém lembrar que, no ano de 1975, o editorial destaca que mais de uma dezena de enfermeiras se submeteram aos exames de livre docência, cuja aprovação dava acesso a dois títulos, um de Doutor e outro de Livre Docente. De outro modo, a obtenção desses títulos permitia ao seu detentor a entrada aos cargos da carreira do Magistério Superior como determinavam as novas leis do ensino superior (que exigia os títulos de Doutor, Mestre ou Livre Docente). Este foi um estímulo para as enfermeiras seguirem uma pós-graduação neste nível e terem acesso à docência de nível universitário (REVISTA BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, 1975b).

Parece-nos que, justamente, nos últimos três anos, está mudando para melhor a enfermagem, por meio de ações do Conselho Federal e Regionais de Enfermagem - que é uma autarquia ligada ao Ministério do trabalho - do Departamento de Assuntos Universitários do Ministério da Educação e Cultura (quanto à criação de quase vinte cursos novos de graduação em enfermagem e obstetrícia), do Ministério da Saúde, da Associação Brasileira de Enfermagem e dos Cursos de Pós-graduação em Enfermagem, que têm feito surgir pesquisa incipiente neste nosso ramo do conhecimento (REVISTA BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, 1978c, p.415-16).

No caso específico da educação em enfermagem, a Associação Brasileira de Enfermagem teve grande e prolongada atuação para ajudar a estruturar o complexo institucional da profissão com os cursos, os órgãos de classe, os conselhos, entre outros (REVISTA BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, 1979a, p.6).

A criação da Comissão de Especialistas do Ensino de Enfermagem - CEEE traz um significado para a profissão que só será avaliado tempos depois. Desde meados dos anos 60, o MEC e outras instituições governamentais já vinham

solicitando a contribuição do conhecimento de enfermeiras especialistas, no entanto, a contribuição sempre foi pontual e com tempo determinado, para tema específico. O que tornou motivo de grande júbilo para a Associação foi o fato da Comissão então formada ser organizada como comitê permanente. Considera-se, então, que está completo o complexo institucional da enfermagem - já tem uma Associação de Enfermeiras, uma Revista, um Conselho Profissional, um Sindicato exclusivo e, agora, essa comissão (CARVALHO, 1976).

MEC e ABEn, na ocasião por causa da revista e também consegui por causa disso a Comissão de Especialista. Que tinha todas as outras, mas não tinha a de enfermagem, aí eu consegui que fizessem a portaria para a Comissão de Especialistas de Enfermagem. Só que eu não coloquei as pessoas tradicionais, eu tinha o direito de dizer nomes lá dentro do MEC, aí eu mudei os nomes, então na Comissão de Especialista uma de cada região, mas não foram as pessoas tradicionalmente conhecidas, foram novas como Dirce Aragon no Rio Grande do Sul, eram conhecidas outras, mas eu me lembrei da Dirce pelos trabalhos dela, fui também olhar isso, pelo que ela escrevia. Mas era uma pessoa, mas de uma relação que você cresce de falar com ela sabe, sabe aquela gentileza que lhe torna um nobre junto dela, mesmo que você, não é um nobre para lhe afastar, é lhe dar a grandeza que você tem, lhe fazer reverência, justiça, assim era a Dirce. E eu não a conhecia, só de texto pessoalmente não a conhecia, mas eu botei Dirce Aragon⁷³. Aí eu olhei, olhei os trabalhos, era Tamara⁷⁴. Aí na Bahia Terezinha Vieira⁷⁵, aí fui subindo, eu sei que eu coloquei os nomes, mas a presidência eu coloquei para a presidente da ABEn, fosse quem fosse (DOC/ENTREVISTA).

Nesse ano de 1976, além de assumir nova diretoria na ABEn, também se celebrou o cinquentenário da Associação. Momento comemorado com o lançamento do livro: *Associação Brasileira de Enfermagem 1926-1976- Documentário*, obra já citada e que se constitui no documento mais completo sobre a história da Associação (REVISTA BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, 1976c).

Iniciativas governamentais, como a criação dos Centros Sociais Urbanos, em pleno regime militar, estimulam na ABEn positivamente em relação à carreira de

⁷³ Dirce Aragon Pessoa de Brum, professora da Escola de Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, fundadora da Revista Gaúcha de Enfermagem, 5º periódico de enfermagem a ser criado no Brasil.

⁷⁴ Tâmara Iwanowa Cianciarulo, professora da Escola de Enfermagem da USP, que chegou ao cargo de diretora dessa mesma escola.

⁷⁵ Terezinha Teixeira Vieira professora da Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia.

enfermagem. Os porta-vozes da entidade pensam e divulgam que tais centros serão novos espaços para o desenvolvimento da enfermagem. Assim agem sem a menor crítica quanto a possível precariedade do projeto, apenas defendem o discurso de saúde para o povo, independente das estratégias ou do fundo político nas quais são elaboradas (REVISTA BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, 1976a).

Outro exemplo do espaço dado e da forma de tratar e assumir os projetos e políticas de governo se mostrou com a implementação do PIASS⁷⁶. O foco sobre a saúde na região nordeste desperta interesse na enfermagem, que de longa data defende que os serviços cheguem às populações. Com este Programa essa oportunidade é vislumbrada e, mais uma vez, a revista é instrumento para estimular as enfermeiras a elaborarem projetos e disputarem financiamento para sua implantação (REVISTA BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, 1976c).

No que se refere ao campo da saúde, a tônica da ABEn parece ser a de seguir os programas de governo. Isto pode ser ainda verificado em editorial bem posterior (1979), que faz certa apologia à proposta de saúde para as Américas, plano decenal implementado pela Organização Pan-americana de Saúde. Mas no fundo parece querer divulgar o papel do enfermeiro, achar um lugar para ele na assistência primária. Reconhece que ainda é pequeno o número desse profissional para as necessidades do país (REVISTA BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, 1979b).

Ainda em 1977 a ABEn reconhece a oportunidade de educação para o pessoal de enfermagem por meio de exames de suplência recentemente aprovados pelo Conselho Federal de Educação. Vê como cabível a chance de todos os que não têm formação adequada para exercer a enfermagem possam se qualificar por meio destes exames, os quais reduzem o tempo de formação e contribuem para uma enfermagem de melhor qualidade. Os auxiliares de enfermagem podem agora migrar para a condição de técnicos, bastando se submeter ao exame de suplência. Essa oportunidade incrementará o número de profissionais com título de técnico no COFEN e nas Plenárias da ABEn durante os Congressos. Tem como resultado positivo a redução do número de atendentes, porque eles serão estimulados a se matricularem em cursos de auxiliares e/ou de técnicos de enfermagem. Com essas mudanças, se antevê um impacto na assistência de enfermagem que passará a contar com profissionais mais qualificados (REVISTA BRASILEIRA DE

⁷⁶ Programa de Interiorização das Ações de Saúde e Saneamento- PIASS

ENFERMAGEM, 1977a).

Caminhando para o final da década de 70, a REBEn se mostra um veículo privilegiado para a ABEn consolidar uma imagem de profissão a partir de seus desafios, mas também de suas conquistas e avanços, em diferentes espaços onde isto possa se expressar. Em 1977, é divulgada a nova participação da enfermeira brasileira na Conferência Internacional do Trabalho, desta vez a indicada foi Maria Rosa Souza Pinheiro, presidente do primeiro COFEN. Esta conferência tratou das condições de trabalho da enfermagem em vários lugares do mundo. Os resultados das discussões foram considerados como fatores de vitória pelos participantes, que entenderam que dificilmente a Organização Internacional do Trabalho teria tratado da temática em outro momento.

As recomendações emanadas deste evento apontaram para que os profissionais de enfermagem se organizem em forma de cooperativas e que se profissionalizem, ascendendo na carreira técnica. Da mesma forma e tratando de diferentes elementos de análise de contexto, nacional e internacional, a ABEn, continua a promover a educação em enfermagem, mesmo quando visa mobilizar a iniciativa individual, a realização de cursos para a progressão na carreira de enfermagem - os técnicos deveriam fazer graduação, os auxiliares estudarem para se promoverem a técnicos (REVISTA BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, 1977b).

O plano assistencial de enfermagem e sua utilização; com esse título a editoralista promove vários questionamentos, entre eles recomenda que a enfermeira faça registros de suas atividades, e a melhor forma de realizá-los é através de um planejamento do seu trabalho. Começa defendendo a necessidade do registro e de uma seqüência, um processo capaz de registrar seu trabalho, salienta que os mesmos subsidiam pesquisas e o reconhecimento por parte do gestor, uma vez que só poderá ser conhecido aquilo que for registrado (REVISTA BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, 1977c).

Ao encerrar esse segundo período de existência da revista, também se delineiam novos tempos para a ABEn e para a profissão. A enfermagem neste momento, já tem amplo reconhecimento social, a enfermeira é um ator de prestígio no ambiente profissional e na área da saúde, bem como em suas relações com os demais agentes do seu campo de atuação.

No âmbito da ABEn, o Congresso que se realiza em 1979 no Ceará aponta

para novos caminhos para a enfermagem. Por meio de suas recomendações se concretizam os anseios de grupos políticos emergentes dentro da Associação, o entendimento de que a Enfermagem é uma prática social inserida num contexto mais amplo que engloba toda a sociedade (MOURA et al., 2006).

Quanto à revista, entre 1955 e 1979, passou por reformas importantes, sobreviveu como órgão de divulgação da entidade, mas com seus conteúdos voltados para um novo direcionamento, qual seja, de estar divulgando a produção científica das enfermeiras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após quatro anos de estudos em que busquei conhecer a história da Revista Brasileira de Enfermagem, apresento estas considerações, que não são definitivas, apenas palavras do pesquisador, enunciadas a partir de um determinado lugar, num dado momento histórico. Estas considerações refletem fragmentos de uma narrativa, sempre em construção, posto que a história sempre é outra, carregada da subjetividade do pesquisador que a analisa e do modo como olha os documentos.

Assim, o presente capítulo apresenta algumas considerações a partir dos resultados da pesquisa, em confronto com o objeto de estudo, objetivos e tese apresentada.

Com esse propósito é interessante iniciar com algumas reflexões sobre a História Nova, referencial que permitiu delimitar o objeto de estudo. Este paradigma considera que a realidade é resultado de uma construção social/ cultural, analisa as estruturas e se interessa por toda a atividade humana, supõe que tudo tem um passado, que em princípio pode ser reconstruído (LE GOFF, 1998). Além disso, esse referencial possibilitou a utilização de outros métodos, conceitos e técnicas, não considerados pela história tradicional, como a história oral, a memória, a relação destas com os documentos, importantes para a reconstrução da trajetória da revista.

No que se refere à História Oral, foram aproveitadas àquelas que constituem o acervo de história oral Fontes da História da Enfermagem, disponíveis na sede da Associação em Brasília. Os depoimentos das ex-dirigentes da ABEn e/ou enfermeiras que tiveram participação proeminente na Enfermagem foram importantíssimos para compreender os meandros da construção histórica da revista e a importância de seu papel para a ABEn, para as Enfermeiras e para a apresentação do discurso das dirigentes, cada uma à sua época.

Todas as personagens compartilham algumas características comuns. Vieram de um meio social diferenciado, ou com formação para atuarem como professoras (“normalistas” ou segundo grau profissionalizante). Realizaram estudos em outras áreas, como filosofia, ciências sociais, jornalismo e artes, conhecimento que lhes assegurava condições distintas para exercerem uma liderança reconhecida em nível

nacional.

A contribuição das escolas de Enfermagem, primeiramente a Escola Anna Nery, e posteriormente a Escola de Enfermagem da USP, como espaço de formação e circulação de pesquisadores é imensurável. Estas escolas foram o espaço físico onde se estabeleceu a Associação, até a aquisição de sua sede própria. Mesmo com a primeira sede situada no Rio de Janeiro, São Paulo manteve a sede da revista de 1946 a 1957, quando a presidente da ABEn residia nesta cidade.

Foi no campo de atuação da Associação, sob a direção de Edith de Magalhães Fraenkel e, da Escola Anna Nery sob direção de Rachel Haddock Lobo que se criou a primeira revista de enfermagem, *Annaes de Enfermagem*. Feito que se constituiu no único meio de divulgação/comunicação da enfermagem até meados de 60. Assim sendo, a Escola Anna Nery, além de ser o lócus de formação da Associação, também favorece o surgimento de seu órgão de divulgação, o qual inicia a sua circulação num cenário em que ainda há poucas enfermeiras para consumir suas informações.

A Revista situa-se, assim, (para firmar a comunicação entre as enfermeiras), para dar visibilidade a Associação e, por conseguinte, colocar a profissão em evidência. Desta maneira, possibilita uma divulgação para a profissão recém estabelecida no país.

No período compreendido entre a fundação da Associação em 1926 e a eleição de Hilda Ana Kirsh para presidente, em 1938, não temos documentos escritos, como livros de atas, que se relacionem especificamente à criação da entidade. Todavia, os exemplares desta época, ou seja, de 1932 em diante, me permitiram delinear e entender tanto a história da revista como da Associação.

Reafirmo, assim, que por meio das páginas da revista é possível reconstituir uma história da entidade e da profissão. Tal constatação encontra ressonância na obra de Anayde Correa de Carvalho (1976), talvez a obra mais citada em estudos históricos da profissão, que se utilizou de toda a coleção da Revista para escrever seu documentário, relativo à história da ABEn entre 1926 e 1976. Para escrevê-la a autora empregou muitas das técnicas e métodos somente aceitos dentro de uma perspectiva de História Nova. Foram fundamentais para essa narrativa algumas cartas, bilhetes, relatórios e entrevistas. Ainda, quanto ao número de obras citadas nas referências, Carvalho (1976) informa que utilizou todos os exemplares de 1932 a

1975, totalizando 135 fascículos. Esta obra confirma a importância da REBEn para acompanhar o desenvolvimento da Enfermagem no Brasil.

A Tese que argumentei ao longo do texto e que foi confirmada pelos dados encontrados é de que a REBEn vem representando nacionalmente um marco para a compreensão da enfermagem enquanto profissão uma vez que tem papel importante na trajetória histórica da enfermagem e se mostra locus privilegiado de enunciação do discurso e direção ideológica produzidos pela ABEn. Ao divulgar e dar voz às correntes de pensamento da enfermagem a revista participou de momentos significativos para a profissão, como para a constituição das escolas, para a legislação do exercício profissional, ou melhor, para a construção do corpo legislativo da profissão. Deste modo, investiguei, a partir dos discursos de dirigentes da Associação Brasileira de Enfermagem e de um conjunto de documentos, qual a importância da revista brasileira de enfermagem para a construção da enfermagem enquanto profissão.

A REBEn percorre a história como se ela fosse personagem da história, acompanhando a trajetória da enfermagem brasileira em todos os seus aspectos. A REBEn desde o seu início se apresentou como um instrumento político, que as diretorias da ABEn deram vida, fizeram funcionar, enquanto instituição, para estabelecer a interlocução com seus sócios e, entre a categoria de enfermagem. Atualmente ela compete com outros periódicos importantes, que se ampliaram numérica e qualitativamente ao longo dos últimos vinte anos. Porém a REBEn mantém o diferencial de sua historicidade e vinculação à ABEn. Mesmo que se assemelhe a outros em termos de normalização, periodicidade e tipo de artigos publicados mantém esta característica marcante de representatividade.

Desde o seu surgimento na década de trinta, até o final dos anos oitenta, a REBEn foi além de um periódico informativo do conhecimento de enfermagem, também um espaço privilegiado para a ABEn expressar sua ideologia aos leitores e membros daquela organização. Esta ideologia era expressa, principalmente, no conteúdo de seus editoriais, normalmente elaborados Editora da Revista ou por outro personagem autorizado a enunciar um discurso em nome da entidade.

As mensagens veiculadas pela revista e oriundas da ABEn não estavam descoladas do cenário e nem das idéias que caracterizavam os atores da Enfermagem da época. Mostravam os modos de ser dessa enfermagem, além de

orientarem a condução da mesma em todos os espaços sociais, profissionais e políticos. Oportunizavam, assim, condições e possibilidades a certos modos de ser e fazer. Os editoriais, ao tratarem de temas em evidência no contexto sócio-político, continham de forma clara ou velada, a orientação ideológica dos dirigentes da ABEn, a cada época.

A análise de seu conjunto permitiu traçar um itinerário que orienta o olhar sobre a própria profissão, afirmando que os editoriais da REBEn são o veículo de divulgação da ideologia dominante na entidade pois, mesmo quando personalizados, reproduzem o discurso da ABEn.

A REBEn também tem sido um espaço para a divulgação de temas polêmicos, relativos à vida da entidade e da profissão, que não tem visibilidade em outras revistas. Essa política vem sendo articulada desde a criação da revista e serve para dar impacto a questões que a entidade quer tornar visível, quer colocar em evidência e em discussão, como se percebe na produção de determinados atores, que freqüentam com relativa facilidade as páginas da revista (Apêndice A).

Ao finalizar este estudo é preciso ainda voltar ao marcador temporal utilizado e explicitar uma percepção que fez definir o recorte até o final dos anos 70. Ao iniciar este estudo tinha a idéia de que o papel de direção intelectual da REBEn era mais evidente até este período. Um elemento considerado foi o próprio cenário das publicações na área, no qual a REBEn manteve-se como único periódico até final da década de 60. Só a partir dos anos 80 pode-se identificar uma ampliação mais significativa deste contexto editorial. Mas um outro importante elemento de análise manteve-se nas entrelinhas de muito do que aqui foi discutido – um panorama de crise de representatividade e liderança no interior da ABEn, que conformou uma ruptura política de crítica e renovação, o Movimento Participação. Com a emergência deste movimento e de todas as mudanças produzidas a partir de então, a REBEn também terá novo direcionamento e papel no meio profissional. Parar um texto quando se chega a este momento, não significa desprezá-lo. Ao contrário, indica que toda a riqueza de complexidade de novos tempos e atores precisa ser objeto de um olhar diferenciado. Esta é uma tarefa que este trabalho pretende apenas insinuar, como motivação futura.

Assim, ao concluir esse trabalho, estou convencido de que a REBEn foi o instrumento que melhor moldou a profissão de enfermagem. A revista se

estabeleceu para consolidar a profissão, dando seguimento à premissa de que para se firmar uma profissão necessitava de uma Associação e de uma revista.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 2.ed. rev. atual. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ALBUQUERQUE, Gelson Luiz. **O movimento participação na Associação Brasileira de Enfermagem - Seção Santa Catarina, na visão de suas principais lideranças**. Florianópolis, 2001. 210f. Tese (Doutorado em Filosofia da Enfermagem) Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal de Santa Catarina, 2001.

ALBUQUERQUE, Gelson Luiz; PIRES, Denise Elvira Pires de. A propósito do Movimento Participação. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 54, n.2, p.174-184, abr./jun. 2001.

ALBUQUERQUE, Gelson Luiz. **A luta pela identidade profissional: participação e enfermagem**. Florianópolis: PEN/UFSC, 2002.

ALMEIDA FILHO, Antônio José, SANTOS Tânia Cristina Franco, BAPTISTA Suely de Souza, LOURENÇO Lúcia Helena Silva Corrêa. Reunião de diretoras de escolas de enfermagem: um cenário de lutas simbólicas no campo da educação em enfermagem (1943-1945). **Texto & Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 14, n. 4, p. 528-536, out./dez. 2005.

AMADO, Zulema de Castro. Thema: Enfermagem escolar. **Annaes de Enfermagem**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.31-32, mai.1932.

ANAIS DE ENFERMAGEM. Recomeçando.. **Anais de Enfermagem**, São Paulo, n. 18, p. 1, jan./mar. 1946a.

_____. Divisão de Ensino de Enfermagem. Divisão de Saúde Pública. **Anais de Enfermagem**, São Paulo, n. 18, p. 37, jan./ mar. 1946b.

_____. Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas. **Anais de Enfermagem**, São Paulo, v. XV, n.21, p.35, out./dez. 1946c.

_____. Editorial. **Anais de Enfermagem**, São Paulo, v. XVI, n.22, p.4-5, jan./mar.1947.

_____. Nota da Redação. **Anais de Enfermagem**, São Paulo, v. 1, n.1,p.1, jan. 1948a.

_____. Segundo Congresso Nacional de Enfermagem. **Anais de Enfermagem**, São Paulo, v.1, n.4, p.157-158, out./dez. 1948b.

_____. As funções da Enfermeira. **Anais de Enfermagem**, São Paulo, v. II, n.3, p.99-100, julho. 1949.

_____. Legislação sobre o ensino de Enfermagem. **Anais de Enfermagem**, São Paulo, v. II, n.2, p.51-52, abril. 1949.

_____. Legislação. **Anais de Enfermagem**, São Paulo, v.III,n.4, p.210, out.1950 c.

_____. Quantidade ou Qualidade. **Anais de Enfermagem**, São Paulo, v. IV, n.4, out.1951 b.

_____. Editorial. **Anais de Enfermagem**, São Paulo, v.5, n.2, p.145-148, abr.1952 a.

_____. Editorial. **Anais de Enfermagem**, São Paulo, v.V, n.3, p.221-223, jul.1952 b.

_____. Editorial. **Anais de Enfermagem**, São Paulo, v.V, n.4, p.283, out.1952 c.

_____. Editorial. **Anais de Enfermagem**, Rio de Janeiro, v.VI, n.1, p.3, mar.1953 a.

_____. Editorial. **Anais de Enfermagem**, Rio de Janeiro, v.VI, n.2, p.87-89, jun.1953 b.

_____. Código Internacional de ética de Enfermagem. . **Anais de Enfermagem**, Rio de Janeiro, v.VI, n.3, p.151-154, set.1953 c.

_____. Editorial. **Anais de Enfermagem**, Rio de Janeiro, v.VI, n.4, p.231-232, dez.1953 d.

_____. **Anais de Enfermagem** Rio de Janeiro, v.5, n. 5, p. 7, out. 1934.

_____. Reunião de diretoras de escolas de Enfermagem. **Anais de Enfermagem**, Rio de Janeiro, ano VII, n.1, p.3, mar.1954 a.

_____. Modificações na A.B.E.D. **Anais de Enfermagem**, Rio de Janeiro, ano VII, n.3, p.301-302, set.1954 b. (Seção Notícias e Comentários).

_____. ABED, **Anais de Enfermagem**, São Paulo, v.III, n.1, p.3-4, jan.1950 a.

_____. Editorial.**Anais de Enfermagem**, v.III, n.4, p.167-169, out. 1950 b.

ANGERAMI, Emília Luigia Saporiti; PELÁ, Nilza Teresa Rotter. **Glete de Alcântara**-vida e obra. São Paulo: ABEn, 1976.

ANNAES DE ENFERMAGEM. [Gato Cinzento].Cousas que incomodam. **Annaes de Enfermagem**, Rio de Janeiro, vol. 4, n.4, p. 36, abril. 1934.

ARONE EM, FERREIRA ETR, CANAVEZZI R, CHACCUR MIB. Associação Brasileira de Enfermagem- seção São Paulo, notas sobre as contribuições para a

enfermagem brasileira. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília (DF), v. 54, n. 2, p. 364-81, abr/jun. 2001.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM. Ata da 48ª **Reunião do CONABEn**. 30-31 outubro 2005. Goiânia (GO): ABEn,2005.

_____. Ata da quinquagésima reunião ordinária do Conselho Nacional da ABEn (CONABEn)- Gestão 2004-2007. Brasília, 23 e 24 de março, 2006, linhas 16 e 17.

_____. **Livro de atas n.3. Reuniões de Diretoria de 1955 a 1960.**

_____. **Livro de atas n.4.** Reuniões de Diretoria de 1960 a 1964.

_____. **Livro de atas n.5.** Reuniões de Diretoria de 1964 a 1969.

_____. **Livro de atas n.6.** Reuniões de Diretoria de 1969 a 1975.

_____. **Livro de atas n.7.** Reuniões de Diretoria de 1975 a 1979.

_____. Atas das reuniões da Escola Anna Nery. Rio de Janeiro, 1932-1957. Livro 23. Ata da reunião da Associação de Alumnas da Escola de Enfermeiras Anna Nery..

_____. Relatório do II Seminário Nacional Sobre Ensino de Pós-graduação e Pesquisa em Enfermagem. Brasília: ABEn/CNPq,1982.

AVALIAÇÃO & PERSPECTIVA. Relatório do II Seminário Nacional sobre Ensino de Pós- Graduação e Pesquisa em Enfermagem. Brasília: CNPq/ABEn, 1982.

BAPTISTA, Suely de Souza; Barreira, Ieda de Alencar. **A luta da Enfermagem por um espaço na Universidade**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.194p.

BAPTISTA, Suely de Souza; BARREIRA, Ieda de Alencar. Enfermagem de nível superior no Brasil e vida associativa. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, vol. 59, n. esp., p.411-416.2006.

BARREIRA, Ieda de Alencar. **A enfermeira Anna Néry e o país do futuro**. Rio de Janeiro: Escola Anna Nery, 1997.

BARREIRA, Ieda de Alencar. Contribuição da História da Enfermagem Brasileira para o desenvolvimento da profissão. **Escola Anna Nery- Revista de Enfermagem**, Rio de Janeiro, v. 3, n.1, p.125-141, dez. 1999.

BARREIRA, Ieda de Alencar; BAPTISTA, Suely de Souza, Haydée Guanais Dourado: carisma e personalidade a serviço de um ideal. **Revista Brasileira de Enfermagem (DF)** v.55, n.3,p.275-292, maio/jun. 2002.

BARREIRA, I. A., SAUTHIER, J., BAPTISTA, S. S. O movimento associativo das enfermeiras na primeira metade do século XX. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília (DF), v. 54, n. 2, p. 157-73, abr/jun. 2001.

BORENSTEIN MS, PADILHA MICS, CAETANO TL, MANCIA JR. Hilda Anna Kirsch: pioneira na enfermagem catarinense - formação e contribuição. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília(DF), v. 57, n. 3, p. 366-70. mai/jun, 2004.

BRANDÃO, Eliane Matos. **A formação do campo científico de enfermagem no Brasil: sociologia da geração de pesquisadoras pioneiras-1935-1958**. Escola Anna Nery, [tese], 1999, 238p.

BRANDÃO FILHO. O papel da instrumentadora no *team* operatório. **Annaes de Enfermagem**, Rio de Janeiro, vol. 1, n.1, p.12-21, maio.1932.

BURKE, Peter. **A escrita da história**. São Paulo: UNESP,2001.

BURLAMAQUE, Clélia Soares. A Revista Brasileira de Enfermagem e seus compromissos. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 40, n.2/3, p.87, abr/maio/jun/jul/ago/set. 1987.

CAPRIGLIONE, Luiz. Discurso proferido pelo Dr. Luiz Capriglione, paranympho da turma de 1931. **Annaes de Enfermagem**, vol.1, n.1, p.24-25, maio. 1932.

CARVALHO, Amália Correa de. Associação Brasileira de Enfermagem e sua contribuição para o desenvolvimento do ensino de enfermagem no Brasil. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, vol.8, n.1, p.45-123, mar.1974.

CARVALHO, Amália Correa de. Escola de Enfermagem da universidade de São Paulo. Resumo histórico-1942-1980. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 14, supl, p. 1-271, ago. 1980.

CARVALHO, Amália Correa de. Associação Brasileira de Enfermagem 1926-1986. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 39, n. 1, p. 7-12, jan./fev./mar. 1986.

CARVALHO, Amália Correa de. **Edith de Magalhães Fraenkel**. São Paulo: Escola de Enfermagem da USP,1992.

CARVALHO, Anayde Correa de. **Associação Brasileira de Enfermagem-1926-1976**-Documentário. Brasília(DF): ABEn, 1976.

CARVALHO, Vilma de; SAUTHIER, Jussara. **Annaes de Enfermagem-informatização das publicações de 1932 a 1954**. Rio de Janeiro: Anna Nery, 2002.

CUNHA, Antonio. Discurso proferido pelo Dr. Antonio Cunha na recepção dos diplomas da turma de 1932. **Annaes de Enfermagem**, v.1, n.2, p.21-22,dez.1933.

CUNHA, Isabel Cristina Kowal Olm. A enfermagem do futuro. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v.59, n.4, p.475, jul./ago. 2006.

DIAS, Ligya Paim Muller.; MONTICELLI, Marisa.; NAZÁRIO, Nazareth Otilia. Editoriais dourados da REBEn. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 51, n. 4, p. 547-560, out./dez. 1998.

DIRETRIZES PARA ENFERMAGEM NO BRASIL. Relatório final do Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil 1956-1958. Brasília: ABEn, 1980.

DOSSE, Francis. **A história em migalhas**. São Paulo: EDUSC,2003.

DOURADO, Haydée Guanais. A Revista Brasileira de Enfermagem Sucede a Anais de Enfermagem. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Rio de Janeiro ano VIII, março, n.1, p.3, 1955.

ENFOQUE. Concurso. **Enfoque**, São Paulo, n.2, p.5. 1973.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2006.

FONSECA, Rosa Maria Serpa.; FORCELLA, H. T.; BERTOLOZZI, Maria Rita. (Org.) **Congressos Brasileiros de Enfermagem: meio século de compromisso da ABEn**. Brasília: ABEn, 2000. (Série histórica).

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. São Paulo: Forense, 1997.

FRAENKEL, Edith de Magalhães. A enfermagem no Brasil. **Annaes de Enfermagem**, Rio de Janeiro, vol.1, n.1, p.8-11.1932

FREITAS, Sônia Maria de. **História Oral: possibilidades e procedimentos**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP:Imprensa Oficial do Estado, 2002.

GARCIA, T. R.; CHIANCA, T. C. M.; MOREIRA, A.. S. P. Retrospectiva histórica do ensino de enfermagem no Brasil e tendências atuais. **Revista Gaúcha Enfermagem**, Porto Alegre,v. 16, n. 1/2, p. 74-81, jan./dez.1995.

GERMANO, Raimunda Medeiros. **Educação e ideologia da enfermagem no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Cortez,1993.

GERMANO, Raimunda Medeiros. A contribuição social da ABEn na Enfermagem Brasileira: uma perspectiva histórica. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENFERMAGEM, 48., 1996, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ABEn, 1997. p.45.

GOMES, Tatiana de Oliveira; SILVA, Bruna Rocha da; BAPTISTA, Suely de Souza, et. al. Enfermeiras católicas em busca de melhores posições no campo da educação e da prática em Enfermagem nos anos 40 e 50 no Brasil, no século xx. **Revista Texto & Contexto**, Florianópolis, v.14, n.4, p.506-512. 2005.

HORTA, Wanda de Aguiar. Editorial. **Revista Enfermagem em Novas Dimensões**, São Paulo, vol.1, n.1, p.1.1975.

INDEX DE ENFERMERÍA. **II Conferencia Iberoamericana de Editores de Revistas de Enfermagem**. México,DF,2005. Disponível em: < Fundaciónindexdeenfermería.com> capturado em 12 fev. 2006.

KAKEHASHI, Tereza Yoshiko. **Revista Brasileira de Enfermagem e a política de identidade profissional da enfermeira no Brasil - 1932 a 1941**. São Paulo. Universidade de São Paulo. Escola de Enfermagem e Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto. Programa Interunidades, 1999. 275 f.

KRUSE, Maria Henriqueta Luce. **Os poderes dos corpos frios- das coisas que se ensinam às enfermeiras**. Brasília(DF): ABEn, 2004.149p.

LAUTERT, Liana; MAGALHÃES, Ana Maria Müller; MANCIA, Joel Rolim; ISSI, Helena becker. **Semana de Enfermagem: a responsabilidade social em foco**. In: A responsabilidade social no contexto de Enfermagem: resumos da Semana de Enfermagem. Porto Alegre: ABEn/HCPA, 2007. 1CD-ROM.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: UNICAMP, 1990

_____. **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LOBO, Rachel Haddock. Era nova. **Annaes de Enfermagem**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.5-6, maio. 1932.

LOPES, Gertrudes Teixeira et al A vida e a obra de Zaíra Cintral Vidal. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 54, n.2, p.253-260, abr./jun. 2001.

LOPES, Maria Goretti David. Discurso. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENFERMAGEM, 48., São Paulo. **Anais...** São Paulo: ABEn, 1997.

MANCIA JR. **A ABEn-RS e as enfermeiras assistenciais-** uma análise reflexiva. Dissertação (Mestrado em Enfermagem] Programa de Pós-graduação em Enfermagem, Universidade Federal de Santa Catarina, 2002a. 96f.

MANCIA, J. R. e PADILHA, M. I. C. S. O consumo e a socialização da pesquisa em enfermagem. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM ENFERMAGEM, 11., 2001, Belém. **Anais...** Belém: ABEn, 2001.1CD-ROM.

MANCIA, Joel Rolim. Congresso Brasileiro de Enfermagem- espaço de expressão da enfermagem brasileira. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília v.54,n.3,p.397,jul./set.2001.

MANCIA, Joel Rolim. Novos tempos na ABEn. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 58, n.4, p. 435-436, out./dez. 1998.

MANCIA, Joel Rolim. Revista Brasileira de Enfermagem: 70 anos. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília , v.55,n.1,p.5,jan./fev.2002b.

MANCIA, Joel Rolim.; PADILHA, Maria Itayra Coelho de Souza. La trayectoria de la Revista Brasileira de Enfermagem- REBEn70 anos. **Revista Panamericana de Enfermería**, México, DF, v.1, n.1, 85-89,nov.2003.

MANCIA, Joel Rolim. Maria Ivete: uma personalidade da Enfermagem Brasileira. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, vol. 56, n.3, p.219, maio/jun. 2003.

MANCIA, Joel Rolim.; PADILHA, Maria Itayra Coelho de Souza; REIBNITZ, Kenia Schimidt. A contribuição dos SENADENS para a construção das diretrizes curriculares da enfermagem. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE DIRETRIZES PARA EDUCAÇÃO EM ENFERMAGEM NO BRASIL, 6., 2002, Teresina. **Anais...** Teresina: ABEn, 2003.

MANCIA, Joel Rolim; PADILHA, Maria Itayra Coelho de Souza. Trajetória de Edith Magalhães Fraenkel. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 59, n. esp. p. 432-437.2006.

MANCIA, Joel Rolim; PADILHA, Maria Itayra Coelho de Souza; RAMOS, Flávia Regina de Souza; ALBUQUERQUE, Gelson Luís. A criação do Centro de Estudos e Pesquisa em Enfermagem da ABEn. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENFERMAGEM, 58., 2006, Salvador. **Anais...** Salvador: ABEn, 2006b. 1 CD-ROM.

MANCIA, Joel Rolim; RAMOS, Flávia Regina de Souza. Situação dos periódicos de Enfermagem no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENFERMAGEM, 52, 2000, Recife. **Anais...** Recife: ABEn, 2001.

MANCIA, Joel Rolim; VARGAS, Mara Ambrosina de Oliveira. A leitura deste texto. In: **Livro-temas da 66ª Semana Brasileira de Enfermagem-** A bioética e os modos de ser da Enfermagem. Brasília: ABEn, 2005.

MANCIA, Joel Rolim. Ser editor da REBEn: lugar especial. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 57, n. 5, p.525-526, set./out. 2004.

MANCIA, Joel Rolim; PAIM, Lygia; ZAGO, Anita. O veículo REBEn e sua linha editorial. In: COLÓQUIO LATINO-AMERICANO DE HISTÓRIA DA ENFERMAGEM, 2., 2005, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: EEAN, 2005. 1 CD-ROM.

MANCIA, Joel Rolim; PADILHA, Maria Itayra Coelho de Souza; RAMOS, Flávia Regina de Souza; ALBUQUERQUE, Gelson Luiz. La creación Del Centro de Estudios e Investigaciones en Enfermería de la "Associação Brasileira de Enfermagem". **Revista Panamericana de Enfermería**, México, DF, vol. 4, n.1, p.24-29, enero/jun. 2006a.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. 4.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

MENDES, Isabel; LEITE, Josete Luzia; LEITE, Juçara Luzia, TREVIZAN, Maria Auxiliadora. A Revista Brasileira de Enfermagem no contexto da enfermagem brasileira: a importância da memória de D^a Glete de Alcântara. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v.55, n.3, p. 270-274, maio/ jun. 2002.

MOURA, Abigail; LIBERALINO, Francisca Nazaré; SILVA, Francisca Valda; GERMANO, Raimunda Medeiros; TIMÓTEO, Rosalba Pessoa de Souza. SENADEN:

expressão política da Educação em Enfermagem. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, vol. 59, n.esp. p.442-453.2006.

NAVA, Ana. Ana Néri. **Anaes de Enfermagem**, Rio de Janeiro, ano IX, n.17, p.3, abril.1941.

OGUISSO, Taka. El consejo internacional de enfermeras: su historia, organización, objetivos y alcances. **Revista Panamericana de Enfermería**, México, DF, v. 2, n.2, p.142-153. 2004.

OGUISSO, Taka; FREITAS, Genival Fernandes. Ensino e pesquisa sobre história da enfermagem na graduação e pós-graduação da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo. **Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental**, Rio de Janeiro, ano 9, n.1/2, p.79-91, 2º semestre.2005.

OGUISSO, Taka; SCHMIDT, Maria José. **Exercício da enfermagem - uma abordagem ético-legal**. Rio de Janeiro: Guanabara-Kogan, 2007.

OLIVEIRA, Marina Bandeira de. Perfis. **Anaes de Enfermagem**, Rio de Janeiro, vol.1, n.1, p.376-37, maio.1932.

OLIVEIRA, Francisca Valda Silva de. **Associação Brasileira de Enfermagem: mudanças e continuidades – A propósito do Movimento Participação (1979-1989)**. Natal, 1990. 203f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

OLIVEIRA, Isabel Reis da Silva.; BARRETO, Ivete Santos; LIMA, Maria Goretti. Os setenta anos da Associação Brasileira de Enfermagem(ABEn). **Revista Brasileira de Enfermagem**, v.50, n.3, p.441-58, jul./set. 1997.

OLIVEIRA, Sonô Taíra; SANTOS, Tânia Cristina Franco. **Rachel Haddock Lobo: figura-tipo de enfermeira dos anos 30**. Rio de Janeiro: Escola Anna Nery, 2003.

PADILHA, Maria Itayra Coelho de Souza; BORENSTEIN, Miriam Süsskind. O método de pesquisa histórica na enfermagem. **Texto Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 14, n. 4, p.575-584, out./dez. 2005.

PADILHA, Maria Itayra Coelho de Souza; VAGHETTI, Helena ; BRODERSEN, Gladys. Gênero e enfermagem: uma análise reflexiva. **Revista de Enfermagem UERJ**, Rio de Janeiro, v.14, n.2, n. 292-300. maio. 2006.

PAIM, Ligya. Formação de enfermeiros no Brasil na década de 70. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, vol.54, n.2, p.185-196, abr./jun.2001.

PAIVA, Mirian Santos (Coord.) et al. **Enfermagem Brasileira - Contribuição da ABEn**. Brasília: ABEn, 1999.

PINHEIRO, Maria Rosa de Souza. Relatório da presidente (Divulgação da Enfermagem). **Revista Brasileira de Enfermagem**, ano VIII, n.3, p.3, set. 1955a.

_____. Relatório da presidente. **Revista Brasileira de Enfermagem**, ano VIII, n.3, p.279-80, set. 1955b.

PIRES, Denise Elvira Pires de. Discurso. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENFERMAGEM, 41., 1989, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: ABEn, 1989.

PRADO, Marta Lenise; GELBCKE, Francine Lima. Produção do conhecimento em Enfermagem no Brasil: as temáticas de investigação. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, vol. 54, n.1, p.34-42, jan./mar. 2001.

PROENÇA, Jane da Fonseca. Revista Brasileira de Enfermagem – 60 anos de existência. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 45, n. 1, p. 1, jan./mar. 1992. Editorial.

QUEIRÓZ, Maria Isaura Pereira de. **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva**. São Paulo: FFLCH-USP, CERU, 1983.

REIS, José Carlos. **Escola dos Annales-** a inovação em história. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

REVISTA BRASILEIRA DE ENFERMAGEM. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, Ano XV, n. 5, p. 401-402, out. 1962.

_____. Em torno do concurso para enfermeiro na P.D.F. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Rio de Janeiro, ano VIII, n.1, p.4, mar. 1955 a.

_____. Editorial. **Revista Brasileira de Enfermagem**, ano VIII, n.2, p.83, jun. 1955 b.

_____. Agradecimento. **Revista Brasileira de Enfermagem**, ano VIII, n.3, p.3, set. 1955 c.

_____. Recomendações do VIII Congresso Nacional de Enfermagem. **Revista Brasileira de Enfermagem**, ano VIII, n.3, p.177, set. 1955 d.

_____. O curso de formação do enfermeiro e o serviço técnico-científico. **Revista Brasileira de Enfermagem**, ano VIII, n.4, p.299-300, dez. 1955 e.

_____. O ensino da Enfermagem. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Rio de Janeiro, ano IX, n.1, p.4, mar. 1956 a.

_____. Quantidade e Qualidade na Enfermagem. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Rio de Janeiro, ano IX, n.1, p.6, mar. 1956 b.

_____. A Enfermagem e o público. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Rio de Janeiro, ano IX, n.3, p.91-92, set. 1956 c.

_____. Editorial. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Rio de Janeiro, ano X, n.1, p.3, mar. 1957a.

_____. Editorial. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Rio de Janeiro, ano X, n.2, p.105-106, jun. 1957b.

_____. Salário e status profissional. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Rio de Janeiro, ano X, n.4, p.303-304, dez. 1957c.

_____. Reforma do Ensino de Enfermagem. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Rio de Janeiro, ano X, n.4, p.305, dez. 1957d.

_____. O projeto de lei do ensino e o pessoal existente na Enfermagem. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Rio de Janeiro, ano XI, n.1, p.3-5, mar. 1958a.

_____. Dez anos de atividades. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Rio de Janeiro, ano XI, n.2, p.103-105, jun. 1958b.

_____. Saúde no Brasil. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Rio de Janeiro, ano XI, n.3, p.183, set. 1958c.

_____. Reforma do ensino de Enfermagem. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Rio de Janeiro, ano XI, n.3, p.185, set. 1958d.

_____. O Brasil e a Enfermagem. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Rio de Janeiro, ano XI, n.4, p.31, dez. 1958e..

_____. Editorial. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Rio de Janeiro, ano XII, n.1, p.3-4, mar. 1959a.

_____. Editorial. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Rio de Janeiro, ano XII, n.2, p.103, jun. 1959b.

_____. Editorial. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Rio de Janeiro, ano XIV, n.1, p.3-4, fev. 1961a.

_____. Editorial. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Rio de Janeiro, ano XIV, n.3, p.191-192, jun. 1961b.

_____. Editorial. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Rio de Janeiro, ano XIV, n.4, p.273-274, ago. 1961c.

_____. O curso de Enfermagem e a exigência do curso secundário. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Rio de Janeiro, ano XIV, n.5, p.439-442, out. 1961d.

_____. Enfermagem de saúde pública. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Rio de Janeiro, ano XIV, n.6, p.531, dez. 1961e.

_____. Enfermeiro, profissional liberal. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Rio de Janeiro, ano XV, n.1, p.3, fev. 1962a.

_____. Enfermagem em 1962.. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Rio de Janeiro, ano XV, n.3, p.149-150, jun. 1962b.

_____. A Associação Brasileira de Enfermagem e os Congressos.. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Rio de Janeiro, ano XV, n.4, p.231-232, ago. 1962c.

_____. 30º Aniversário da Revista Brasileira de Enfermagem Revista. **Brasileira de Enfermagem**, Rio de Janeiro, ano XV, n.5, p.401-402-232, out. 1962d.

_____. Maria Rosa de Souza Pinheiro-currículo vitae. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Rio de Janeiro, ano XVII, n.3/4, p.119-127, jun./ago.1964.

_____. Funções do enfermeiro. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Rio de Janeiro, ano XXI, n.1,2,3, p.5, jan./jun. 1968.

_____. Salário móvel e Enfermagem. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Rio de Janeiro, ano XXII, n.1,2,3, p.5-6, jan./jun. 1969.

_____. É tempo de ação. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Rio de Janeiro, ano XXIV, n.1,2,p.3-4,mar. 1971a.

_____. Inauguração da sede da ABEn em Brasília. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Rio de Janeiro, ano XXIV, n.3,4,p.131-133,abr./jun. 1971b.

_____. Vestibular e matrícula de graduação em Enfermagem. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Rio de Janeiro, ano XXIV, n.6,p.7-8, out./dez. 1971c.

_____. Mínimo de conteúdo do currículo de Enfermagem. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Rio de Janeiro, ano XXV, n.1,2,p.3-4, jan./abr. 1972a.

_____. Editorial. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Rio de Janeiro, ano XXV, n.3,p.185, maio/jun. 1972b.

_____. A Escola Anna Nery comemora seus cinqüenta anos a serviço da comunidade. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Rio de Janeiro, ano XXVI, n.1,2,p.3-6, jan./fev. 1973a.

_____. Publicação de resumo de tese. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Rio de Janeiro, ano XXVI, n.3,p.107, abr./jun. 1973b.

_____. Conselhos de Enfermagem. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Rio de Janeiro, ano XXVI, n.4,5,p.231, jul./set.. 1973c.

_____. Editorial. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Rio de Janeiro, ano XXVI, n.6,p.371, out./dez. 1973d.

_____. Meta a fixar. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Rio de Janeiro, ano XXVII, n.1,p.3-4, jan./mar.. 1974a.

_____. Enfermagem- área prioritária para estudos no ministério da educação. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Rio de Janeiro, ano XXVII, n.2,p.143, abr./jun. 1974b.

_____. Os distritos geoeducacionais. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Rio de Janeiro, ano XXVII, n.3,p.261, jul./set.1974c.

_____. Aumento substancial de matrículas de Enfermagem e técnicos de Enfermagem. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Rio de Janeiro, ano XXVIII, n.1,p.5, jun./mar.. 1975a.

_____. Conselho Federal de Enfermagem em atividade. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Rio de Janeiro, ano XXVIII, n.2,p.5-6, abr./jun. 1975b.

_____. A Enfermagem E os centros sociais urbanos. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Rio de Janeiro, ano XXIX, n.1,p.5-6, jan./mar. 1976a.

_____. Categorias de pessoal de Enfermagem. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Rio de Janeiro, ano XXIX, n.3,p.7-8, jul./set. 1976b.

_____. O Programa de Interiorização das Ações de Saúde e Saneamento (PIASS) e a Saúde do Nordeste. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Rio de Janeiro, ano XXIX, n.4,p.5, out./dez. 1976c.

_____. Participação de enfermeiros na 63ª Conferência Internacional do trabalho. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Rio de Janeiro, ano XXX, n.3,p.225-226, jul./set. 1977b.

_____. Oportunidade para o pessoal numeroso de Enfermagem: exames supletivo. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Rio de Janeiro, ano XXX, n.2,p.71-72, abr./jun. 1977a.

_____. O plano assistencial de Enfermagem e sua utilização. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Rio de Janeiro, ano XXX, n.4,p.349-350, out./dez. 1977c

_____. Enfermeiros no país- quantidade. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Rio de Janeiro, ano XXXI, n.1,p.5-6, jan./mar. 1978a.

_____. Perspectiva do tempo para a visualização da Enfermagem. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Rio de Janeiro, ano XXXI, n.3, p.273-274, jul./set. 1978b.

_____. A profissão de Enfermagem atual. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, ano XXXI, n.4,p.415-416, out./dez. 1978c.

_____. Indicadores com ordenação metodológica para autorização de novos cursos superiores. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, ano XXXII, n.1,p.3, jan./mar. 1979a.

_____. O novo perfil do enfermeiro. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, ano XXXII, n.4,p.357, out./dez. 1979b.

_____. Expediente. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v.60, n.1, p.2, jan./mar.2007.

RIZZOTTO, M. L. F. **História da enfermagem e sua relação com a saúde pública**. Goiânia: AB, 1999.

ROCHA, Semíramis Melani Melo; ALMEIDA, Maria Cecília Puntel de; WRIGHT, Maria da Glória Miotto. **O Ensino de pós-graduação em enfermagem no Brasil**. São Paulo: Cortez,1989.

RODRIGUES, E,; SECAF, V. Religiosas enfermeiras e entidades de classes: atuação na Associação Brasileira de Enfermagem. **Revista Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 17, n.1, p.15-24, jan./dez. 1998.

ROSSI, Maria José dos Santos. A propósito do movimento participação. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v.54,n.2, p.213-228, abr./jun.2001.

SANTOS, Iraci dos, et al. Nascentes do conhecimento em enfermagem. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM ENFERMAGEM, 9., 1997, Vitória. **Anais...** Vitória: ABEn, 1997.

SANTOS, Tânia Cristina Franco; OLIVEIRA, Sonô Taíra. Rachel Haddock Lobo: vida Profissional e sua contribuição para a REBEn. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v.55,n.3,p.264-268, maio/jun. 2002.

SAUTHIER, Jussara. A história e o cotidiano da Enfermagem. Conhecendo o passado, compreendendo o presente, projetando o futuro. In: ENCONTRO DE ENFERMAGEM DA REGIÃO SUL, 11. 2000, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: ABEn, 2000.

SEMANA DA ENFERMEIRA. Rio de Janeiro: Escola Anna Nery, 1940.

_____. Rio de Janeiro: Escola Anna Nery, 1941.

SECAF, Vitória; Costa, Hebe-C. Boa-Viagem. **Enfermeiras do Brasil- história das pioneiras**. São Paulo: Martinari, 2007.

SENA, Roseni Rosângela de. Obras raras. **Revista Mineira de Enfermagem**, Belo Horizonte, v.1, n .1, p.1. 1997.

SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM ENFERMAGEM. SENPE.**Relatório**. Ribeirão Preto: ABEn,1979.

SERPA, Phocion. Escola de Enfermagem Anna Nery. **Annaes de Enfermagem**, Rio de Janeiro,v.1, n.2, p.22, dez.1933.

SILVA, Eliete Maria. Produção, divulgação e utilização da pesquisa em enfermagem - a contribuição do Centro de Estudos e Pesquisas em Enfermagem (CEPEen) da ABEn. SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM ENFERMAGEM, 7., 1994, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: ABEn,1994.

TABORDA, Rosaly Rodrigues. Homenagen. **Annaes de Enfermagem**, Rio de Janeiro, v.1,n.1, p.7, maio.1932.

TEIXEIRA, Elisabeth; VALE, Eucléa Gomes; FERNANDES, Josicélia Dumê; De Sordi, Mara Regina Lemes. **O ensino de graduação em enfermagem no Brasil: o ontem, o hoje e o amanhã**. Brasília: Inep, 2006.

THOMPSON, E.P. **Formação da classe operária inglesa**. São Paulo: Paz e Terra, 1987

TORREZ, Milta Neide Freire Barron. Construindo uma rede de sustentabilidade da implantação das diretrizes curriculares nacionais do curso de graduação em Enfermagem. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília,v.56, n.4, p. 333-334, jul./ago. 2003.

VALE, Eucléa Gomes. ABEn: 75 anos de democracia, ética e compromisso com a enfermagem brasileira [editorial]. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v.54, n.2, p.151-156 abr/jun. 2001.

VEIGA-NETO, Alfredo.**Foucault & Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

APÊNDICES

APÊNDICE A

Número/volume, ano	Título do editorial	Assinatura do editorial
v. 1, n. 1, maio 1932	Era Nova	Rachel Haddock Lobo
v. I, n. 2, dez. 1933	Um novo serviço	Sem autoria
v. I, n. 3, abr. 1934	O triângulo da enfermeira	Zaira Cintra Vidal
v. 4 (I), n. 4, abr. 1934	Sem título	Lycia Ribeiro Lopes
v. 5 (I), n. 5, out. 1934	Memória	Dr. Plínio Olinto
v. II, n. 6, jan. 1935	Artrites	Dr. F. Álvares Barata
v. III, n. 7, maio 1935	Obrigações da enfermeira no presente e no futuro	Bertha L. Pullen
ano IV, n. 8, nov. 1936	Considerações sobre a organização de uma escola de enfermagem	Miss Bertha L. Pullen
ano V, n. 9, maio 1937	Fontes de conhecimento	Dr. Plínio Olinto
ano V, n. 10, set. 1937	John Pavidron Rockefeller	Sem autoria
ano V, n. 11, dez/1937	Natal e Origem do natal (traduzido do inglês)	Sem autoria
ano V, n. 12, mar.1938	Obrigações legais da enfermeira em relação ao médico e ao doente	Bertha L. Pullen
ano V, n. 13 e 14, jun./set. 1938	Histórico do Conselho Internacional de Enfermagem	Bertha L. Pullen
ano V, n. 15, dez. 1938	Sobre a mentira infantil	Dr. Plínio Olinto
1939 e 1940, n. 16	Estatística vital e enfermeiras de saúde pública	Dr. Lincoln de Freitas Filho
ano IX, n. 17, abr. 1941	Anna Nery	Anna Nava
jan./mar. 1946, n. 18	Recomeçando...	A redação
abr./jun. 1946, n. 19	Modalidade de reações orgânicas: normoergia, alergia, anergia	Dr. Enio Barbato
ano XV, n. 20, jul.set. 1946	Aspectos dos serviços médico-sociais em relação à família	Prof. Álvaro Guimarães Filho
ano XV, n. 21, out./dez 1946	Aspectos dos serviços médico-sociais em relação à família (continuação)	Prof. Álvaro Guimarães Filho
v. XVI, n. 22, jan.mar./1947	Editorial (revista destinada ao I Congresso nacional de Enfermagem)	Sem autoria
v. XVI, n. 23, abr./jun. 1947	Congresso Internacional de Enfermagem	Sem autoria
v. I, n.1, jan. 1948	Nota da redação	Sem autoria
v. I, n. 2, abr. 1948	Tuberculose e enfermagem	Sem autoria
v. I, n. 3, jul. 1948	Conselho Nacional de Enfermagem	Sem autoria
v. I, n. 4, out. 1948	Segundo Congresso nacional de Enfermagem	Sem autoria
v. II, n.1, jan. 1949	Educação sanitária	Sem autoria
v. II, n. 2, abr. 1949	Legislação sobre o ensino de Enfermagem	Sem autoria
v. II, n. 3, jul. 1949	As funções da Enfermagem	Sem autoria
v. II, n. 4, out. 1949	Terceiro Congresso Nacional de Enfermagem	Sem autoria

v. III, n.1, jan. 1950	Editorial A.B.E.D.	Sem autoria
v. III, n. 2, abr. 1950	Censo de Enfermeiras	Isaura Barbosa Lima
v. III, n. 3, jul. 1950	Laís Netto dos Reys – In Memoriam	Sem autoria
v. III, n. 4, out. 1950	Editorial	Sem autoria
v. IV, n.1, jan. 1951	Obs: número dedicado ao CBEn	-
v. IV, n. 2, abr. 1951	Editorial	Sem autoria
v. IV, n. 3, jul. 1951	Integração da enfermagem no movimento dos profissionais de nível universitário superior	B.C.A.
v. IV, n. 4, out. 1951	Qualidade ou quantidade	Haydée Guanais Dourado
v. V, n.1, jan. 1952	Obs: número dedicado ao CBEn	-
v. V, n. 2, abr. 1952	Editorial	Sem autoria
v. V, n. 3, jul. 1952	Editorial	Haydée Guanais Dourado
v. V, n. 4, out. 1952	Editorial	Sem autoria
ano IV, n. 1, mar. 1953	Editorial	Sem autoria
ano IV, n. 2, jun. 1953	Editorial	Haydée Guanais Dourado
ano IV, n. 3, set. 1953	Código Internacional de Ética da Enfermagem	Marina Andrade Rezende
ano IV, n. 4, dez. 1953	Editorial	
ano V, n. 1, mar. 1954	Reunião de diretoras de escolas de Enfermagem	Sem autoria
ano V, n. 2, jun. 1954	Legislação de enfermagem	Sem autoria
ano V, n. 3, set. 1954	Editorial	Sem autoria
ano V, n. 4, dez. 1954	Obs: número dedicado ao CBEn	Sem autoria
ano VIII, n. 1, mar. 1955	A Revista Brasileira de Enfermagem sucede a Anais de Enfermagem	Haydée Guanais Dourado
ano VIII, n. 2, jun. 1955	Editorial	Sem autoria
ano VIII, n. 3, set. 1955	Obs: número dedicado ao CBEn	-
ano VIII, n. 4, dez. 1955	O curso de formação do enfermeiro e o serviço técnico científico	Sem autoria
ano IX, n. 1, mar. 1956	O ensino de enfermagem	Sem autoria
ano IX, n. 2, jun. 1956	Editorial	Sem autoria
ano IX, n. 3, set. 1956	Enfermagem e o público consumidor	Sem autoria
ano IX, n. 4, dez. 1956	Obs: número dedicado ao CBEn	-
ano X, n. 1, mar. 1957	Editorial	Sem autoria
ano X, n. 2, jun. 1957	Editorial	Sem autoria
ano X, n. 3, set. 1957	Editorial	Sem autoria
ano X, n. 4, dez. 1957	Salário e status profissional (Obs: número dedicado ao CBEn)	Sem autoria
ano XI, n. 1, mar. 1958	O projeto de lei do ensino e o pessoal existente na enfermagem	Sem autoria
ano XI, n. 2, jun. 1958	Dez anos de atividade	Sem autoria
ano XI, n. 3, set. 1958	Saúde no Brasil	Sem autoria
ano XI, n. 4, dez. 1958	O Brasil e a enfermagem (Obs: número dedicado ao CBEn)	Sem autoria

ano XII, n. 1, mar. 1959	Editorial	Sem autoria
ano XII, n. 2, jun. 1959	Editorial	Sem autoria
ano XII, n. 3, set. 1959	Editorial	Sem autoria
ano XII, n. 4, dez. 1959	Editorial	Sem autoria
ano XIII, n. 1, mar. 1960	Editorial	Sem autoria
ano XIII, n. 2, jun. 1960	Editorial	Sem autoria
ano XIII, n. 3, set. 1960	Editorial (Obs: número dedicado ao CBEn)	Sem autoria
ano XIII, n. 4, dez. 1960	Os enfermeiros e a política	Sem autoria
ano XIV, n. 1, fev. 1961	Editorial	Sem autoria
ano XIV, n. 2, abr. 1961	Editorial	Sem autoria
ano XIV, n. 3, jun. 1961	Editorial	Sem autoria
ano XIV, n. 4, ago. 1961	Editorial	Sem autoria
ano XIV, n. 5, out. 1961	O curso de enfermagem e a exigência do curso secundário	Sem autoria
ano XIV, n. 6, dez. 1961	Enfermagem de saúde pública	Sem autoria
ano XV, n. 1, fev. 1962	Enfermeiro, profissional liberal	
ano XV, n. 2, abr. 1962	A enfermagem e a reforma agrária	Sem autoria
ano XV, n. 3, jun. 1962	Enfermagem em 1962	Sem autoria
ano XV, n. 4, ago. 1962	A Associação Brasileira de Enfermagem e os Congressos (Obs: número dedicado ao CBEn)	Sem autoria
ano XV, n. 5, out. 1962	30º aniversário da Revista Brasileira de Enfermagem	Sem autoria
ano XV, n. 6, dez. 1962	Currículo mínimo	Marina Andrade Rezende
ano XVI, n. 1, abr. 1963	Quarenta anos educando	Sem autoria
ano XVI, n. 2, abr. 1963	Enfermagem nos serviços de saúde escolar	Sem autoria
ano XVI, n. 3, jun. 1963	Cátedra	Sem autoria
ano XVI, n. 4, ago. 1963	A ABEn em ação (Obs: número dedicado ao CBEn)	Sem autoria
ano XVI, n. 5, out. 1963	História	Marina Andrade Rezende
ano XVI, n. 6, dez. 1963	Práticos de enfermagem	Sem autoria
ano XVII, n. 1 e 2, fev./abr. 1964	Práticos de enfermagem e auxiliares de enfermagem	Marina Andrade Rezende
ano XVII, n. 3 e 4, jun./ago. 1964	Formação e aperfeiçoamento da enfermeira	Sem autoria
ano XVII, n. 5, out. 1964	Eleições	Marina Andrade Rezende
ano XVII, n. 6, dez. 1964	Níveis de vencimentos e duração do curso de Enfermagem; o 26º Congresso: Visão da Enfermagem	Sem autoria
ano XVIII, n. 1, fev. 1965	Senso de responsabilidade social; Problema orçamentário	Marina Andrade Rezende
ano XVIII, n. 2 e 3, abr./jun. 1965	Editorial	Haydée Guanais Dourado
ano XVIII, n. 4, out. 1965	Homenagem póstuma; Carta à Marina	Waleska Paixão
ano XVIII, N. 5, dez. 1965	A ABEn contribui para uma melhoria definitiva na enfermagem	Sem autoria
ano XIX, n. 1, fev. 1966	Editorial	Amália Correia de

		Carvalho
ano XIX, n. 2 e 3, abr./jun. 1966	Técnico de enfermagem – curso colegial, de três meses	Sem autoria
ano XIX, n. 4, ago. 1966	A Comissão de Especialistas do Ensino de Enfermagem	Sem autoria
ano XIX, n. 5 e 6, out./nov. 1966	Mais enfermeiras para o país; Constituição; Reforma universitária; As escolas de Enfermagem em 1966; Cursos de Pós-graduação; Funções das enfermeiras em comparação com as dos diplomados dos cursos colegiais técnicos de enfermagem	Sem autoria
ano XX, n. 1, jan./fev. 1967	Reformas das estruturas universitárias; Auxiliares de enfermagem: melhoria de níveis	Sem autoria
ano XX, n. 2 e 3, abr./jun. 1967	A ordem é aumentar as matrículas	Haydée Guanais Dourado
ano XX, n.4, ago. 1967	Unificação dos Serviços Previdenciários de assistência à saúde	Sem autoria
ano XX, n. 5 e 6, out./dez. 1967	Ensino para melhor servir	Sem autoria
ano XXI, n. 1, 2 e 3, fev./jun.1968	Funções do enfermeiroS	Sem autoria
ano XXI, n. 4, ago. 1968	Número dedicado ao documentário do XX CBEn	-
ano XXI, n. 5, out. 1968	Número dedicado ao documentário do XX CBEn – 2ª parte	-
ano XXII, n. 1, 2 e 3, fev./jun.1969	Salário móvel e Enfermagem	Haydée Guanais Dourado
ano XXII, n. 4, 5 e 6 jul./dez. 1969	Número dedicado ao documentário do XXI CBEn	-
ano XXIII, n. 1 e 2, jan./jun. 1970	Enfermagem em grandes hospitais não universitários	Haydée Guanais Dourado
ano XXIII, n. 3-6, jul./dez. 1970	Número dedicado ao documentário do XXI CBEn	-
ano XXIV, n. 1 e 2, jan./mar. 1971	É tempo de ação	Haydée Guanais Dourado
ano XXIV, n. 3 e 4, abr./jun. 1971	Falta de amor: abuso de drogas (Haydée Guanais Dourado); Abuso de drogas: problema psicossocial (Haydée Guanais Dourado); Inauguração da sede da ABEn em Brasília;	-
ano XXIV, n. 5, jul./set. 1971	Número dedicado ao documentário do XXII CBEn	-
ano XXIV, n. 6, out./dez. 1971	Vestibular e matrícula de graduação em Enfermagem (Número com o documentário do XXII CBEn – 2ª parte)	Haydée Guanais Dourado
ano XV, n. 1 e 2, jan./abr. 1972	Mínimo de conteúdo do currículo de enfermagem; Formação de	Haydée Guanais Dourado

	técnicos e de auxiliares de enfermagem	
ano XXV, n. 3, maio/jun. 1972	Editorial	Sem autoria
ano XXV, n. 4, jul./set. 1972	Número com o documentário do XXIV CBE _n – 1ª parte	-
ano XXV, n. 5, out./dez. 1972	Número com o documentário do XXIV CBE _n – 2ª parte	-
ano XXVI, n. 1 e 2, jan./fev. 1973	A Escola de Enfermagem Ana Néri comemora seus cinquenta anos a serviço da comunidade brasileira	Sem autoria
ano XXVI, n. 3, abr./jun. 1973	Publicação de resumo de tese	Sem autoria
ano XXVI, n. 4 e 5, jul./set. 1973	Conselhos de Enfermagem	Sem autoria
ano XXVI, n. 6, out./dez. 1973	Editorial	Sem autoria
ano XXVII, n. 1, jan./mar. 1974	Metas a fixar	RGD (Haydée Guanais Dourado?)
ano XXVII, n. 2, abr./jun. 1974	Enfermagem — área prioritária para estudos no Ministério da Educação	Haydée Guanais Dourado
ano XXVII, n. 3, jul./set. 1974	Os distritos geoeducacionais	Haydée Guanais Dourado
ano XXVII, n. 4, out./dez. 1974	Oração de despedida (Dr ^a Amália Correia de Carvalho); Homenagem Póstuma (Circe de Melo Ribeiro)	-
ano XXVIII, n. 1, jan./mar. 1975	Aumento substancial de matrículas de enfermeiros e técnicos de enfermagem	Haydée Guanais Dourado
ano XXVIII, n. 2, abr./jun. 1975	O Conselho Federal de Enfermagem em atividade; Docência Livre	Haydée Guanais Dourado
ano XXVIII, n. 3, jul./set. 1975	Alguns aspectos da lei n. 6.229 de 17 de julho de 1975, que dispõe sobre a organização do Sistema Nacional de Saúde	Haydée Guanais Dourado
ano XXVIII, n. 4, out./dez. 1975	Sistema Nacional de Saúde (Número dedicado ao documentário do XXVII CBE _n)	Haydée Guanais Dourado
ano XXIX, n. 1, jan./mar. 1976	A enfermagem e os centros sociais urbanos	Haydée Guanais Dourado
ano XXIX, n. 2, abr./jun. 1976	Enfermagem na Conferência Internacional do Trabalho	Haydée Guanais Dourado
ano XXIX, n. 3, jul./set. 1976	Categorias específicas de pessoal de enfermagem	Haydée Guanais Dourado
ano XXIX, n. 4, out./dez. 1976	Programa de interiorização das ações de saúde e saneamento (PIASS) e a saúde do Nordeste; Cinquenta anos de trabalho da Associação	Haydée Guanais Dourado
ano XXX, n. 1, jan./mar. 1977	Editorial	Lygia Paim

ano XXX, n. 2, abr./jun. 1977	Oportunidades de educação para o pessoal numeroso de Enfermagem: exames supletivos	Haydée Guanais Dourado
ano XXX, n. 3, jul./set. 1977	Participação das enfermeiras na 63ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho	Haydée Guanais Dourado
ano XXX, n. 4, out./dez. 1977	O Plano Assistencial de Enfermagem e sua utilização	Haydée Guanais Dourado
ano XXXI, n. 1, jan./mar. 1978	Enfermeiras no país — quantidade	Sem autoria
ano XXXI, n. 2, abr./jun. 1978	O Plano Integrado de Saúde Mental	Haydée Guanais Dourado
ano XXXI, n. 3, jul./set. 1978	Perspectiva do tempo para visualização da Enfermagem	Haydée Guanais Dourado
ano XXXI, n. 4, out./dez. 1978	A profissão de enfermagem atual	Haydée Guanais Dourado
ano XXXII, n. 1, jan./mar. 1979	Indicadores de ordenação metodológica para autorização de novos cursos superiores	Haydée Guanais Dourado
ano XXXII, n. 2, abr./jun. 1979	Comissão de Especialistas do Ensino de Enfermagem	Haydée Guanais Dourado
ano XXXII, n. 3, jul./set. 1979	Ano Internacional da Crianças	Lygia Paim
ano XXXII, n. 4, out./dez. 1979	O novo papel do enfermeiro	Haydée Guanais Dourado
ano XXXIII, n. 1, jan./mar. 1980	O código bem recebido	Haydée Guanais Dourado
ano XXXIII, n. 2, abr./jun. 1980	O Ministério da Educação e cultura vai ao meio rural	Haydée Guanais Dourado
ano XXXIII, n. 3, jul./set. 1980	A VII Conferência Nacional de Saúde	J. F. Carvalho
ano XXXIII, n. 4, out./dez. 1980	A Enfermagem e a assistência à saúde	Haydée Guanais Dourado
ano XXXIV, n. 1, jan./mar. 1981	Programa Nacional de Serviços Básicos de Saúde (PREVSAÚDE)	Haydée Guanais Dourado
ano XXXIV, n. 2, abr./jun. 1981	Enfermeiras(os) e sua profissão	Haydée Guanais Dourado
ano XXXIV, n. 3 e 4, jul./dez. 1981	Os enfermeiros de cada estado e sua participação no desenvolvimento dos serviços e dos profissionais	Haydée Guanais Dourado
ano XXXV, n. 1, jan./mar. 1982	Fortalecendo a profissão	Haydée Guanais Dourado
ano XXXV, n. 2, abr./jun. 1982	Agradecimento	Maria Wanda Rodrigues de Oliveira
ano XXXV, n. 3 e 4, jul./dez. 1982	A reorientação da assistência à saúde no âmbito da Previdência Social: ajuda para melhorar-se a enfermagem que é oferecida no País	Haydée Guanais Dourado
ano XXXVI, n. 1, jan./mar. 1983	Enfermagem e valores éticos: título de Doutor <i>Honoris Causa</i>	Haydée Guanais Dourado
ano XXXVI, n. 2, abr./jun. 1983	O CONASP (Conselho Consultivo de Administração de Saúde Previdenciária)	Haydée Guanais Dourado
ano XXXVI, n. 3 e 4, jul./dez. 1983	Por que pesquisar?	Haydée Guanais Dourado

ano XXXVII, n. 1, jan./mar. 1984	A REBEn e o saber da Enfermagem	Maria Ivete Ribeiro de Oliveira
ano XXXVII, n. 2, abr./jun. 1984	A integração docente-assistencial e a enfermagem	Maria Hélia de Almeida
ano XXXVII, n. 3 e 4, jul./dez. 1984	A propósito das ações integradas de saúde e a participação de enfermeiros	Maria Ivete Ribeiro de Oliveira
ano XXXVIII, n. 1, jan./mar. 1985	O decênio 1975-1985 das Nações Unidas para a Mulher	Haydée Guanais Dourado
ano XXXVIII, n. 2, abr./jun. 1985	Livros-texto de enfermagem	Amália Correia Carvalho (sic)
ano XXXVIII, n. 3 e 4, jul./dez. 1985	Um papel intransferível	Haydée Guanais Dourado
ano 39, n. 1, jan./mar. 1986	Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn) — 60 anos e a Enfermagem brasileira	Maria Ivete Ribeiro de Oliveira
ano 39, n. 2 e 3, abr./set. 1986	A lei nº. 7.498/86	Maria Rosa Souza Pinheiro
ano 39, n. 4, out./dez. 1986	FALTA NÚMERO	
ano 40, n. 1, jan./mar. 1987	Novas perspectivas para a Enfermagem	Maria José dos Santos Rossi
ano 40, n. 2 e 3, abr./set. 1987	A Revista Brasileira de Enfermagem e seus compromissos	Clélia Soares Burlamaque
ano 40, n. 4, out./dez. 1987	Legislação adequada para a enfermagem: uma necessidade a ser conquistada	Jorge Lorenzetti
ano 41, n. 1, jan./mar. 1988	Editorial	Abigail Moura Rodrigues
ano 41, n. 2 e 3, abr./set. 1988	Editorial	Semiramis Melani Melo Rocha
ano 41, n. 3 e 4, out./dez. 1988	Editorial	Maria José dos Santos Rossi
ano 42, n. 1-4, jan./dez. 1989	Editorial	Stella Barros
ano 43, n. 1-4, jan./dez. 1990	9ª Conferência Nacional de Saúde... um evento que precisamos fazer acontecer	Maria Therezinha Nóbrega da Silva
ano 44, n. 1, jan./mar. 1991	Editorial	Jane da Fonseca Proença
ano 44, n. 2 e 3, abr./set. 1991	Editorial	Maria Auxiliadora Córdova Chistófar
ano 44, n. 4, out./dez. 1991	Editorial	Nair Fábio da Silva
ano 45, n. 1, jan./mar. 1992	Editorial	Maria da Graça Oliveira Crossetti
ano 45, n. 2 e 3, abr./set. 1992	Editorial	Stella Maria P. F. de Barros
ano 45, n. 4, out./dez. 1992	Editorial	Maria Auxiliadora Córdova Chistófar
ano 46, n. 1, jan./mar. 1993	Enfermagem e tecnologia	Sem autoria
ano 46, n. 2 e 3, abr./set. 1993	Morte materna — a morte anunciada	Sem autoria
ano 46, n. 4, out./dez. 1993	A formação da enfermeira em questão	Sem autoria
ano 47, n. 1, jan./mar. 1994	Sobre a profissionalização de trabalhadores em saúde sem	Maria Auxiliadora Córdova Chistófar

	qualificação específica	
ano 47, n. 2 e 3, abr./set. 1994	Editorial	Sem autoria
ano 47, n. 4, out./dez. 1994	Editorial	Sem autoria
ano 48, n. 1, jan./mar. 1995	Editorial	Maria Auxiliadora Córdova Chistófar
ano 48, n. 2 e 3, abr./set. 1995	Editorial	Sem autoria
ano 48, n. 4, out./dez. 1995	O sócio — Patrimônio da ABEn	Maria Goretti David Lopes
ano 49, n. 1, jan./mar. 1996	A enfermagem, a ética e a modernidade	Maria Therezinha Nóbrega da Silva
ano 49, n. 2, abr./jun. 1996	Avaliação pra valer	Maria Therezinha Nóbrega da Silva
ano 49, n. 3, jul./set. 1996	A municipalização e a Enfermagem	Maria Therezinha Nóbrega da Silva
ano 49, n. 4, out./dez. 1996	A nova lei para a educação brasileira	Maria Therezinha Nóbrega da Silva
ano 50, n. 1, jan./mar. 1997	50 anos de REBEn – uma história de luta e resistência	Iraci dos Santos
ano 50, n. 2, abr./jun. 1997	Semana Brasileira de Enfermagem	Maria Therezinha Nóbrega da Silva
ano 50, n. 3, jul./set. 1997	A Associação Brasileira de Enfermagem — 70 anos	Ivete Santos Barreto e Maria Goretti de Lima
ano 50, n. 4, out./dez. 1997	Contribuição do SENPE para divulgação científica	Isília Aparecida Silva
ano 51, n. 1, jan./mar. 1998	FALTA NÚMERO	
ano 51, n. 2, abr./jun. 1998	FALTA NÚMERO	
ano 51, n. 3, jul./set. 1998	REBEn — referência no conhecimento de Enfermagem	Maria Goretti David Lopes
ano 51, n. 4, out./dez. 1998	FALTA NÚMERO	
ano 52, n. 1, jan./mar. 1999	Editorial	Joel Rolim Mancia
ano 52, n. 2, abr./jun. 1999	Editorial	Joel Rolim Mancia
ano 52, n. 3, jul./set. 1999	Editorial	Joel Rolim Mancia
ano 52, n. 4, out./dez. 1999	Editorial	Joel Rolim Mancia
v. 53, n. 1, jan./mar. 2000	Editorial	Joel Rolim Mancia
v. 53, n. 2, abr./jun. 2000	Ainda sobre avaliação dos periódicos de Enfermagem	Joel Rolim Mancia
v. 53, n. 3, jul./set. 2000	A Enfermagem e o Programa de Interiorização do Trabalho em Saúde - PITS	Joel Rolim Mancia
v. 53, n. 4, out./dez. 2000	A cara da REBEn	Joel Rolim Mancia
v. 53, n. especial, dez. 2000	Editorial	Eucléa Gomes Vale
v. 54, n. 1, jan./mar. 2001	Graduação em Enfermagem como locus da formação do enfermeiro: diretrizes curriculares e projeto pedagógico	Iara de Moraes Xavier
v. 54, n. 2, abr./jun. 2001	ABEn: 75 anos de democracia, ética e compromisso com a Enfermagem brasileira	Eucléa Gomes Vale

v. 54, n. 3, jul./set. 2001	Congresso Brasileiro de Enfermagem: espaço de expressão da Enfermagem brasileira	Joel Rolim Mancia
v. 54, n. 4, out./dez. 2001	Ao encontro do novo... mudanças na REBEn	Joel Rolim Mancia
v. 55, n. 1, jan./fev. 2002	Revista Brasileira de Enfermagem: 70 anos	Joel Rolim Mancia
v. 55, n. 2, mar./abr. 2002	Avaliação da CAPES: contribuição para o aprimoramento dos periódicos de enfermagem?	Joel Rolim Mancia
v. 55, n. 3, maio./jun. 2002	REBEn: 70 anos na construção social do conhecimento da Enfermagem no Brasil	Francisca Valda da Silva
v. 55, n. 4, jul./ago. 2002	Comissão Editorial CAPES/ABEn — ação coletiva dos periódicos de Enfermagem	Joel Rolim Mancia
v. 55, n. 5, set./out. 2002	Contribuição da ABEn para divulgação do conhecimento produzido pela Enfermagem brasileira	Joel Rolim Mancia
v. 55, n. 6, nov./dez. 2002	Processo de inovação de um periódico: o destaque da REBEn	Joel Rolim Mancia
v. 56, n. 1, jan./fev. 2003	80 anos de existência na enfermagem brasileira – Escola de Enfermagem Anna Nery	Maria Antonieta Rubio Tyrrell; Ieda de Alencar Barreira
v. 56, n. 2, mar./abr. 2003	Pesquisa e Pós-Graduação: regulação/qualificação da prática na Enfermagem	Francisca Valda da Silva
v. 56, n. 3, maio./jun. 2003	Maria Ivete: uma personalidade da Enfermagem Brasileira	Joel Rolim Mancia
v. 56, n. 4, jul./ago. 2003	Construindo uma rede de sustentabilidade da implantação das Diretrizes Curriculares nacionais do Curso de Graduação em enfermagem	Milta Neide Freire Barron Torrez
v. 56, n. 5, set./out. 2003	Para além das fronteiras: movimento dos editores	Joel Rolim Mancia
v. 56, n. 6, nov./dez. 2003	Agenda estratégica para a pesquisa e pós-graduação da enfermagem brasileira	ABEn – Diretoria Nacional
v. 57, n. 1, jan./fev. 2004	Produção e consumo de ciência em um contexto global	Joel Rolim Mancia; Denise Gastaldo
v. 57, n. 2, mar./abr. 2004	Um convite para pensar, viver, aprender e fazer enfermagem de muitos modos: o temário do 56º Congresso Brasileiro de Enfermagem	Maria Henriqueta Luce Kruse; Dagmar Esterman Meyer
v. 57, n. 3, maio./jun. 2004	Modos de publicar na ABEn	Joel Rolim Mancia
v. 57, n. 4, jul./ago. 2004	O desafio de representar a ABEn no Conselho Nacional de Saúde	Maria Natividade Gomes da Silva Teixeira Santanara
v. 57, n. 5, set./out. 2004	Ser editor da REBEn: lugar especial	Joel Rolim Mancia
v. 57, n. 6, nov./dez. 2004	Editorial	Francisca Valda da Silva

APÊNDICE B

Mancia JR, entrevistador. **Clélia Soares Burlamaque** [entrevistada]. Porto Alegre (RS) ABEn; 2005 maio 25. 2 fitas cassete (180 min). Acervo Fontes da História da Enfermagem, Brasília (DF) ABEn/CEPEN.

Mancia JR, entrevistador. **Eucléa Gomes Vale** [entrevistada]. Brasília (DF): ABEn; 2003 janeiro 15. 3 fitas cassete (180 min). Acervo Fontes da História da Enfermagem, Brasília (DF) ABEn/CEPEN.

Barreira IA, Becker RS, entrevistadoras. **Haydée Quanais Dourado** [entrevistada]. Rio de Janeiro: ABEn; 1988 outubro 4. 3 fitas cassete (180 min). Acervo Fontes da História da Enfermagem, Brasília (DF) ABEn/CEPEN.

Burlamaque CS, Batista SS, entrevistadoras. **Ieda de Alencar Barreira** [entrevistada]. Rio de Janeiro: ABEn; 2001 dezembro 4. 4 fitas cassete (210 min). Acervo Fontes da História da Enfermagem, Brasília (DF) ABEn/CEPEN.

Mancia JR, entrevistador. **Lygia Paim** [entrevistada]. Florianópolis (SC): ABEn; 2003 agosto 30. 4 fitas cassete (240 min). Acervo Fontes da História da Enfermagem, Brasília (DF) ABEn/CEPEN.

Mancia JR, Costa LHR, entrevistadores. **Maria José de Lima** [entrevistada]. Rio de Janeiro: ABEn; 2003 setembro 27. 4 fitas cassete (240 min). Acervo Fontes da História da Enfermagem, Brasília (DF) ABEn/CEPEN.

Secaf V, Gaidzinski RR, entrevistadoras. **Maria Rosa de Souza Pinheiro** [entrevistada]. São Paulo: ABEn; 1988 maio 16. 1 fita cassete (60 min). Acervo Fontes da História da Enfermagem, Brasília (DF) ABEn/CEPEN.

Mancia JR, Burlamaque CS, entrevistadores. **Maria Elena da Silva Nery** [entrevistada]. Porto Alegre: ABEn, 2000 julho 3. 2 fitas cassete (135 min). Acervo histórico Fontes da História da Enfermagem, Brasília (DF) ABEn/CEPEN.